

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO
2005

Plano
Nacional
de Políticas
PARA AS MULHERES



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO 2005

PLANO

NACIONAL

DE POLÍTICAS

PARA AS MULHERES

© 2006. Presidência da República
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)

Elaboração, distribuição e informações
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – Presidência da República
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício Sede, 2º andar, sala 200
70047-900 – Brasília-DF
Fones: (61) 2104-9377 e 2104-9381
Fax: (61) 2104-9362 e 2104-9355
spmulheres@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180

Edição e Projeto Gráfico
Heloisa Frossard

Copidesque:
Sônia Rocha

Revisão:
Luana Nery Moraes

Agradecimento:
Marco Antônio Gaspar de Barros

Distribuição gratuita
Tiragem: 7.000 exemplares

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação – 2005, 2006, 116p.
1. Discriminação contra a mulher. 2. Políticas públicas. I. Título.
II. Série.

CDU 39

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

NILCÉA FREIRE

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

TERESA CRISTINA NASCIMENTO SOUSA

Secretária-Adjunta

ANGELA M. MESQUITA FONTES

Subsecretária de Planejamento de Políticas para as Mulheres

APARECIDA GONÇALVES

Subsecretária de Monitoramento de Programas e Ações Temáticas

SUELY DE OLIVEIRA

Subsecretária de Articulação Institucional

LAISY MORIÈRE CÂNDIDA ASSUNÇÃO

Assessora Especial

ELISABETE MATAR FREIRE DE CARVALHO

Chefe de Gabinete

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER

**INTEGRANTES DO COMITÊ DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO
DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
ANGELA M. MESQUITA FONTES (COORDENAÇÃO)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ELIANE DOS SANTOS CAVALLEIRO
MARIA ELISA ALMEIDA BRANDT

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
MARIA CLÁUDIA DE CANTO CABRAL
SILVANA NUNES DA SILVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO
REGINA COELI VIOLA

MINISTÉRIO DAS CIDADES
EMÍLIA CORREIA LIMA
KÁTIA MARIA BORGES FIDALGO

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
MARIA BEATRIZ DE FARIA
GLEIDE BRITO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
ANDRÉA LORENA BUTTO ZARZAR
TATIANA DAUDT

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CÉLIA REGINA DE SOUZA
AIDÉ CANÇADO ALMEIDA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
FÁBIA OLIVEIRA MARTINS DE SOUZA
LUANA SIMÕES PINHEIRO

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
EUNICE LÉA DE MORAES
PAULA MONTAGNER

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
MARCUS VINÍCIUS ROMANO LEMOS
RENATA LÚCIA DE TOLEDO PELIZON

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
MARIA INÉS DA SILVA BARBOSA
DENISE ANTONIA DE PAULO PACHECO

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
LIA ZANOTTA MACHADO
MARIA EDNALVA BEZERRA DE LIMA

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO 2005

PLANO

NACIONAL

DE POLÍTICAS

PARA AS MULHERES

COMITÊ DE ARTICULAÇÃO E MONITORAMENTO DO
PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
ELABORAÇÃO

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
COORDENAÇÃO

BRASÍLIA
MAIO, 2006



AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas participaram da elaboração deste Relatório, bem como de todo o processo de implementação e monitoramento do Plano ao longo do ano de 2005. Além das integrantes do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, cuja atuação tem sido de fundamental importância para o sucesso dessa política pública, agradecemos a Maria Laura Sales Pinheiro, ex-Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e àquelas que vêm participando como convidadas, representantes, colaboradoras ou observadoras, como no caso do Unifem:

Dirce Grosz – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Fabiana Furtado – Ministério das Cidades;

Hiram Machado – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Jeane Félix – Ministério da Educação;

Joseane Lima – Eletronorte;

Lidiane Ferreira Gonçalves – Ministério da Saúde;

Márcia Leporace – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Maria da Graça Ohana Pinto – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Maria das Graças Batista de Carvalho – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Maria Elisabete Pereira – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Marta Garske – Ministério das Cidades;

Mônica Giágio – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher;

Natália de Oliveira Fontoura – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;

Raquel Fernández - Instituto Complutense de Estudios Internacionales (Icex), em parceria com o Instituto de la Mujer e do Fondo Social Europeo, da União Européia (estágio por cooperação internacional);

Rufino Correia Santos Filho – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Sônia Malheiros Miguel – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Valquíria Martins Borges – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Vera Dalmas – Ministério do Trabalho e Emprego; e

Vera Soares – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO 2005

PLANO

NACIONAL

DE POLÍTICAS

PARA AS MULHERES

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 11

1. ANTECEDENTES, 15

2. MÉTODO DE TRABALHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O MONITORAMENTO DO PNPM, 17

3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS, 25

3.1. AUTONOMIA, IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA, 25

3.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NÃO SEXISTA, 45

3.3. SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, 56

3.4. ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES, 69

3.5. GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO, 88

4. POR QUE INCORPORAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ORÇAMENTO E NO PLANEJAMENTO, 95

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 99

ANEXOS, 101

SIGLAS UTILIZADAS, 111

APRESENTAÇÃO

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é resultado da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, convocada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e realizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). A Conferência, ocorrida em 2004, foi um momento ímpar na trajetória de luta das mulheres brasileiras, e contou com uma extraordinária participação da sociedade civil. Deliberou-se na plenária final da Conferência que a próxima será realizada em 2007, quando então será avaliada a implementação do PNPM.

Quando do lançamento do PNPM assumimos o compromisso de mantermos o CNDM, os movimentos de mulheres e feministas, bem como toda a sociedade periodicamente informada sobre a evolução da implementação do Plano. Este relatório cumpre com esse compromisso e mais, de forma transparente, aponta sucessos, obstáculos e desafios enfrentados neste percurso de pouco mais de um ano. O que se pretende, além de informar, é provocar a discussão, tanto no âmbito da gestão pública como no da sociedade, do significado da existência, pela primeira vez, de um conjunto de políticas públicas articuladas em um plano cujo objetivo primário é a efetivação dos direitos das mulheres.

O PNPM é uma inovação na gestão pública e, como tal, deve ser tratado. Estamos juntos, governos e sociedade, aprendendo com sua implementação. Garantir a execução de 199 ações sob a responsabilidade isolada ou compartilhada de 11 ministérios e secretarias especiais e buscar a parceria das esferas estadual e municipal de governo para que as políticas cheguem de fato às suas destinatárias, sem contar ainda com uma rede de organismos de políticas para as mulheres em nível dos executivos estaduais e municipais, representa, em si, um desafio.

Este desafio vem sendo enfrentado com diferentes estratégias e instrumentos. A primeira delas foi a criação, no corpo do próprio Plano, do Comitê de Articulação e Monitoramento composto pelos órgãos federais responsáveis pelas ações e por representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, cujo esforço, no sentido de atuar de forma realmente integrada e transversal a toda estrutura do Governo Federal, pode ser observado nos resultados apresentados neste relatório, assim como por meio do sistema informatizado de acompanhamento do PNPM, que pode ser acessado no sítio eletrônico da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

Outra estratégia refere-se ao processo de formalização de pactos para a implementação do Plano, conduzido pela SPM, junto aos governos estaduais e municipais. Esta estratégia é por sua vez potencializada por uma das ações do próprio Plano que consiste no fortalecimento e estímulo à criação de organismos nos executivos municipais e estaduais com a tarefa de formular, articular e executar políticas para as mulheres. Esta, resultou na multiplicação do número desses organismos, e até a finalização deste relatório constatamos um salto de treze organismos para 110.

É fundamental destacar a relevância desse processo de pactuação, visto que as ações do PNPM que correspondem às competências e atribuições dos estados e municípios necessitavam de um instrumento formal que permitisse sua efetivação em nível local ao mesmo tempo em que refletisse em cada localidade as demandas prioritárias de sua população, suas especificidades e dinâmicas próprias.

Dessa perspectiva, o PNPM vem desempenhando um papel orientador para as administrações públicas, no sentido de possibilitar que essas instâncias elaborem, a partir do reconhecimento de suas realidades, planos municipais ou estaduais de políticas para as mulheres e desenvolvam, assim, as suas competências no atendimento às necessidades de gênero.

A partir da existência do PNPM toda a ação da SPM foi reorientada, bem como sua relação com os outros ministérios que passou a ser mediada pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM.

Uma questão que merece comentário é a orçamentária. Trabalhou-se neste primeiro ano com um orçamento elaborado antes da existência do Plano e, muito embora o PPA 2004-2007 inclua um desafio referente à redução das desigualdades de gênero e raça, não podemos afirmar que este orçamento foi elaborado sob a ótica de gênero. A existência do Plano e a mobilização de recursos para sua execução colocam, portanto, para as áreas de planejamento do governo central, a necessidade de incorporar definitivamente o olhar de gênero na elaboração tanto do PPA quanto das consequentes peças orçamentárias anuais.

O avanço considerável obtido durante o ano de 2005 está refletido no processo de sensibilização que vem ocorrendo nos órgãos governamentais da esfera federal, no que diz respeito à questão de gênero e às políticas para as mulheres. É possível afirmar que o próximo processo de revisão do Plano Plurianual 2004-2007 não poderá deixar de considerar esta realidade, que terá reflexos, também, no processo de elaboração do orçamento 2007.

A primeira seção deste relatório contextualiza os momentos que antecederam a elaboração do Plano, desde a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres até o anúncio, em rede nacional de rádio e televisão, da existência do Plano para a sociedade brasileira. A segunda seção relata o método de trabalho adotado pelo Comitê, as discussões preliminares da metodologia até a consecução do sistema informatizado de acompanhamento, passando pelas reuniões, mensais, no primeiro semestre, e bimestrais, no semestre seguinte. A terceira seção trata das ações implementadas e dos resultados alcançados, que são apresentados guardando-se a estrutura original do Plano, com considerações sobre as ações de destaque referentes a cada um de seus cinco capítulos e, em seguida, apresentadas as respectivas planilhas com as ações definidas por cada órgão como prioritárias para o ano de 2005. A quarta seção estabelece uma discussão sobre a incorporação da perspectiva de gênero no orçamento e no planejamento. E, encerrando, a quinta seção apresenta os desafios a serem enfrentados e as perspectivas que se antevêm para o cumprimento do PNPM nos próximos dois anos.

Nossa expectativa é que este relatório seja mais uma contribuição para o cumprimento do PNPM e para o aperfeiçoamento da gestão pública.

As políticas públicas serão realmente efetivas e eficazes se for considerado o seu impacto diferenciado na vida de homens e mulheres e, se em sua execução, possibilitarem a distribuição eqüitativa de seus benefícios para toda a sociedade.

Políticas para as mulheres, compromisso de todos os dias.

NILCÉA FREIRE

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres
Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

1. ANTECEDENTES

Instituído como o Ano da Mulher no Brasil, 2004 foi marcado principalmente pela realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e pela elaboração e lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que traduz em ações as diretrizes e os princípios aprovados na Conferência.

Ao final da etapa nacional da Conferência, no dia 17 de julho, em Brasília, foram aprovadas 239 diretrizes. Essas diretrizes consubstanciaram-se nas 199 ações que compõem o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial que se reuniu durante três meses, tendo envolvido, ainda, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – e coordenadorias e secretarias de políticas para as mulheres de estados e municípios.

O PNPM foi lançado no dia 8 de dezembro de 2004 e deve ser executado até 2007, quando será realizada uma nova Conferência Nacional, conforme diretriz aprovada na primeira Conferência.

O Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, aprovou o PNPM e instituiu seu Comitê de Articulação e Monitoramento, composto por representantes de onze ministérios e secretarias especiais, além da representação da sociedade civil através do CNDM, e coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. As atribuições do Comitê são: acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidas no PNPM; e promover a articulação entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela implementação do Plano.

Durante todo o ano de 2005, a SPM agiu no sentido de assegurar a implementação das ações do PNPM, bem como de fortalecer as bases para essa implementação por meio das seguintes estratégias: pactuação do Plano com os governos estaduais e municipais; fortalecimento dos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres criados pelo poder executivo nas respectivas esferas; e atuação do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano, incluindo a implantação do Sistema de Acompanhamento do PNPM.

2. MÉTODO DE TRABALHO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E O MONITORAMENTO DO PNPM

Algumas considerações

A implementação do PNPM e o seu monitoramento significam mais que o cumprimento de decisões arroladas em um documento. Trata-se de dar concretude à proposta de transversalidade de gênero nas políticas públicas com transparência e controle social.

Foi sob essa ótica que se deu a articulação intra e entre os órgãos federais e os executivos estaduais e municipais.

Ao analisarmos este relatório e os resultados alcançados até agora devemos ter sempre presente que 2005 foi um ano de transição, quando teve início o diálogo entre o PPA 2004-2007 e o PNPM, por meio do qual foi possível perceber as dificuldades a serem vencidas no sentido da aceitação de um elemento inovador nos processos de gestão pública.

Os pactos com os governos estaduais e municipais

Este processo foi iniciado em março de 2005 e consiste na assinatura de um compromisso entre os governos estaduais e municipais e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Este processo de pactuação tem se efetivado em eventos nos quais se apresenta o Plano para as autoridades governamentais e movimentos sociais de mulheres. Em 2005 foram efetivados 112 pactos – seis, com governos estaduais, e 106 com municípios de 16 estados, abrangendo as cinco grandes regiões brasileiras. Em continuidade ao processo, até maio de 2006 foram assinados outros 56 pactos, totalizando 168 governos estaduais e municipais.

Nos quadros a seguir, apresentamos as pactuações realizadas, respectivamente, em 2005 e em 2006, em cada unidade federativa, com a respectiva data de assinatura do compromisso.

Pactuações do PNPM com Estados e Municípios – 2005

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
RJ	Mesquita	08/03/2005
RJ	Nova Iguaçu	08/03/2005
PB	João Pessoa	05/04/2005
AL	Governo do Estado	05/04/2005
AL	Santana do Ipanema	05/04/2005

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
BA	Salvador	13/04/2005
BA	Camaçari	13/04/2005
BA	Lauro de Freitas	13/04/2005
AL	Barra de Santo Antônio	14/04/2005
AL	Cajueiro	14/04/2005
AL	Campestre	14/04/2005
AL	Coruripe	14/04/2005
AL	Estrela de Alagoas	14/04/2005
AL	Girau do Ponciano	14/04/2005
AL	Japaratinga	14/04/2005
AL	Junqueiro	14/04/2005
AL	Monteirópoles	14/04/2005
AL	Mar Vermelho	14/04/2005
AL	Olho D'água das Flores	14/04/2005
AL	Pão de Açúcar	14/04/2005
AL	Maragogi	14/05/2005
RJ	Niterói	25/04/2005
SE	Barra dos Coqueiros	20/05/2005
SE	Aracaju	21/05/2005
AL	Paulo Jacinto	31/05/2005
PE	Olinda	16/06/2005
PE	Recife	16/06/2005
CE	Baturité	22/06/2005
CE	Fortaleza	22/06/2005
CE	Limoeiro do Norte	22/06/2005
CE	Meruoca	22/06/2005
CE	Santana do Acaraú	22/06/2005
CE	Quixadá	22/06/2005
RS	Governo do Estado	29/06/2005
RS	Cachoeirinha	29/06/2005
RS	Cruz Alta	29/06/2005
RS	Charqueadas	29/06/2005
RS	Esteio	29/06/2005
RS	Gravataí	29/06/2005
RS	São Leopoldo	29/06/2005
RS	Santa Maria	29/06/2005
RS	Viamão	29/06/2005
GO	Goiânia	01/07/2005

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
MG	Janaúba	18/07/2005
MG	Governo do Estado	02/08/2005
MG	Belo Horizonte	02/08/2005
MG	Contagem	02/08/2005
RJ	Macaé	02/08/2005
RJ	Nova Friburgo	09/08/2005
SP	Campinas	19/08/2005
SP	Hortolândia	19/08/2005
SP	Cordeirópolis	19/08/2005
SP	Mogi Mirim	19/08/2005
SP	Americana	19/08/2005
SP	Pedreira	19/08/2005
SP	Mogi Guaçu	19/08/2005
SP	Vinhedo	19/08/2005
SP	Sumaré	19/08/2005
SP	Estiva Gerbi	19/08/2005
SP	Indaiatuba	19/08/2005
SP	Cosmópolis	19/08/2005
SP	Nova Odessa	19/08/2005
SP	Artur Nogueira	19/08/2005
SP	Valinhos	19/08/2005
SP	Engenheiro Coelho	19/08/2005
SP	Santo Antônio da Posse	19/08/2005
SP	Limeira	19/08/2005
SP	Jaguariúna	19/08/2005
MA	São Luís	22/08/2005
SC	Coronel Martins	26/08/2005
SC	Laguna	26/08/2005
SC	Guaraciaba	26/08/2005
SC	Ipira	26/08/2005
SC	Passos Maia	26/08/2005
SC	Planalto Alegre	26/08/2005
SC	Tunápolis	26/08/2005
TO	Palmas	02/10/2005
RJ	Governo do Estado	10/10/2005
AP	Governo do Estado	13/10/2005
AP	Laranjal do Jari	13/10/2005
AP	Macapá	13/10/2005

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
AP	Mazagão	13/10/2005
AP	Oiapoque	13/10/2005
AP	Pedra Branca do Amapari	13/10/2005
AP	Pracuúba	13/10/2005
AP	Santana	13/10/2005
AP	Serra do Navio	13/10/2005
AP	Vitória do Jarí	13/10/2005
AP	Calçoene	13/20/2005
ES	Castelo	18/11/2005
ES	Santa Maria de Jetibá	18/11/2005
ES	Iconha	18/11/2005
ES	Serra	18/11/2005
ES	Vila Velha	18/11/2005
ES	Cariacica	18/11/2005
ES	Vitória	18/11/2005
ES	Montanha	18/11/2005
ES	Ibiraçu	18/11/2005
ES	Domingos Martins	18/11/2005
ES	Anchieta	18/11/2005
ES	Rio Bananal	18/11/2005
ES	Colatina	18/11/2005
ES	Baixo Guandu	18/11/2005
ES	Ecoporanga	18/11/2005
ES	Fundão	18/11/2005
ES	Viana	18/11/2005
RJ	Itaboraí	21/11/2005
RJ	Quissamã	29/11/2005
RJ	Natividade	29/11/2005
RJ	São João da Barra	29/11/2005
RJ	Belford Roxo	13/12/2005
BA	Candeias	19/12/2005

Pactuações do PNPM com Estados e Municípios – 2006

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
PR	Maringá	06/02/2006
RS	Sarandi	06/02/2006
PR	Umuarama	08/02/2006
PR	Coronel Vivida	09/02/2006
PR	Reserva do Iguaçu	08/02/2006

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
SP	Taboão da Serra	10/02/2006
MT	Barra do Garças	13/02/2006
RS	Sobradinho	15/02/2006
PR	Governo do Estado	21/02/2006
PR	Campo Mourão	28/02/2006
PR	Assis Chateaubriand	03/03/2006
RJ	São Gonçalo	06/03/2006
PR	Curitiba	07/03/2006
RO	Porto Velho	20/03/2006
AC	Governo do Estado	21/03/2006
AC	Rio Branco	21/03/2006
AC	Brasiléia	21/03/2006
AC	Epitaciolândia	21/03/2006
MT	Cuiabá	17/04/2006
MT	Mirassol D'Oeste	17/04/2006
MT	Santo Afonso	17/04/2006
MT	Santo Antônio de Leverger	17/04/2006
MT	Rondonópolis	17/04/2006
MT	Juina	17/04/2006
MT	Diamantino	17/04/2006
MT	Barra do Bugres	17/04/2006
MT	Lucas do Rio Verde	17/04/2006
MT	Tangará da Serra	17/04/2006
SP	São Carlos	24/04/2005
SP	Itapeva	24/04/2006
SP	Alumínio	24/04/2006
SP	Angatuba	24/04/2006
SP	Luzitânia	24/04/2006
SP	Paranápuã	25/04/2006
SP	Pilar do Sul	25/04/2006
SP	São Miguel Arcanjo	25/04/2006
SP	Estância Turística de Santa Fé do Sul	25/04/2006
SP	São José do Rio Preto	25/04/2006
SP	Ariranha	25/04/2006
SP	Bebedouro	25/04/2006
SP	Guaira	25/04/2006
SP	Colômbia	25/04/2006
SP	Itápolis	25/04/2006

UF	Governo do Estado / Município	Data da assinatura
SP	Fernandópolis	25/04/2006
SP	Mirassol	25/04/2006
SP	Jales	25/04/2006
SP	Itapetininga	26/04/2006
SP	Sarapuí	26/04/2006
SP	Votorantim	26/04/2006
SP	Conchas	26/04/2006
SP	Botucatu	28/04/2006
SP	Estância Turística de Salto	28/04/2006
SP	Sorocaba	28/04/2006
SP	Guarei	28/04/2006
SP	Paranapanema	28/04/2006
SP	Piedade	28/04/2006

Fortalecimento da institucionalidade de gênero e do controle social

Como ação facilitadora da SPM para o fortalecimento da institucionalidade de gênero e de potencialização da implementação do PNPM, foi criado o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas Públicas para as Mulheres, que tem se reunido regularmente em nível nacional e em encontros regionalizados. Dentre esses encontros, destaca-se a realização de quatro Fóruns Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres: no Nordeste, entre 29 e 30 de agosto, em Salvador/ BA; no Sudeste, entre 26 e 27 de setembro, em Osasco/ SP; no Sul, entre 5 e 6 de outubro, em Porto Alegre/ RS; e no Centro-Oeste e Norte, entre 20 e 21 de outubro, em Campo Grande/ MS.

Também foram realizados em 2005 dois fóruns nacionais: um no mês de maio outro no de dezembro. No segundo fórum houve uma reunião conjunta dos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, para discussão dos seguintes temas: prevenção de câncer de colo; enfrentamento do tráfico de pessoas; e execução orçamentária da SPM. Vale ressaltar ainda que durante 2005, o CNDM, mesmo tendo representante no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, recebeu informações, em suas reuniões, sobre o andamento do Plano e das ações adotadas pelo Comitê para sua implementação.

É importante ainda chamar atenção para a estratégia de aproximação proposta para os Conselhos de Saúde e os Conselhos dos Direitos das Mulheres, tanto na esfera estadual quanto municipal, formulada no final de 2005, e que resultou, inicialmente, no Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres, realizado em março de 2006, em Brasília. Participaram desse seminário conselhos, assessorias e demais órgãos de defesa dos direitos da mulher em estados e municípios, bem como conselhos de saúde, gestores e técnicos das instituições do Sistema Único de Saúde (SUS). Ao reunir organismos de defesa da mulher e conselheiros da saúde, o governo federal propõe-se a estimular o diálogo e a articulação entre estes

dois grupos. Os temas debatidos foram norteados por aspectos constantes do capítulo terceiro do PNPM, referente à saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Esta iniciativa deverá ter sua continuidade refletida no controle social exercido pelos conselhos no que diz respeito à implementação e ao monitoramento das ações relativas à saúde da mulher constantes do PNPM nos respectivos estados e municípios.

Acompanhamento das ações do PNPM

A primeira reunião do Comitê ocorreu em 14 de abril, sendo que, ao longo de 2005, foram realizadas sete reuniões, entre elas uma oficina de capacitação. Ainda no mês de abril de 2005, ocorreram reuniões preparatórias com os ministérios responsáveis pela execução do Plano. Nesses encontros, ficou evidente para as(os) envolvidas(os) que para monitorar o PNPM seria necessário criar instrumentos para tal, tendo em vista a inexistência dos mesmos. Nesse sentido, acordou-se que os passos essenciais eram a construção de um sistema informatizado que facilitasse o acompanhamento da execução do Plano e a homogeneização de conhecimento entre os integrantes do Comitê sobre os conceitos de monitoramento e avaliação. Para tanto, realizou-se uma oficina de trabalho nos dias 12 e 19 de maio de 2005, nas dependências da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), com duração total de cerca de 16 horas. A oficina foi conduzida por uma especialista no tema, contratada por meio do projeto de cooperação técnica internacional da SPM com o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem). Durante a oficina, as integrantes do Comitê trabalharam conceitos e metodologias de monitoramento e avaliação de políticas, bem como elaboraram uma proposta preliminar de sistema de monitoramento do PNPM.

Após as reuniões de criação do Comitê e a oficina de trabalho, os encontros subseqüentes definiram os passos para o detalhamento das ações e acompanhamento de sua execução. Com foco na definição das prioridades para 2005 e dos parâmetros a serem utilizados no monitoramento, realizaram-se reuniões com os diferentes órgãos, com a presença de representantes da SPM, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), das integrantes do Comitê e, eventualmente, de outros servidores dos órgãos. Como resultado desse trabalho, foi elaborada uma planilha de detalhamento das ações prioritárias para 2005, que embasou, ao longo do último quadrimestre desse ano, o desenho do sistema informatizado de acompanhamento.

Os critérios que nortearam a prioridade na execução de ações pelos ministérios e secretarias especiais foram a existência das mesmas em seus orçamentos e, portanto, a garantia da possibilidade de atendimento e a forte demanda apresentada na Conferência de 2004, mesmo quando não havia orçamento previsto. Em face de sua importância no processo de transversalização da política de gênero, essas ações demonstraram a necessidade de futuras alterações no planejamento quando das revisões do PPA 2004-2007.

Nas reuniões de julho e de agosto do Comitê de Articulação e Monitoramento, as(os) representantes discutiram as informações da planilha. Esta é composta por informações extraídas do PNPM – número e nome da ação, órgãos responsáveis pela execução da mesma e produto; referentes à execução física da ação, isto é, quantificação dos produtos – meta prevista e meta realizada; referentes à execução financeira da ação – recursos previstos, recursos aplicados, respectivos programa e ação do PPA (no âmbito dos quais a ação do PNPM é executada); e complementares – informações qualitativas e regionalização.

Entre os meses de setembro e dezembro de 2005, foram definidos o desenho e as especificações do sistema de acompanhamento, tendo como a base a planilha acordada no Comitê, que foi desenvolvido por um profissional contratado no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional da SPM com o Unifem.

O sistema pode ser acessado via *web* por todos(as) (os)as integrantes do Comitê, para atualização *on line* das informações de cada ação e das metas e para consulta. Existe uma previsão desse sistema entrar no ar para consulta e acompanhamento das realizações do PNPM pela sociedade em geral. O objetivo é dar maior transparência à execução do Plano, cuja implementação poderá ser acompanhada permanentemente, e não somente por meio dos relatórios anuais.

Ainda no mês de dezembro, por meio de parceria da SPM com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi contratada consultoria especializada com o objetivo de definir e levantar indicadores de processo e de resultado para o PNPM. O trabalho da consultora contratada, que será finalizado até maio de 2006, inclui a elaboração de uma tela específica destinada ao monitoramento permanente dos indicadores definidos, a ser inserida no Sistema de Acompanhamento do PNPM.

Em janeiro de 2006, o sistema foi disponibilizado para atualização por parte das(os) integrantes do Comitê. Além disso, deu-se início ao processo de revisão do PNPM, que é atribuição regimental do Comitê. O objetivo é efetuar os ajustes necessários nas ações do Plano, com vistas a sanar eventuais incoerências ou desacertos na definição do órgão responsável, adequar redações, entre outros aspectos pontuais. Cabe destacar que não se trata de um replanejamento, mas somente de um trabalho de ajuste com base nas constatações feitas ao longo do ano. Uma revisão de conteúdo do PNPM só deverá ser feita após a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, a realizar-se em 2007.

Apesar das dificuldades encontradas na obtenção de todas as informações identificadas como necessárias para o monitoramento das ações, reconheceu-se a importância de dar início ao processo de sistematização e quantificação dos resultados das políticas para as mulheres no governo federal. O compromisso assumido perante a sociedade traduz-se em um esforço permanente dos diferentes órgãos de governo para implementar as ações que compõem o PNPM e para mensurar os seus resultados.

Como detalhado na quarta seção deste relatório, as principais dificuldades encontradas estão relacionadas à quantificação dos resultados, tanto do ponto de vista físico, mas, especialmente, financeiro, pois as ações inseridas no Plano, na maioria dos casos, são executadas no âmbito de ações mais amplas do Plano Plurianual (PPA) e do Orçamento Federal, que não foram pensados sob uma perspectiva de gênero. Desse modo, como as informações são coletadas de forma agregada por ação do PPA, os dados financeiros de sub-ações são de difícil mensuração. A identificação do programa e da(s) ação(ões) do PPA e do Orçamento no âmbito dos quais a ação correspondente do PNPM é executada constitui uma primeira tentativa de levantar essas informações.

Na seção a seguir, é apresentada essa correspondência para cada ação prioritária, de forma que a sociedade civil possa acompanhar a execução do PNPM e dos programas do PPA a ele relacionados.

3. AÇÕES IMPLEMENTADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentre as 199 ações propostas no Plano, cada órgão, como mencionado anteriormente, definiu, prioridades para 2005. Em relação a estas, serão apresentadas, a seguir, as principais realizações no período, organizadas segundo os cinco capítulos do Plano:

- 3.1 - Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania;
- 3.2 - Educação inclusiva e não-sexista;
- 3.3 - Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- 3.4 - Enfrentamento da violência contra as mulheres; e
- 3.5 - Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Ao lado do andamento das metas de cada capítulo e das ações de destaque, serão apresentadas também informações sobre as realizações e os programas e ações do PPA para cada ação prioritária de 2005. Algumas dessas informações remetem a resultados alcançados em anos anteriores, o que permite verificar a evolução das políticas para as mulheres ao longo dos últimos anos, especialmente a partir de 2003, ano de criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em alguns casos, as informações mostradas já contemplam realizações ocorridas em 2006.

3.1 - AUTONOMIA, IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA

A perspectiva da autonomia das mulheres perpassa todo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Considera-se que as mulheres são sujeito de direito, e protagonistas de suas histórias e da história do país, assim, o compromisso com seu empoderamento deve ser não somente da comunidade e da sociedade, mas também do Estado. O exercício pleno de sua cidadania passa pela garantia de seus direitos, e também pelo reconhecimento das desigualdades de oportunidades hoje existentes em nosso país.

O capítulo 1 do PNPM reúne objetivos, metas, prioridades e ações relacionadas ao mundo do trabalho e aos direitos das mulheres à documentação, à propriedade, à infra-estrutura urbana e rural, à habitação. Estão previstas ações de atendimento prioritário para as mulheres em programas já implementados pelo governo federal; ações de qualificação profissional, incentivo à geração de emprego e renda e inserção no mercado de trabalho; ações para a inclusão de trabalhadoras rurais e de incentivo à sua produção, acesso a terra, participação e cidadania; ações de fiscalização para a garantia dos direitos trabalhistas das mulheres; ações de melhoria das condições de trabalho das empregadas domésticas; ações de revisão da legislação; e ações de capacitação de mulheres para o trabalho, entre outras.

A primeira meta apresentada no referido capítulo diz respeito à elevação, em 5,2%, da taxa de atividade das mulheres entre 2003 e 2007. Dados relativos a 2003, indicam que 50,7% das mulheres estavam economicamente ativas, ou seja, trabalhando ou em busca de um trabalho. Em 2004, a taxa de atividade feminina foi de 51,6%, o que representa um crescimento de aproximadamente 1,7% na proporção de mulheres economicamente ativas em relação ao ano anterior. Cabe destacar que esses são dados mais recentes divulgados pelo IBGE, uma vez que as informações para 2005 só devem estar disponíveis em meados do segundo semestre de 2006. Dessa perspectiva, mantendo-se tal ritmo de crescimento anual, a expectativa é de que a meta seja alcançada em 2007, quando se poderá atingir uma PEA feminina de 54,2%, o que representaria uma elevação de 5,3% na taxa de atividade das mulheres entre 2003 e 2007.

A segunda meta do referido capítulo é manter a média nacional em, no mínimo, 50% de participação das mulheres no total de trabalhadores capacitados e qualificados atendidos pelo Programa Nacional de Qualificação (PNQ) e nos convênios do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com entidades que desenvolvam formação profissional. Este percentual, em 2005, foi de 56%, superando a meta estabelecida no PNPM.

As metas seguintes referem-se à concessão de crédito e à documentação das mulheres trabalhadoras rurais. No Plano Safra 2004/2005 - que abrange o segundo semestre de 2004 e o primeiro semestre de 2005 - 322 mil mulheres acessaram as linhas de crédito do Pronaf, o que representa 80% da meta, indicando que a meta estabelecida no Plano deverá ser alcançada. No âmbito da meta proposta para a documentação, 122 mil mulheres do meio rural foram beneficiadas em 2005, o que representa, em um só ano, 50% da meta a ser alcançada até o final de 2007.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desempenha papel relevante na execução de diferentes ações deste capítulo, assim, em 2005, destacam-se os resultados alcançados nas políticas para as trabalhadoras rurais. As ações descritas, executadas sob a coordenação do MDA, foram desenvolvidas em prol de um maior acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária e comunidades quilombolas.

Embora presentes e atuando ativamente no campo, as trabalhadoras sempre enfrentaram dificuldades mais acirradas que os seus companheiros no acesso à terra, à titulação desta, ao processo de tomada de decisões nos conselhos representativos locais gestores das políticas públicas. Diante de tal quadro, o MDA tem lançado mão de parceria com a SPM para a execução das ações que integram o PNPM e que visam à ampliação e fortalecimento da participação econômica das trabalhadoras rurais, garantindo seu acesso aos recursos produtivos, bem como de sua participação social e da promoção da cidadania. Cabe, ainda, registrar outras medidas de promoção da igualdade de gênero também executadas pelo MDA e que fazem parte de seu II Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), como também o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais e o Programa Brasil Quilombola, este em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

As ações desenvolvidas abarcam as seguintes frentes principais: participação e cidadania; desenvolvimento sustentável de territórios rurais; inclusão na reforma agrária; agricultura familiar e etnodesenvolvimento. Entre elas, destacam-se:

- Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural: criado em 2004, por meio de parceria com diversos órgãos governamentais, possibilitou, desde seu primeiro ano, a emissão e distribuição de mais de 211 mil documentos civis (Registro de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e Previdência Social, registro no Instituto Nacional de Seguridade Social, Cadastro de Pessoa Física) que beneficiaram mais de 122 mil mulheres trabalhadoras rurais nos 363 municípios brasileiros percorridos pelos 338 mutirões itinerantes até o final de 2005, sendo que, entre 2004 e 2005, houve um aumento de 90% no número de mutirões realizados.
- Programa de Fortalecimento das Redes de Órgãos Colegiados de Desenvolvimento Rural Sustentável: envolve ações para ampliar a participação das mulheres nas políticas públicas, desenvolvidas por meio do Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e da atuação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Entre os resultados alcançados, registra-se um aumento do número de conselheiras e organizações de mulheres no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural (CONDRAF); a criação do Comitê Permanente de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia; a capacitação de conselheiras e conselheiros dos colegiados estaduais; e, especialmente, a promoção da inclusão das demandas na agenda desses conselhos. Em 2005, foram capacitadas(os) 180 conselheiras(os) dos colegiados estaduais, em cursos que incluíram um módulo sobre gênero e desenvolvimento rural sustentável.
- Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA e realizado por meio de convênio entre o Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia e a Sempreviva Organização Feminista (SOF). Prevê a elaboração do Projeto de Fortalecimento das Mulheres Rurais no Desenvolvimento Territorial, que, por sua vez, tem como objetivo a autonomia e emancipação social dessas trabalhadoras, fomentando o seu protagonismo com apoio financeiro a projetos de estruturação de produtos específicos de mulheres.
- Titulação conjunta da terra: calcada nas demandas presentes nos movimentos de mulheres, que, desde a década de 1980, apontavam para as dificuldades de concessão da titularidade da propriedade rural às mulheres. A implementação do artigo 189 da Constituição Federal, a partir de 2003, vem tornando mais efetiva a inclusão das mulheres do campo, pois garante o acesso das trabalhadoras a tal título nos assentamentos. A Portaria nº 981/2003, do INCRA, tem garantido a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para os lotes de assentamentos constituídos por casal.
- Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): prevê a inclusão produtiva de mulheres, considerando a diversificação da produção existente nos assentamentos da Reforma Agrária, a capacitação de técnicos em gênero e reforma agrária por meio de metodologias que estimulem o protagonismo das trabalhadoras rurais.
- Crédito Especial para Mulheres Assentadas: no Plano Safra 2005/2006, as mulheres assentadas passam a ter direito de realizar, por meio do Pronaf Mulher, uma operação de microcrédito rural para o desenvolvimento de uma atividade produtiva.

- Com o objetivo de incluir mulheres na agricultura familiar, parcerias entre governo federal, governos estaduais e organizações civis têm possibilitado a implementação da política Pronaf Capacitação e do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), criados em 2003. Por meio do Pronaf Capacitação, 10 dos 45 projetos apoiados em 2004 foram protagonizados por mulheres, representando montante de R\$ 1,3 milhão. Em 2005, mais cinco projetos, todos na região Nordeste, foram apoiados. Para 2006, está prevista a Chamada de Projetos, que configura estratégia de expansão do número de financiamentos;
- A fim de viabilizar a comercialização dos produtos específicos de mulheres trabalhadoras rurais, é realizada, desde 2004, anualmente, a Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária. Para incentivar a participação de organizações produtivas de mulheres trabalhadoras rurais, foram realizadas reuniões nacionais e locais e foi elaborado um catálogo de produtos destas organizações;
- Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais: tem o objetivo de apoiar a organização produtiva e melhorar o acesso das mulheres às políticas de apoio à produção (crédito, assistência técnica, comercialização, infra-estrutura produtiva etc.). Em 2005, foi feita uma chamada pública, na qual se inscreveram 248 grupos de mulheres, tendo sido selecionados 31 grupos, das cinco regiões do país, que iniciaram suas atividades em janeiro de 2006;
- Ampliação do acesso das mulheres ao crédito Pronaf: O número de operações passou de 97.200 (2001/2002) para 322.508 (2004/2005). Foi feita uma importante mudança na Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal, estimulando uma maior inclusão das mulheres no Programa. Foram realizadas as Cirandas do Pronaf para as Mulheres, um trabalho de difusão e capacitação, bem como a qualificação dos agentes financeiros que operam o Pronaf, para ampliar o acesso das mulheres;
- Pronaf Mulher: tornou-se uma linha específica de investimento disponível exclusivamente para as mulheres que se enquadravam em alguns grupos do Pronaf na safra 2004/2005. A partir da safra 2005/2006, todas as mulheres, enquadradas em todos os grupos, têm direito a esse crédito especial. No Plano Safra 2004/2005, foram realizados 2.598 contratos no Pronaf Mulher, totalizando a aplicação de R\$ 21 milhões nesta linha de crédito;
- Etnodesenvolvimento de Mulheres Quilombolas: com cerca de 2.200 comunidades quilombolas já mapeadas; a SEPPIR vem coordenando o Programa Brasil Quilombola. O MDA, por sua vez, atua na inclusão social e nos direitos econômicos dessa população, apoiando sua produção e viabilizando o acesso e garantia de seus territórios. Em parceria com o UNIFEM e apoio do Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID), no âmbito do Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, tem-se desenvolvido, desde 2004, o Projeto Gênero, Raça e Atividades Produtivas para o Etnodesenvolvimento;
- Prêmio Margarida Alves de Estudos de Gênero: visa subsidiar a formulação de políticas públicas para as trabalhadoras rurais e estimular a produção de pesquisas e estudos no campo das ciências humanas e agrárias. O Prêmio selecionará trabalhos de pós-graduação, nas categorias apoio à pesquisa e ensaio inédito, que abordem temas relativos a mulheres trabalhadoras rurais e comunidades tradicionais – Mulheres ontem e hoje; agricultura familiar; movimentos sociais; reforma agrária; saberes tradicionais; regularização fundiária;

sexualidade; políticas públicas; violência. O Prêmio conta com a parceria da SPM, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e da Sociedade Brasileira para o Progresso a Ciência (SBPC). Em 2005, o Prêmio recebeu a inscrição de 48 trabalhos;

- Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar: aprovada por unanimidade pelos governos dos quatro Estados-membro do Mercosul em junho de 2004, constitui o espaço formal onde governos e agricultores discutem políticas públicas para a agricultura familiar e campesina da região, sendo uma instância propositiva ao órgão coordenador do Mercosul, o Grupo de Mercado Comum (GMC). Seu objetivo é fortalecer a agricultura de base familiar e diminuir a pobreza e as assimetrias entre os países. Desde sua criação desenvolve dois eixos de trabalho: fortalecimento de políticas públicas e geração de renda por meio da facilitação do comércio. Dentre suas atividades, os países membros definiram os pontos focais para acompanhar uma agenda comum de trabalho sobre as políticas para as mulheres, que por sua vez se integram à Reunião Especializada da Mulher no Mercosul.
- Por fim, com o intuito de difundir as políticas públicas para as mulheres e capacitá-las com vistas à ampliação do acesso à reforma agrária e à agricultura familiar, o MDA, por meio de seu Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, em convênio com a Sempreviva Organização Feminista, tem realizado diagnósticos da situação de mulheres trabalhadoras rurais e seu acesso às políticas públicas, bem como promovido oficinas e encontros com a finalidade de discutir maneiras de possibilitar o aumento de sua participação. A SOF atua em dez estados da federação (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

No ano de 2005, a SPM deu um passo decisivo em direção à consolidação de suas ações orientadas à promoção da eqüidade e ao combate a todas as formas de discriminação de gênero no mundo do trabalho: o Programa Pró-Eqüidade de Gênero e as ações relacionadas com o incentivo ao acesso das mulheres a linhas de microcrédito produtivo no meio urbano, além da continuidade das ações de apoio a projetos de incentivo à inserção das mulheres na População Economicamente Ativa – PEA – e de capacitação de mulheres para a geração de trabalho e renda.

Lançado em 22 de setembro de 2005, em parceria com Unifem e OIT, o Programa Pró-Eqüidade de Gênero tem como objetivos: contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego; conscientizar e sensibilizar empregadores e estimular as práticas de gestão que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro da empresa; reconhecer publicamente o compromisso das empresas com a eqüidade de gênero no mundo do trabalho; criar a rede Pró-Eqüidade de Gênero; e construir um banco de “boas práticas” de gestão que promova a eqüidade de gênero no mundo do trabalho.

Neste primeiro momento de sua vigência, o Pró-Eqüidade está direcionado para as empresas públicas que desejarem aderir, assumindo o compromisso de implementar no período de um ano ações destinadas à

promoção da eqüidade de gênero e ao combate a todas as formas de discriminação. Ao final deste primeiro ano, as empresas participantes poderão ser distinguidas com o Selo Pró-Eqüidade de Gênero, que, entre outras funções, deverá habilitá-las a integrar a rede de organizações na mesma situação, com vistas à troca de experiências, à ampliação e ao fortalecimento das iniciativas de promoção da eqüidade. Para habilitar-se à conquista do Selo as empresas assumem o compromisso de implementar um Plano de Ação formulado a partir de sua ficha-perfil, instrumento que visa a elaboração de um diagnóstico das condições atuais da organização em duas áreas consideradas essenciais para a compreensão das principais características das relações de trabalho: a gestão de pessoas e a cultura organizacional.

Sob a coordenação da SPM, o Comitê Pró-Eqüidade de Gênero vem promovendo a pactuação dos Planos de Ação apresentados por cada uma empresas que já aderiram formalmente ao Programa: Eletrobrás; Eletronuclear; Furnas Centrais Elétricas; Eletrosul; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL); Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE); Companhia Energética de Alagoas (CEAL); Itaipu Binacional; Eletronorte; Radiobrás; Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal e Petrobras.

Outra ação importante sob a responsabilidade da SPM e que foi incluída no PNPM, prioridade 1.2, prevê a capacitação de agentes de crédito na temática de gênero. Cabe destacar que essa ação integra o programa Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho e foi fortemente demandada nas discussões da I Conferência. O objetivo de tal capacitação é sensibilizar estes agentes para o desempenho de suas funções, visando à melhoria da qualidade no atendimento e, consequentemente, à expansão da demanda por crédito entre as mulheres, notadamente aquelas de menor poder aquisitivo. Estas, historicamente, desempenham papéis complementares nos diferentes tipos de empreendimentos familiares e, por razões diversas, estão excluídas dos postos de melhor remuneração no mercado de trabalho. Por essa razão, a capacitação dos(as) agentes de crédito é considerada estratégica, na medida em que possibilita o acesso a um instrumento fundamental para a conquista da autonomia das mulheres: o financiamento de projetos produtivos sob a sua responsabilidade, sejam eles micro ou pequenos empreendimentos, conduzidos individualmente ou de forma coletiva, em cooperativas ou associações diversas. Entende-se que a condução de um projeto dessa natureza permite às mulheres a descoberta e o desenvolvimento de suas potencialidades, ao mesmo tempo em que lhes possibilita a conquista de novos espaços no mundo do trabalho e de uma renda própria, advinda de uma capacidade produtiva, para muitas, até então desconhecida. Sob essa perspectiva é que se constrói, paulatinamente, uma auto-imagem cada vez mais positiva que fortalece a auto-estima e que, mediante o reforço de outros fatores importantes, é engendrada a autonomia e o empoderamento das mulheres.

Além da necessidade do acesso ao crédito, confirmada nas conclusões da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, foi também apontada nesse mesmo fórum a necessidade de sensibilização dos(as) profissionais que atuam no setor, considerando-se a falta de experiência destes no trato com a população de

baixa renda e, especialmente, com as mulheres desse segmento social. Assim, com o intuito de dar o primeiro passo na direção do objetivo maior de promover o acesso ao crédito e ao microcrédito produtivo urbano, a SPM celebrou convênio com o Banco da Mulher, cujas atividades estão sendo realizadas por meio do projeto "Acesso ao Microcrédito – Necessidade de Gênero: Projeto Estratégico para a Ampliação da Clientela Feminina". Como resultado, foram sensibilizados(as) e capacitados(as) 260 profissionais operadores(as) de microcrédito, com a perspectiva de que fazem parte de uma política pública socioeconômica. A atuação do projeto ocorreu em 10 estados brasileiros localizados em todas as macrorregiões do país.

A necessidade de capacitação para o enfrentamento das desigualdades no mundo do trabalho tem sido apontada como essencial para a inclusão social, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentável articulada com o aumento de probabilidade de permanência no mercado de trabalho e elevação de produtividade. Por estas razões, a SPM entende que a transversalização da perspectiva de gênero passa, necessariamente, por uma política de capacitação no âmbito do setor público, bem como dos(as) agentes e agências da sociedade civil que possam apoiar, como parceiros, a implementação de políticas de gênero. Dessa perspectiva, o Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego (GRPE), desenvolvido pela OIT, em parceria com o Governo brasileiro, constitui um dos instrumentos de apoio da SPM na implementação de suas ações prioritárias, desenhadas no âmbito do PNPM.

Orientada para otimizar a conjugação de esforços no enfrentamento do combate a todas as formas de discriminação, a parceria estabelecida entre a OIT, a SPM, a SEPPIR, o MTE e outros órgãos centrais do governo tem avançado no processo de capacitação de gestoras e gestores federais de dez ministérios; gestoras e gestores municipais de sete municípios do ABC paulista, das cidades de São Paulo e Salvador, bem como de cinco municípios do Vale do Jequitinhonha. Foram também capacitados(as) nesses municípios, atores da sociedade civil, dos movimentos negro e de mulheres, centrais sindicais e de empregadores.

Marco importante no processo de cumprimento das Convenções 100 e 111 da OIT, a criação e instalação, em agosto de 2004, da Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho tem possibilitado o diálogo social entre representantes de trabalhadores, empregadores e do poder público, juntamente com a assessoria técnica da OIT. Presidida pelo MTE, a Comissão tem por objetivo apresentar propostas que possam subsidiar a implementação de políticas, programas e ações que busquem encurtar as inaceitáveis distâncias que ainda separam mulheres e homens, considerando também os aspectos relacionados à cor e à etnia. Nesse contexto, ocorreram diferentes momentos de apresentações das ações em desenvolvimento pelas partes, assim como as políticas públicas em andamento sob a responsabilidade dos órgãos governamentais, quando o PNPM foi apresentado à Comissão.

Durante 2005, a Comissão realizou o primeiro encontro de trabalho, quando foi elaborado seu Plano de Ação, estruturado em quatro eixos principais: (i) legislação; (ii) ações afirmativas; (iii) comunicação e sensibilização; e (iv) monitoramento e avaliação das ações da Comissão.

O Programa Luz para Todos, desenvolvido pelo governo federal sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia, objeto da ação 1.5.12 do PNPM, merece destaque na medida em que os benefícios gerados têm impacto direto sobre a vida das mulheres. Em 2005, foram beneficiadas pelo Programa 490.994 famílias de 23 unidades da federação. Esses dados ainda não puderam ser disponibilizados com a disagregação por sexo, mas, a partir de 2006, o desenho do Programa contemplará a perspectiva de gênero. Nesse sentido, considera-se que sua inserção como ação do PNPM proporcionou o fortalecimento desta discussão no órgão gestor e possibilitará ao Programa adquirir papel fundamental no debate teórico, uma vez avaliado seu impacto na realidade sob a perspectiva de autonomia das mulheres e igualdade de gênero.

Capítulo 1 - Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania Ações prioritárias 2005 - Realizações

Prioridade 1.1 Ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.1.1	Atender jovens mulheres de forma prioritária no programa Consórcio Social da Juventude (Primeiro Emprego).	MTE	Mulher atendida.	53,4% dos(as) 18.355 jovens atendidos(as) pelos Consórcios da Juventude que já participam de atividades são mulheres.	Programa 1329 - Primeiro Emprego: Ação 4788 - Concessão de auxílio-financeiro a jovens habilitados ao Primeiro Emprego, inseridos no serviço voluntário.
1.1.4	Estabelecer metas percentuais de participação de mulheres no Plano Nacional de Qualificação e nos convênios do MTE com as entidades que desenvolvem formação profissional com recursos públicos.	MTE	Mulher beneficiada com a formação e requalificação profissional.	56% dos qualificados através do PNQ foram mulheres. Obs.: Os projetos de 2005 se encerraram em abril de 2006.	Programa 0101 - Qualificação Social e Profissional: Ação 4725 - Qualificação de trabalhadores para manutenção do emprego e incremento da renda; Ação 4733 - Qualificação de trabalhadores beneficiários de políticas de inclusão social. Programa 0099 - Integração das políticas públicas de emprego, trabalho e renda: Ação 0217 - Bolsa de qualificação profissional para trabalhador com contrato de trabalho suspenso.
1.1.5	Promover ou apoiar a realização de cursos de capacitação técnica e gerencial para as mulheres, em parceria com outros setores do governo, setor privado e organizações da sociedade civil.	SPM	Mulher capacitada.	Capacitadas 2.577 mulheres, no âmbito de projetos destinados à geração de emprego e renda, atingindo oito estados das cinco Grandes Regiões do país. Recursos aplicados: R\$ 1.486.098,00.	Programa 1087 - Incentivo à autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho: Ação 8469 - Capacitação de mulheres para o trabalho nos setores produtivos rural e urbano.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.1.6	Capacitar mulheres quilombolas com visitas à geração de emprego e renda.	SEPPIR SPM	Mulher quilombola capacitada.	Capacitadas 5.500 mulheres quilombolas.	Programa 1336 - Brasil Quilombola.
1.1.7	Apoiar estados e municípios na construção de equipamentos sociais, para facilitar a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho (creches, restaurantes, lavanderias públicas etc.) e nos programas habitacionais para a população de baixa renda.	MDS MEC MCid	Equipamento social construído. Estado ou município apoiado.	Apoiada pelo MDS a implantação de 56 restaurantes e 130 cozinhas comunitárias. Apoiada, pelo MCid, a criação de 6 postos de saúde; 24 creches; 5 escolas de ensino fundamental; 21 centros de uso múltiplo; 4 postos policiais; 8 quadras de esportes; 12 áreas de lazer, perfazendo o total de 91 equipamentos sociais. Recursos aplicados: R\$ 34.027.632,00.	Programa 1011 - Rede Solidária de Restaurantes Populares: Ação 0987 - Apoio à instalação de restaurantes populares públicos e de pequenas unidades de produção e comercialização de refeições. Programa 1128 - Urbanização, regularização fundiária e integração de assentamentos precários: Ação 0644 - Apoio à urbanização de assentamentos precários (HABITAR BRASIL BID - HBB).

Prioridade 1.2. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.2.1	Apoiar técnica e financeiramente projetos de geração de trabalho e renda, inseridos na lógica da economia solidária, com foco nas famílias chefiadas por mulheres.	MDS	Projeto apoiado.	Apoiados 300 grupos.	Programa 1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento: Ação 4963 - Promoção da inclusão produtiva; Ação 5565 - Geração de renda para populações carentes.
1.2.2	Apoiar técnica e financeiramente projetos de geração de emprego, trabalho e renda, como incubadoras, cooperativas e associações.	SPM	Projeto apoiado.	Apoiados 12 projetos, em oito estados. Recursos aplicados: R\$ 939.655,00.	Programa 1087 - Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação 09HV - Apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres.
1.2.3	Priorizar o apoio a empreendimentos de economia solidária de associações de mulheres.	MTE	Empreendimento apoiado.	Apoiados cinco empreendimentos em Minas Gerais, beneficiando 47 mulheres.	Programa 1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento: Ação 4963 - Promoção da inclusão produtiva; Ação 5565 - Geração de renda para populações carentes.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.2.6	Atender jovens mulheres de forma prioritária na linha de financiamento Jovem Empreendedor do Programa de Geração de Emprego e Renda.	MTE	Mulher atendida.	Crédito jovem empreendedor - 384 dos 686 projetos em fase de avaliação são de mulheres.	Programa 1133 - Economia Solidária em Desenvolvimento: Ação 4963 - Promoção da inclusão produtiva; Ação 5565 - Geração de renda para populações carentes.
1.2.7	Capacitar Agentes Multiplicadores para estruturação da economia solidária (assistência técnica, formação de redes para consumo, comercialização, auto-gestão e crédito, dentre outras ações) em organizações ou associações produtivas de mulheres.	MTE SPM	Agente multiplicador capacitado. Organização ou associação produtiva.	Ação não realizada em 2005.	
1.2.8	Ampliar o acesso das mulheres a todos os sistemas de crédito disponíveis, bem como o volume de crédito a elas destinado no âmbito dos programas do MTE e do MDA, inclusive na linha Pronaf Mulher.	MDA MTE	Crédito concedido a mulheres.	Nos programas executados pelo MTE, embora se tenha ampliado o número de operações de microcrédito, não há dados desagregados por sexo. Pronaf Mulher: firmados 322.508 contratos no Plano Safra 2004/2005, com investimento de R\$ 1,2 bilhão; Lançamento do Projeto Terra Negra: linha de crédito fundiário Nossa Primeira Terra (MDA) para jovens negros(as) não-quilombolas, de 18 a 24 anos, oriundos(as) e residentes em áreas rurais, que financia a compra de imóveis rurais. Projeto lançado em âmbito federal e nos estados do RS e SC. Estimativa de 50% de atendimento de mulheres.	Programa 0351 - Agricultura Familiar: Ação 4791 - Remuneração às instituições financeiras pela operação do Pronaf.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.2.9	Divulgar o Pronaf Mulher previsto no Plano Safra - 2004/2005, e a obrigatoriedade da aquisição da Declaração de Aptidão para o Crédito em nome dos dois titulares (homem e mulher agricultores).	MDA	Cartilha publicada e distribuída.	Publicadas e distribuídas 120.000 cartilhas, entre julho de 2004 e julho de 2005. Recursos aplicados: R\$ 37.000,00.	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.2.10	Propor para o sistema de operadores do Pronaf a inclusão dos quesitos sexo, raça/cor e etnia no sistema de acompanhamento das solicitações e contratações realizadas e uma estratégia permanente de divulgação destas informações.	MDA	Quesitos sexo, raça/cor e etnia incluídos no sistema de acompanhamento. Sistema de oferta de informações instituído.	Assinado Termo de Cooperação nº 55000.0004/2005, entre Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste (BNB), Banco do Brasil, SPM e MDA.	Ação não orçamentária.
1.2.11	Avaliar o acesso das mulheres rurais ao Pronaf em reuniões com a equipe técnica e movimentos sociais.	MDA	Avaliação realizada.	Realizadas as Cirandas do Pronaf para mulheres, que envolveram 250 técnicos e lideranças do movimento. Recursos aplicados: R\$ 19.688,87.	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.2.12	Elaborar e implementar uma política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Assistência Técnica Sustentável (ATES) com enfoque de gênero.	MDA	Política elaborada e implementada.	Realizados ajustes à norma e ao manual de execução da ATES; elaborada a Chamada de Projetos para Trabalhadoras Rurais. Política com a questão de gênero inserida.	Programa 0351 - Agricultura Familiar: Ação 4260 - Fomento à assistência técnica e extensão rural para a agricultura.
1.2.13	Monitorar e avaliar a implantação da política de gênero de Assistência Técnica e Extensão Rural e emitir pareceres; acompanhar e avaliar projetos apoiados pelo subprograma de ATER setorial.	MDA	Parecer emitido.	Foram emitidos 24 pareceres.	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.2.14	Promover rede social em gênero e assistência técnica e extensão rural.	MDA	Rede de ATER em gênero constituída.	Foram capacitados(as) 806 técnicos extensistas sobre gênero e desenvolvimento rural. Recursos aplicados: R\$ 119.688,87.	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.2.16	Elaborar plano de desenvolvimento territorial e gênero.	MDA SPM	Plano elaborado.	Ação não realizada em 2005.	
1.2.17	Implementar ação piloto de desenvolvimento territorial e gênero.	MDA SPM	Ação piloto implementada.	Ação não realizada em 2005.	
1.2.18	Promover a inclusão das organizações de mulheres nas articulações institucionais no território.	MDA	Organização de mulheres incluída.	Incluídas 250 organizações de mulheres. Recursos aplicados: R\$ 341.940,00.	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.2.19	Capacitar os(as) operadores(as) de crédito quanto às especificações de gênero, raça e etnia.	SPM	Operador(a) capacitado(a).	Celebrado convênio com o Banco da Mulher do Brasil que conta com uma rede nacional de operadoras de microcrédito, visando à capacitação de 260 agentes de crédito de forma que estes(as) possam atender mais adequadamente as mulheres moradoras de regiões urbanas e ampliar o seu acesso ao microcrédito produtivo. Recursos aplicados: R\$128.535,00.	Programa 1087 - Incentivo à autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho: Ação 09HV - Apoio a projetos de incentivo à autonomia econômica das mulheres; Ação 900B - Incentivo ao acesso a linhas de microcrédito.
1.2.20	Buscar o apoio de instituições financeiras, públicas e privadas, para garantir e/ou ampliar o acesso das mulheres às linhas de microcrédito produtivo.	SPM	Crédito concedido às mulheres.	Assinado Protocolo com o Banco Popular do Brasil, MDA e SPM com o objetivo de aumentar o microcrédito para as mulheres.	Programa 1087 - Incentivo à autonomia econômica das mulheres no mundo do trabalho: Ação 900B - Incentivo ao acesso a linhas de microcrédito.
1.2.25	Apoiar técnica e financeiramente projetos de ATER protagonizados por mulheres.	MDA	Projeto apoiado.	Apoiados 16 projetos. Recursos aplicados: R\$ 3,9 milhões.	Programa 0351 - Agricultura Familiar: Ação 4260 - Fomento à assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.
1.2.27	Apoiar a participação e a exposição de empreendimentos comerciais protagonizados por mulheres rurais nas feiras de agricultura familiar do MDA.	MDA	Participação/ exposição de empreendimento apoiada.	Participação de 50 empreendimentos. Recursos aplicados: R\$ 245.000,00.	Programa 0139 - Gestão da política de desenvolvimento agrário: Ação 2103 - Formulação e avaliação da política de desenvolvimento agrário.

Prioridade 1.3. Promover relações de trabalho não-discriminatórias, com eqüidade salarial e no acesso a cargos de direção.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.3.1	Identificar e encaminhar para as provisões cabíveis acordos e convenções que contenham cláusulas abusivas, ilegais ou que sejam atentatórias aos direitos iguais no emprego e profissão, em relação a gênero, raça e etnia.	MTE	Acordo/convenção encaminhada à Secretaria de Inspeção do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho.	Em fase de desenvolvimento, desde o final de 2004, sistema eletrônico que permitirá a completa avaliação dessas informações, cuja finalização está prevista para julho de 2006.	Ação de caráter permanente, executada de maneira descentralizada, pelas Delegacias Regionais do Trabalho. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.
1.3.2	Incentivar a inclusão, nos acordos e convenções trabalhistas, de cláusulas que promovam os direitos iguais no emprego e profissão em relação a gênero, raça e etnia.	MTE	Acordo/convenção com cláusulas que promovam os direitos iguais.	Em fase de desenvolvimento, desde o final de 2004, sistema eletrônico que permitirá a completa avaliação dessas informações, cuja finalização está prevista para julho de 2006.	Ação de caráter permanente, executada de maneira descentralizada, pelas Delegacias Regionais do Trabalho. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.
1.3.3	Realizar, em parceria com os sindicatos, capacitação de sindicalistas em relação à promoção dos direitos iguais no emprego.	MTE	Pessoa capacitada.	Ação não realizada em 2005.	
1.3.7	Capacitar os(as) agentes fiscalizadores(as) do MTE em relação às diretrizes e princípios dos tratados e convenções internacionais, especialmente as Convenções nº 100 e 111 da OIT, que tratam da desigualdade e discriminação no trabalho.	MTE SPM SEPPIR	Agente fiscalizador capacitado.	Realizada, pelo MTE, oficina de trabalho com os coordenadores das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), em Brasília.	Ação executada de maneira descentralizada, pelas DRTs. Por esta razão, não possui verba alocada no PPA. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.
1.3.8	Divulgar, por meio de eventos como seminários e palestras, as diretrizes e princípios das Convenções 100 e 111 da OIT, entre outras, em universidades, escolas, empresas, ONGs, sindicatos etc.	MTE SPM SEPPIR	Evento realizado.	Divulgação das Convenções por meio da oficina de trabalho realizada com os coordenadores das DRTs.	Ação executada de maneira descentralizada, pelas DRTs. Por esta razão, não possui verba alocada no PPA. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.3.9	Fiscalizar as empresas privadas e os órgãos governamentais para garantir o cumprimento das diretrizes e princípios das convenções internacionais que tratam da desigualdade e discriminação no trabalho, bem como da legislação trabalhista nacional, considerando a diversidade de gênero, raça e etnia (Programa Rede de Proteção ao Trabalho).	MTE	Empresa fiscalizada.	Desde o final de 2004 está sendo desenvolvido um sistema eletrônico que permite a completa avaliação dessas informações, estando prevista sua finalização em julho de 2006.	Ação executada de maneira descentralizada, pelas Delegacias Regionais do Trabalho. Por essa razão, não possui verba alocada no PPA. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.
1.3.10	Realizar a mediação de conflitos em relação à prática discriminatória no acesso e nas relações de trabalho por meio dos Núcleos de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades das Delegacias Regionais do Trabalho.	MTE	Conflito resolvido.	Em fase de desenvolvimento desde o final de 2004, cuja finalização está prevista para julho de 2006, de sistema eletrônico que facilita a realização das mediações.	
1.3.11	Ampliar as parcerias dos Núcleos de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades das Delegacias Regionais do Trabalho com entidades e associações feministas e com organizações governamentais.	MTE SPM SEPPIR	Parceria realizada.	Ação realizada no âmbito do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça (GRPE).	Ação executada de maneira descentralizada, pelas DRTs. Por esta razão, não possui verba alocada no PPA. Programa 0106 - Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda: Ação 4815 - Funcionamento das Unidades Regionais.
1.3.12	Realizar campanha para prevenção do assédio sexual e divulgação da legislação sobre assédio sexual, nas empresas privadas e instituições públicas.	SPM MTE	Campanha realizada.	Realização do Seminário "Assédio moral nas relações de gênero", em outubro de 2005, por meio de parceria entre a SPM, FIG/CIDA, Confederação Nacional do Ramo Químico e CUT, com o objetivo de contribuir para um maior esclarecimento sobre o Assédio Moral e dar subsídios para a atuação do movimento sindical.	Atividade realizada com o apoio financeiro do FIG/CIDA.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (cont.)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.3.13	Capacitar servidores (as) das DRTs sobre assédio sexual e sobre a discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual no trabalho.	MTE SPM SEPPIR	Servidor(a) capacitado(a). Campanha realizada.	Realizado seminário “Assédio moral nas relações de gênero”, em outubro de 2005, por meio de parceria entre a SPM, FIG/CIDA, Confederação Nacional do Ramo Químico e CUT, com o objetivo de contribuir para um maior esclarecimento sobre o Assédio Moral e dar subsídios para a atuação do movimento sindical.	Atividade realizada com o apoio do FIG/CIDA.
1.3.16	Realizar campanhas nacionais contra a discriminação no trabalho em relação a gênero, raça, etnia, orientação sexual, deficiências e soropositividade para HIV.	SPM MTE SEDH SEPPIR MS	Empresa certificada. Projeto implementado.	Realizada, pela SEPPIR, a campanha “2005 - Ano da Igualdade Racial”. Em dezembro de 2005 foi lançada a campanha “AIDS e Racismo: o Brasil tem que viver sem preconceito”.	
1.3.18	Elaborar e implementar um processo de reconhecimento de empresas e instituições que respeitem os direitos das mulheres.	SPM		Lançado o Programa Pró-Equidade, em 22 de setembro de 2005, que se destina, na primeira fase, a empresas públicas. Em 2005, o Programa teve a adesão das seguintes empresas públicas: Eletrobrás; Eletronuclear; Furnas Centrais Elétricas; Eletrosul; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL); Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE); Companhia Energética de Alagoas (CEAL); Itaipu Binacional; Eletronorte; Radiobras; Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal.	Programa 1087 - Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho: Ação 900D - Certificação de empresas e instituições voltadas para a eqüidade de gênero.

Prioridade 1.4. Garantir o cumprimento da legislação no âmbito do trabalho doméstico e estimular a divisão das tarefas domésticas.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.4.1	Realizar campanha de valorização do trabalho doméstico.	MTE SPM SEPPIR	Campanha realizada.	Lançamento do Programa Trabalho Doméstico Cidadão sob a responsabilidade de SEPPIR/SPM/MTE/FENATRA/OIT. Implantação de Projeto Piloto nas cidades de São Luís, Aracaju, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. Curso de capacitação estruturado.	Programa 0101 - Qualificação Social e Profissional: Ação 4641 - Publicidade de utilidade pública.
1.4.2	Realizar campanha para divulgação da legislação que garante os direitos das trabalhadoras domésticas.	MTE SPM SEPPIR	Campanha realizada.	Programa Trabalho Doméstico Cidadão. Publicação, divulgação e distribuição de 50 mil exemplares da Cartilha "Trabalho Doméstico: Direitos, Deveres e Orientações", em abril de 2005.	Programa 0101 - Qualificação Social e Profissional: Ação 4641 - Publicidade de utilidade pública.
1.4.4	Revisar legislação de modo a estender todos os direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas.	MTE SPM SEPPIR	Proposta de revisão apresentada.	Programa Trabalho Doméstico Cidadão.	Não há ação ou programa com esta atividade, embora seja acompanhada pela Assessoria Parlamentar/Gabinete do Ministro do Trabalho e Emprego.
1.4.7	Incluir as trabalhadoras domésticas infantis como público alvo do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) de forma a contribuir para a erradicação do trabalho doméstico infantil.	MDS MTE SPM SEPPIR	Inclusão das meninas que exercem trabalho doméstico como público alvo do PETI. Menina que exerce trabalho doméstico atendida.	Atendidas, em 2005, 1.000.000 de crianças e adolescentes no PETI, que contempla meninas que exercem trabalho doméstico. Recursos aplicados: R\$ 326.430.614,00.	Programa 0068 - Erradicação do Trabalho Infantil: Ações 09JB - Concessão de bolsa a crianças e adolescentes em situação de trabalho. Ação 2060 - Atendimento à criança e ao adolescente em ações socio-educativas e de convivência.
1.4.8	Realizar campanha para a erradicação do trabalho doméstico infantil.	SEDH SPM SEPPIR MDS MTE	Campanha realizada.	SEDH: Participação no CONAETI; cartilha "Trabalho Infantil em Quadrinhos", a ser produzida pela equipe de Maurício de Sousa, em parceria com o INPETI, para lançamento em junho de 2006. Recursos aplicados: R\$ 120.941,62.	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.4.9	Elaborar e implementar processo de acompanhamento do projeto de lei de aposentadoria das donas de casa.	SPM	Reuniões de acompanhamento realizadas.	<p>Acompanhamento e participação da SPM, desde 2003, em diversos debates e seminários ocorridos na Câmara dos Deputados e Senado Federal, que discutiram o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado e a inclusão previdênciária das donas de casa. Participação em reuniões com a bancada feminina e com a Assessoria Parlamentar no Congresso.</p> <p>A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, ocorreram reuniões com técnicos do Ministério da Previdência, para efetivar a regulamentação desta, que deverá ser definida em Lei.</p> <p>Colaboração técnica das Sras Hildete Pereira, Laura Tavares e Cristiane Soares.</p> <p>Realizadas reuniões da Ministra Nilcéa Freire e da Secretária-adjunta, Srª Maria Laura, ambas da SPM, com o gabinete da deputada Luci Choinacki e assessoria.</p>	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 9973 - Aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.
1.4.10	Acompanhar a tramitação do PLP 210/2004 que institui regime tributário previdenciário e trabalhista especial.	SPM	Tramitação acompanhada.	<p>O PLP 210/2004 está apensado ao PLP 123/2004. Foi criada uma Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre o Projeto de Lei Geral das Microempresas - ou "Estatuto das Microempresas", como é conhecido. O referido PLP, em seu Art. 47, retirava a obrigação de pagamento do salário maternidade do empregador, passando-o novamente ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, cabendo à gestante credenciar-se e providenciar o recebimento de seu benefício. No segundo semestre de 2005, a SPM participou de reuniões da Comissão e elaborou Nota Técnica para subsidiar parlamentares.</p> <p>Realização de reunião com parlamentares e assessorias. Acompanhamento da tramitação do PLP na Comissão.</p>	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 9973 - Aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.

Prioridade 1.5. Contribuir para a ampliação do exercício da cidadania das mulheres e do acesso à terra e à moradia.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.5.1	Capacitar servidores(as) para atuarem no Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural e no Programa Nacional de Documentação Civil.	MDA SEDH SPM	Servidor(a) capacitado(a).	Realizadas três capacitações.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 8601 - Capacitação de agentes públicos em temas transversais. Programa 0139 - Gestão da política de desenvolvimento agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.5.2	Realizar campanhas/ eventos informativos com enfoque na importância da documentação para o acesso a benefícios sociais e conquista da cidadania.	SEDH MDA SPM	Campanha/evento realizado.	Realizados 15 eventos e campanhas com enfoque na documentação civil. Realizados três eventos de campanha. Articulada com o MEC a produção e envio de 80 mil manuais aos(as) alfabetizadores(as). Recursos aplicados: R\$ 76.381,08. Mobilização de agentes comunitários, por meio de articulação com o MS, no segundo semestre de 2005. MDA: 109 capacitações nos mutirões do Programa de Documentação. Recursos aplicados: R\$ 142.000,00.	Programa 1061 - Brasil Alfabetizado: Ação 4641 - Publicidade de utilidade pública. Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.5.3	Realizar mutirões/ eventos nos estados para a emissão de documentos para as mulheres.	SPM MDA SEDH	Mutirão/evento realizado. Documento emitido.	Assinado termo de cooperação entre MDA, SPM e Banco do Nordeste com vistas a documentar trabalhadoras rurais. Previsão de 250 mil mulheres beneficiadas até 2007, sendo que 75 mil receberam documentos em 2005. Recursos aplicados: R\$ 892.419,00. SEDH: Ação "Apoio à Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Fornecimento de Documentação Civil Básica", articulada com o apoio aos balcões de direito. Em março de 2006 foi realizado seminário de Mobilização da Amazônia Legal, com recursos aplicados em 2005, em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Pará.	Programas 0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos; Ação 0138 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; Ação 4358 - Titulação e Concessão e Obtenção de Imóveis Rurais.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
1.5.4	Capacitar mulheres nas comunidades para atuarem como lideranças, especialmente no meio rural, informando e conscientizando sobre a necessidade de documentação.	SPM MDA SEDH	Mulher capacitada.	MDA: Capacitadas 44.870 mulheres. Recursos aplicados: R\$ 142.000,00.	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário: Ação 4378 - Promoção da igualdade de raça, gênero e etnia no desenvolvimento agrário.
1.5.5	Elaborar e implementar programa de gênero para o II Plano Nacional de Reforma Agrária.	MDA	Programa elaborado e implementado.	Ação realizada.	
1.5.8	Fortalecer a atuação dos Balcões de Direito de forma a ampliar o atendimento à população feminina, com a emissão de documentação civil.	SEDH SPM SEPPIR	Balcão de Direitos fortalecidos.	SEDH: Em 2005, a ação foi implementada com a utilização de uma nova metodologia de apoio a projetos, denominada "Chamada Pública". Atribui-se às dificuldades e ao início do uso do modelo a defasagem entre a meta prevista e a alcançada. De fato, o método Chamada Pública tornou mais democrático o acesso aos recursos e colaborou para melhoria da gestão da ação. Por essa razão, a gerência deverá insistir na metodologia em 2006, aprimorando a etapa de definição de metas.	Programa 0154 - Direitos Humanos, Direitos de Todos: Apoio a Serviços de Orientação Jurídica Gratuita, de Medicinação de Conflitos.
1.5.9	Apoiar programas de urbanização de favelas com especial atenção às mulheres chefes de família.	MCid	Mulher chefe de família atendida no programa.	Atendidas 89.387 famílias, sendo que aproximadamente 40% destas têm mulheres como chefes de família. Estava previsto o atendimento de 70 mil famílias.	Programa 1128 - Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários: Ação 0644 - Apoio à urbanização de assentamentos precários (HABITAR BRASIL BID - HBB).
1.5.10	Incentivar ações integradas entre governo federal, governos estaduais e municípios para promover o saneamento básico e o acesso à água, objetivando assegurar moradias em ambientes saudáveis.	MCid MDS MMA	Rede de saneamento. Cisterna implantada.	MCid: Beneficiadas 1.081.716 famílias, até novembro de 2005, com a instalação de redes de saneamento. MDS: construídas 5.000 cisternas. Recursos aplicados: R\$ 63.258.790,00.	Programa 0122 - Saneamento Ambiental Urbano: Ações U004, U014, U023, U031, U075, 0586, 0636, 0640, 0654, 2272, 002K. Programa 1138 - Drenagem Urbana Sustentável: Ações U047, 0578, 0580. Programa 8007 - Resíduos Sólidos Urbanos: Ações U053, 0638, 0650. Programa Pró Municípios: Ações 109A, 109B, 10UH. Programa 1049 - Acesso à alimentação: Ação 11V1 -

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA (cont.)
					Construção de cisternas para armazenamento de água.
1.5.11	Capacitar conselheiros(as) municipais de desenvolvimento rural sustentável em gênero, reforma agrária, agricultura familiar e etnodesenvolvimento.	MDA	Conselheiro(a) capacitado(a)	Foram capacitados(as) 90 conselheiros(as). Recursos aplicados: R\$ 442.829,00.	
1.5.12	Estimular a eletrificação das comunidades rurais, beneficiando famílias de baixa renda, por fontes convencionais e não-convencionais de energia elétrica, inclusive sistema bifásico, priorizando equipamentos sociais que incidam na vida das mulheres.	MME SPM	Equipamentos e serviços eletrificados.	490.994 famílias atendidas pelo Programa "Luz para Todos" até 15 de dezembro de 2005. Deve-se multiplicar este número por 5 para se obter o número de pessoas atendidas por família. Estados atendidos: Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins.	Programa 0273 - Luz para Todos.

3. 2 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NÃO-SEXISTA

O conceito de educação adotado pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres abrange os diferentes processos educacionais – formais e informais –, além de uma perspectiva de educação por meio da cultura, da arte e da comunicação. Parte-se do pressuposto de que o processo educativo, nesse sentido abrangente, é capaz de transformar a sociedade e

desconstruir estereótipos, discriminações e imagens sociais, tendo, portanto, um papel fundamental para a construção de uma sociedade mais solidária e igualitária.

As ações do capítulo 2 do PNPM voltam-se para três frentes principais, quais sejam: (a) a incorporação de uma perspectiva de gênero nos processos educacionais, de forma a eliminar discriminações e estereótipos dos currículos, dos materiais didáticos e paradidáticos, da formação e capacitação de profissionais etc.; (b) inclusão das mulheres no sistema educacional – ação destinada a públicos femininos tradicionalmente excluídos, como as mulheres acima de 45 anos; e (c) atuação nos meios de comunicação e eventos culturais, no sentido de valorizar as mulheres como sujeitos da história e da produção cultural e de eliminar os estereótipos tão presentes na nossa mídia.

As metas expressas no Plano destinam-se à redução da taxa de analfabetismo entre as mulheres acima de 45 anos de idade e ao aumento do número de crianças na educação infantil, que se configura em outro eixo importante na área de educação, relacionado, sobretudo, à autonomia das mulheres, considerando que é a elas reservado, tradicionalmente, o papel de cuidadoras.

A promoção de uma educação não-sexista exige da política educacional a atuação em duas frentes: a) garantir o acesso à educação, a permanência e o aproveitamento em condições de igualdade, para meninas e meninos, mulheres e homens; b) transformar a cultura educacional e escolar, enfrentando os preconceitos e discriminações étnico-raciais, de gênero e por orientação sexual, entre outros, como também promovendo a educação para a diversidade e os direitos humanos.

Em 2005, importantes conquistas foram alcançadas nesses dois campos. Em relação ao acesso à educação, é relevante destacar os dados sobre alfabetização. De 2003 a 2005 o número de projetos apoiados no programa Brasil Alfabetizado aumentou 243%, no total, e 280%, exclusivamente em municípios. Houve, ainda, incremento do número de alfabetizados(as) da ordem de 118% diretamente proporcional ao aumento de recursos destinados para projetos de municípios.

A partir da tabela seguir, é possível observar que as mulheres representam 57,82% das pessoas atualmente em processo de alfabetização por meio do Programa. Nesse contexto, mesmo que as mulheres suplantem os homens em todos os grupos étnico-raciais, é preocupante observar que essa diferença diminui progressivamente de brancos para indígenas, amarelos e negros. O fato de as mulheres negras e indígenas serem sobre-representadas entre as analfabetas fez com que o PNPM estabelecesse, como uma de suas prioridades, “promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e indígenas” (Prioridade 2.3., PNPM, p. 56).

Programa Brasil Alfabetizado 2005 – Alfabetizandos por sexo, segundo cor/raça

	Mulheres		Homens		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%
Brancos	231.379	61,20	146.671	38,80	378.050	100,00
Pretos	130.354	56,84	98.992	43,16	229.346	100,00
Pardos	518.709	56,64	397.132	43,36	915.841	100,00
(Negros)	649.063	56,68	496.124	43,32	1.145.187	100,00
Amarelos	17.342	57,17	12.990	42,83	30.332	100,00
Indígenas	22.500	59,16	15.353	40,37	37.853	100,00
Total	920.284	57,82	671.138	42,17	1.591.422	100,00

Fonte: SBA – Sistema Brasil Alfabetizado/ SECAD/ MEC

Obs.: Dados de 21/02/2006. Turmas criadas a partir de julho de 2005, com término previsto para junho de 2006.

Programa Brasil Alfabetizado 2005 – Alfabetizandas de 20 anos ou mais por cor/raça

	Total	%
Brancas	223.499	25,29
Pretas	124.909	14,13
Pardas	497.525	56,29
(Negras)	622.434	70,42
Amarelas	16.641	1,88
Indígenas	21.305	2,41
Total	883.879	100,00

Fonte: SBA – Sistema Brasil Alfabetizado/ SECAD/ MEC

Obs.: Dados de 21/02/2006. Turmas criadas a partir de julho de 2005, com término previsto para junho de 2006.

Considerando que a população indígena representa 0,41% da população nacional (Censo 2000) e a negra – que inclui pretos e pardos – 45%; desse modo, as mulheres índias estão sobre-representadas entre as alfabetizadas, e as negras estão, grosso modo, proporcionalmente representadas. À luz destes dados é preciso refletir acerca de estratégias de mobilização das mulheres negras – pretas e pardas – para os programas de alfabetização.

Com base no diagnóstico de que as mulheres mais velhas estão sobre-representadas na população analfabeta, o PNPM estabeleceu a seguinte meta para a alfabetização: *reduzir em 15%, entre 2003 e 2007, a taxa de analfabetismo entre mulheres acima de 45 anos.*

Os dados disponíveis, expostos na próxima tabela, mostram que houve diminuição do analfabetismo nessa faixa etária. Segundo projeções feitas pelo Ministério da Educação, a taxa de analfabetismo de mulheres com mais de 45 anos será reduzida em 12,4%, até 2007¹. No entanto, isso não significa, necessariamente, que essas mulheres tenham sido envolvidas, hoje, em processos de alfabetização, mas que as mulheres mais jovens, alfabetizadas, envelhecerão e entrarão nesse grupo. Da mesma forma que ocorre com o público das mulheres negras, será preciso contar com a ação de ONGs feministas e do movimento de mulheres para mobilizar esse grupo, geralmente pouco alcançado por campanhas governamentais de promoção da alfabetização.

¹ Foram feitas duas projeções. Pela primeira, com base na queda de 2004 (simples extrapolação da média), a taxa de analfabetismo de mulheres com mais de 45 anos de idade reduziria em 11,2% entre 2003 e 2007. Pela segunda, com base na média (geométrica) de 2002 a 2004, a mesma taxa reduzia em 12,4%.

Taxa de analfabetismo das mulheres de 45 anos ou mais de idade

Ano	Taxa de analfabetismo	Variação % anual
2001	25,70421	-
2002	24,76275	- 3,66
2003	23,87878	- 3,57
2004	23,17494	- 2,95

Fonte: PNAD/IBGE

A segunda meta do PNPM para a educação é: *aumentar em 12%, entre 2004 e 2007, o número de crianças entre zero e 06 anos de idade freqüentando creche ou pré-escola, na rede pública.* Essa meta também diz respeito ao acesso, muito embora não lide com o tema da eqüidade de gênero nas matrículas, e sim com a necessidade de provimento de vagas em creches e pré-escolas públicas. Este direito da criança faz com que as mães com filhos(as) pequenos(as) possam fazer um melhor uso do tempo livre que por ventura venham a ter, em grande parte direcionando-o para a inserção no mercado de trabalho.

Se observarmos a tabela abaixo, verificaremos que aumentou a cobertura do atendimento educacional, ou seja, aumentou a proporção de crianças matriculadas nessa faixa etária.

Freqüência a creche e pré-escola – população de 0 a 6 anos de idade

Ano	População de 0 a 6 anos de idade	Variação anual de população de 0 a 6 anos de idade	População freqüentando creche ou pré-escola	Variação anual de população de 0 a 6 anos de idade freqüentando creche ou pré-escola	Porcentagem da população freqüentando creche ou pré-escola
2001	22.259.308	-	4.692.427	-	21,1
2002	21.688.873	- 2,56%	4.734.870	0,90%	21,8
2003	21.251.114	- 2,02%	4.980.670	5,19%	23,4
2004	21.083.111	- 0,79%	5.194.129	4,29%	24,6

Fonte: PNAD/IBGE

De acordo com dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Censo Escolar da Educação Básica), permaneceu praticamente inalterada a proporção entre provimento público e privado de vagas em creches e pré-escolas, de 2003 a 2005. Em 2005, 37,76% das matrículas em creches eram privadas e 62,24% delas era pública. No mesmo ano, 25,53% das matrículas em pré-escolas eram privadas e 74,47% públicas.

É preciso lembrar que a educação infantil é de responsabilidade de municípios; o papel do Ministério da Educação é limitado. A sociedade precisa se mobilizar em torno da destinação efetiva de parcela do recém aprovado Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) para a educação infantil. No âmbito do MEC, é urgente a reflexão no sentido de incentivar as prefeituras a investirem nesse segmento educacional, de modo a atingir dois objetivos: dar condições de ingresso às crianças de baixa renda na educação infantil, assim como garantir às mães trabalhadoras um espaço seguro e adequado para deixarem seus filhos e filhas durante suas jornadas de trabalho.

Vale destacar o crescimento em 17,5% na oferta de matrículas nas escolas indígenas no país nos últimos dois anos, segundo dados do Censo Escolar INEP/MEC/2005. Alguns fatores explicam essa expansão, tais como a taxa de crescimento populacional dos povos indígenas em torno de 3,6%, a formação de 8.000 professores e professoras indígenas e também incentivos como o Programa da Merenda Escolar, que favorece a permanência das alunas e alunos na escola. Ainda não é possível creditar ao PNPM parte deste crescimento, mas é preciso considerar este patamar para as futuras ações.

Matrícula nas Escolas Indígenas

Níveis / Modalidades	Total	% do total
Educação Infantil	18.583	11,3
Ensino Fundamental – 1º seg.	104.573	63,8
Ensino Fundamental – 2º seg.	24.251	14,9
Ensino Médio	4.749	2,9
Educação de Jovens e Adultos	11.862	7,1
Total	164.018	100,0

No que tange à transformação da prática escolar, o Ministério da Educação, em diálogo com a SPM, implementou políticas que visam atuar sobre a pedagogia, os currículos e a mentalidade de profissionais da educação, de modo a enfrentar o sexismo e promover o valor da igualdade entre homens e mulheres. Dentro dessa perspectiva, vem sendo desenvolvido o curso "Gênero e Diversidade na Escola – Formação de Profissionais da Educação nas Temáticas de Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais", uma parceria entre o MEC, a SPM, a SEPPIR, o Conselho Britânico e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ). O curso atenderá, no primeiro semestre de 2006, 1.200 profissionais de educação de seis municípios brasileiros, na modalidade à distância. A partir do segundo semestre de 2005, depois de testada a metodologia, o programa poderá atender a todos os municípios que assim o desejarem. Essa ação atende à demanda social pelo tratamento associado das questões: gênero, raça, etnia e orientação sexual. Embora consolidado em documentos como as resoluções da Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de 2004, e o próprio PNPM, esse pleito raramente é atendido no plano concreto da execução de políticas.

Tais medidas evidenciam progressos na incorporação das demandas de gênero à política educacional. Elas devem ser vistas como marcos, como evidências de um outro resultado, nem sempre mensurável, que é a ampliação do consenso, no interior do Ministério da Educação, acerca da relevância de políticas que tratem da discriminação de gênero e por orientação sexual, na esfera da educação. Nesse sentido, é importante destacar, nesta avaliação de um ano de implementação do PNPM, a revitalização do debate institucional em torno desses temas, ocorrida a partir de alguns fatos e processos cruciais:

1. reestruturação organizacional do Ministério da Educação, que criou, em 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) com a atribuição de lidar com os temas da diversidade étnico-racial (população negra, quilombolas, indígenas), educação do campo, educação ambiental e dos direitos humanos – especificamente os recortes de gênero e de orientação sexual;
2. participação da delegação do MEC na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, e, posteriormente, do GT que elaborou o PNPM; e

3. criação, também em 2004, do Comitê de Direitos Humanos do MEC, fórum que tem desempenhado importante papel na disseminação de informações e debates em relação a gênero, e que conta com a representação de todas as Secretarias.

Uma das ações desenvolvidas em 2005 e que merece grande destaque se deu por meio da parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Unifem. Trata-se do Programa Mulher e Ciência, que tem o objetivo de estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero no país e promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Além de um edital de pesquisas do CNPq e da promoção do Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, foi também lançado o "1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero", voltado para estudantes do ensino médio, ensino superior e pós-graduação. Essa iniciativa visa a estimular esses(as) estudantes a refletirem sobre o porquê da existência de relações desiguais entre mulheres e homens (e também entre as próprias mulheres e os próprios homens) em nossa sociedade. Os prêmios variam desde R\$ 10 mil, para estudantes de pós-graduação, a microcomputadores, para estudantes do ensino médio, como também a oferta de bolsas de mestrado ou doutorado, de iniciação científica e de iniciação científica júnior para os(as) melhores colocados(as). Os(as) estudantes de ensino superior e pós-graduação enviaram trabalhos científicos monográficos completos, com o máximo de 30 páginas; e os(as) alunos(as) do ensino médio concorreram com redações de no máximo cinco páginas.

O "1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero" recebeu 1.270 redações de estudantes do ensino médio, 141 trabalhos científicos monográficos de estudantes do ensino superior e 176 trabalhos científicos monográficos de estudantes de pós-graduação. O CNPq realizou a pré-seleção dos trabalhos científicos monográficos do ensino superior e de pós-graduação, sendo que os pré-selecionados foram encaminhados à comissão julgadora para análise. Foram premiados os três melhores trabalhos científicos monográficos de estudantes do ensino superior e os três melhores trabalhos científicos monográficos de estudantes de pós-graduação. No caso do ensino médio, a SPM realizou a pré-seleção das redações, sendo que as pré-selecionadas foram encaminhadas à comissão julgadora, que as analisou e premiou as três melhores de cada uma das 27 unidades da federação e, dentre essas, as quatro melhores. Os alunos que elaboraram as redações vencedoras receberam os seus prêmios no Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa "Pensando Gênero e Ciências", na presença de mais de 350 pesquisadoras reunidas em Brasília, nos dias 29, 30 e 31 de março de 2006.

Importante destacar os vários projetos desenvolvidos por organizações não governamentais, apoiados tanto pela SPM quanto pela SEPPIR e pelo MEC, que trabalham no sentido de intervir na educação não formal bem como no processo de formação e transmissão da cultura.

Outro destaque relevante é a utilização da mídia para difundir conceitos, programas e políticas de construção da igualdade entre homens e mulheres em toda a sua diversidade e de eliminação do preconceito e da discriminação. Nesse sentido, destacam-se os programas "A Cor da Cultura", uma parceria entre a SEPPIR e a TV Futura e o programa de rádio "Mulherio", uma revista radiofônica semanal resultado da parceria entre a SPM e a Rádio MEC. O "Mulherio" tem sido disponibilizado para outras rádios em todo país, incluindo as comunitárias, através do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres.

Capítulo 2 - Educação inclusiva e não-sexista
Ações prioritárias 2005 - Realizações

Prioridade 2.1. Promover ações no processo educacional para a eqüidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.1.1	Divulgar e implementar a Lei nº 10.639/2003 e as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE) para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e para a Educação das Relações Étnico-Raciais nas redes educacionais do país.	MEC SEPPIR	Campanha realizada para divulgação da Lei nº. 10.639 e das Diretrizes do CNE. Professor(a) capacitado(a). Material didático elaborado e distribuído.	Realizados 10 Fóruns Estaduais "Educação e Diversidade Étnico-Racial", nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Bahia, Tocantins, Amazonas, Maranhão, Paraná, Minas Gerais, Rondônia e Rio Grande do Sul visando a instrumentalização de profissionais de educação e gestores com conteúdos para a implementação da Lei 10639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN), beneficiando diretamente 10.000 profissionais. Recursos aplicados: R\$ 420.000,00 (MEC). Distribuídas 1.200.000 cópias das DCN. O MEC também apoiou estados e municípios no processo de formação presencial de profissionais da educação para a aplicação da Lei 10.639, beneficiando aproximadamente 15.170 profissionais da educação. Impressos 10.000 exemplares da publicação "Educação Anti-Racista: Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03" e 8.000 exemplares do livro "Superando o racismo na escola", visando a subsidiar educadores para a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003. Além disso, foram distribuídos 20.000 exemplares de calendários, folderes e cartazes para divulgação da temática, junto ao sistema de ensino. Recursos aplicados: R\$ 102.030,00. SEPPIR: Revisão do Plano Nacional de Educação concluída e encaminhada ao Conselho Nacional de Educação (inclusão da temática racial em todos os níveis e modalidades do ensino); Proposta de inclusão da temática racial no Projeto de lei de regulamentação do FUNDEB elaborada e encaminhada ao Ministro da Educação.	Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania: Ação 09CU - Apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na Universidade (Diversidade na Universidade).

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.1.2	Selecionar os livros didáticos e paradidáticos da rede pública de ensino garantindo o cumprimento adequado dos critérios de seleção referentes à não-discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC	Material elaborado e distribuído.	<p>Inserida a temática nos Editais do PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) 2007 e 2008, relativos respectivamente às obras de 1^a a 4^a e 5^a a 8^a séries do Ensino Fundamental e realizou-se seleção que possibilitou a distribuição de 50.987.000 exemplares, com a aplicação de R\$ 347.606.514,15.</p> <p>Aprimoramento dos critérios relativos a gênero nos Editais do PNLD 2007 e 2008. Os editais foram publicados em outubro de 2004 e as obras serão distribuídas em 2007 e 2008.</p>	Programa 1061 - Brasil Escolarizado: Ação 4046 - Distribuição de livros didáticos para o Ensino Fundamental.
2.1.4	Promover e apoiar a formação inicial e continuada dos(as) alunos(as), professores(as) e demais profissionais da educação das redes federal, estadual, municipal e privada, em relação às questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC SPM SEPPIR	Aluno(a), professor(a) e/ou profissional da educação formado(a).	<p>Formados 5.000 participantes no "Curso a distância sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana" para professores e lideranças do movimento negro, que atuam na área de educação. Foram formados 1.200 educadores no "Curso de Formação de educadores(as) sobre Gênero, Relações Étnico-raciais e Orientação Sexual no Ensino Fundamental" - projeto-piloto desenvolvido em seis municípios. Recursos aplicados pelo MEC: R\$ 200.000,00.</p> <p>Firmado Protocolo de Intenções entre MEC, SPM, SEPPIR e Conselho Britânico, em 12 de agosto de 2005, no âmbito do qual foi realizado o seminário internacional "Formação de Educadores e Educadoras em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais", em dezembro de 2005, que capacitou 50 gestores(as) e educadores(as).</p> <p>Projeto-piloto de formação de educadores(as) a ser desenvolvido em seis municípios, a partir de março de 2006.</p>	<p>Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania: Ação 09CU - Apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na Universidade (Diversidade na Universidade). Ação 1337 - Educação para a Diversidade e Cidadania. Ação 09HS - Apoio à Qualificação de Profissionais da Educação em Educação para Diversidade e Cidadania.</p> <p>Programa 1068 - Gestão da transversalidade de gênero nas políticas públicas: Ação OE05 - Apoio a projetos de formação de educadores nas questões de gênero.</p>
2.1.7	Apoiar a elaboração e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos cujo conteúdo respeite e valorize a eqüidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC SPM SEPPIR	Material didático e paradidático elaborado e distribuído.	Elaborado material didático especificamente para alunos(as) e professores(as) das comunidades remanescentes de quilombos. A previsão é de atender 46.000 alunos(as) dos municípios onde se localizam as 15 comunidades remanescentes de quilombos. Cada professor e cada aluno receberão,	Programa 1336 - Brasil Quilombola: Ação 09CG - Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para o Ensino Fundamental em Escolas Situadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
				<p>respectivamente, um exemplar do material produzido.</p> <p>Recursos aplicados pelo MEC: R\$ 97.000,00.</p> <p>Foi também prevista a produção, ao longo de 2005, de 40 títulos de autores indígenas para uso nas escolas indígenas do país, com tiragem média de 2.000 exemplares para cada título. Tais livros, que são originários de projetos de todas as regiões do país, encontram-se em processo de edição.</p> <p>Recursos aplicados: R\$ 668.000.</p> <p>Sensibilização das editoras, mediante articulação conduzida pelo MEC, para a inscrição de obras sobre a temática no PNBE (Programa Nacional de Bibliotecas Escolares).</p>	Programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas: Ação 0970 - Apoio à Distribuição de Material Didático e Paradidático para a Educação Escolar Indígena.
2.1.8	Elaborar material didático para educadores(as) e alunos(as) com os temas relacionados às questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, gravidez na adolescência, diversidade sexual e prevenção das DST/Aids.	MEC MS SPM	Material elaborado e distribuído.	<p>Produzidos 59.000 exemplares sobre as relações raciais.</p> <p>Contratação do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos/Instituto de Medicina Social/UERJ para elaboração do conteúdo do curso "Gênero e Diversidade na Escola".</p>	Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania: Ação 09CU - Apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na Universidade (Diversidade na Universidade).
2.1.9	Revisar os Parâmetros Curriculares no Ensino Básico visando intensificar e qualificar o tratamento da temática de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC	Parâmetros Curriculares revisados.	<p>Realizado o seminário em agosto de 2005, que reuniu especialistas nas áreas de educação indígena, ambiental, do campo, educação para a diversidade étnicoracial, de gênero e de orientação sexual, com vistas à elaboração de subsídios aos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio acerca das temáticas de diversidade (gênero, raça, etnia, orientação sexual, entre outros). O resultado previsto é o "Caderno de Diversidade", que comporá as Orientações Curriculares do Ensino Médio, no 1º semestre de 2006.</p> <p>Com a finalidade de elaborar os Novos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, foram realizados seminários regionais (4) e nacional (1).</p> <p>Recursos aplicados: R\$ 775.000,00.</p>	Programa 1377 - Educação para a Diversidade e Cidadania: Ação 09CU - Apoio à valorização da diversidade no acesso e na permanência na Universidade (Diversidade na Universidade). Programa 1378 - Desenvolvimento do Ensino Médio: Ação 3686 - Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.1.10	Fortalecer a incorporação das ações propostas pelo Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente nas atividades pedagógicas.	MEC SPM SEDH	Escola com atividade pedagógica adequada ao Plano.	Contratados pela UNESCO/Agência de Cooperação, consultores para a elaboração do documento de atualização dos PCNEM (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio), com finalização prevista para o 1º semestre de 2006. Reeditado e distribuído, no âmbito do Programa Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o guia escolar "Métodos para Identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes" (parceria SEDH/MEC). Atendidas, em 2005, 97 mil crianças, adolescentes e familiares, dentro do "Programa" Sentinela. Do total de crianças e adolescentes, 45.298 são meninas, o que representa dois terços do atendimento.	Programa 0073 - Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Ação 0015 - Apoio educacional a crianças e adolescentes em situação de discriminação e vulnerabilidade Social; Ação 2383 - Proteção social às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias.
2.1.12	Apoiar projetos voltados para as práticas esportivas e culturais das diversas matrizes no ambiente escolar.	MEC SPM SEPPIR SEDH	Projeto apoiado.	Projetos em andamento para 14 Comunidades Quilombolas; Realização dos VII Jogos Indígenas e da Copa CPLP/2005. Em andamento, ainda, o Projeto Capoeira, em Salvador/BA.	
2.1.13	Acompanhar e avaliar os programas educacionais a fim de promover a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC SPM SEPPIR SEDH	Programa educacional avaliado.	SEPPIR: O FIPIR acompanhou cinco Fóruns Estaduais de Educação juntamente com a SECAD/MEC. Em 2005 foi criado um GT MEC/SEPPIR, responsável pelo mapeamento das ações educacionais relacionadas à temática étnico-racial. Atualmente, está em discussão entre as partes uma minuta de regimento para a institucionalização formal do grupo.	Ação não-orçamentária.
2.1.14	Incorporar diretrizes relativas a gênero, raça e etnia no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, inclusive por meio da participação ativa junto ao Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.	MEC SPM SEPPIR	Diretriz incorporada.	Participação da SEPPIR em reuniões temáticas junto ao MEC.	

Prioridade 2.2. Ampliar o acesso à educação infantil: creche e pré-escola.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.2.1	Atender crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas ou outros espaços físicos, como brinquedotecas e creches voluntárias em jornadas compatíveis com as do trabalho de pais e mães, por meio da transferência mensal de recursos aos municípios, proporcional ao número de crianças atendidas.	MEC	Criança atendida.	<p>Realizadas, em 2005, 1.414.343 matrículas em creches; e 5.790.670 em pré-escola, totalizando 7.205.013 matrículas.</p> <p>Recursos aplicados: R\$ 8.594.976,3.</p> <p>A Educação Infantil é de responsabilidade dos municípios. Compete ao MEC estabelecer, em colaboração com estados e com o DF e municípios, as competências e diretrizes para tal (LDBEN, art. 9º). Além das ações constantes do PPA do Ministério, a verba federal é repassada diretamente a municípios por meio, entre outros, do Programa Nacional de Alimentação Escolar para Creche e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEF), aprovado em fevereiro de 2006 em substituição ao FUNDEF.</p> <p>Ao longo do ano foi verificado que esta ação não é de responsabilidade do MDS.</p>	1065 - Desenvolvimento da Educação Infantil. Programa 0070 - Proteção Social à Criança, ao adolescente e à juventude: Ação 2556 - Serviços de Proteção Socioassistencial à Criança.

Prioridade 2.3. Promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e indíias.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.3.6	Apoiar projetos para promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas.	MEC	Projeto apoiado.	<p>Lançado, em julho, edital para recebimento de projetos de alfabetização. Sendo essa uma ação universal, os recursos totais previstos dos programas de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos foram de R\$ 4.543.213, e empenhados R\$ 4.240.658,66.</p> <p>Para esta ação, os resultados previstos são: Produto 1 - Mulheres adultas atendidas: 883.939 (acima de 20 anos). Recursos aplicados: R\$ 116.799.455; Produto 2 - Mulheres negras e pardas acima de 45 anos atendidas: 276.217 mulheres. Recursos aplicados: R\$ 36.374.795; Produto 3 - Mulheres indígenas acima de 45 anos atendidas: 9.074 mulheres. Recursos aplicados: R\$ 1.194.948.</p>	1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos: Ação 0557 - Apoio a projetos especiais para oferta de educação básica a jovens e adultos.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.3.8	Ampliar o atendimento educacional às mulheres índias, conforme as demandas específicas.	MEC	Mulher índia atendida.	Embora não haja dados desagregados por sexo, em 2005, o MEC destinou à educação indígena um total de R\$ 21,8 milhões, superando os R\$ 3,7 milhões aplicados em 2004. Desse montante, R\$ 18,5 milhões foram destinados aos Projetos Educacionais/ FNDE para investimentos em rede física, construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos. O novo montante de recursos permitirá construir ou reformar um total de 280 novas escolas indígenas, beneficiando, dessa forma, quase 20 mil alunos(as) indígenas em todo o país entre 2005 e 2006 (convênios firmados em 2005). Capacitados 4.398 professores(as) indígenas. Recursos aplicados: R\$ 2,6 milhões; Utilização de R\$ 668 mil para produção de materiais didáticos específicos.	Programa 0150 - Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; Ação 09DX - Capacitação de professores para a educação fundamental indígena; Ação 0948 - Apoio ao ensino fundamental escolar indígena; Ação 970 - Apoio à distribuição de material didático e paradidático para a educação escolar indígena.

Prioridade 2.5. Estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
2.5.1	Realizar campanha Nacional de denúncia e combate à discriminação e aos estereótipos das imagens veiculadas sobre as mulheres.	SPM MEC	Campanha realizada.	Ação não realizada em 2005.	
2.5.2	Criar mecanismo institucional que regulamente a veiculação de imagens de mulheres, de negros e homossexuais na mídia em geral, de forma a combater a discriminação.	SPM MinC SEPPIR SEDH	Mecanismo criado.	SEPPIR: Lançado em 31 de agosto de 2004, o projeto Cor da Cultura produziu, em 2005, uma série de 08 vídeos que estão sendo exibidos semanalmente no Canal Futura. Para 2006, está prevista a produção de impressos de valorização da cultura afro-brasileira, que serão reunidos em um kit escolar, a ser distribuído a 2.000 escolas. SPM: Realizados seminários "A mulher e a mídia" (em 2004 e 2005). Na edição de 2005, foram discutidos os seguintes temas: a mulher e a dramaturgia; a mulher e a publicidade; a mulher ao vivo e em cores; avanços e conquistas da mulher nos espaços da mídia.	Programa 1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
				SPM: produção e difusão do programa de rádio "Mulherio", revista radiofônica que faz um retrato falado das várias faces da mulher brasileira, em toda a sua diversidade. O programa tem veiculação semanal, aos sábados, às 14h, pela Rádio Mec (98.9FM e 800 AM). Recursos aplicados: R\$ 348.097,32.	
2.5	Realizar campanha nacional de combate aos preconceitos de gênero, raça, etnia e orientação sexual.	MEC SPM SEDH SEPPIR	Campanha realizada.	Realizada campanha nacional, coordenada pela SEPPIR, "2005 Ano da Igualdade Racial". Realizada campanha nacional da visibilidade lésbica. Ao longo do ano foi verificado que esta ação não é de responsabilidade do MDS.	Programa 1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial.

3.3. SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

No ano de 2004, o Ministério da Saúde publicou a "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher", que contou com a participação de diversos setores da sociedade, em especial o movimento de mulheres, o movimento negro e o de trabalhadoras rurais. Outros atores, como as sociedades científicas, pesquisadores e estudiosos da área, organizações não governamentais e gestores do SUS também deram sugestões que foram incorporadas ao texto final.

Esta política reflete o compromisso com a implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbi-mortalidade por causas previsíveis e evitáveis. Incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, amplia as ações para grupos historicamente alijados das políticas públicas, nas suas especificidades e necessidades.

Em consonância com a "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher", o capítulo 3 do PNPM reúne objetivos, metas, prioridades e ações voltados para a melhoria da saúde, garantia de direitos e ampliação do acesso aos serviços; direitos sexuais e direitos reprodutivos; redução da morbidade e mortalidade; ampliação, qualificação e humanização da atenção integral à saúde da mulher; garantia do acesso a anticoncepção e a exames; ampliação regional dos programas existentes; prevenção e controle do HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis; atenção obstétrica; e, finalmente, a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.

Um grande avanço no sentido de concretizar os compromissos assumidos foi a ação inédita de lançamento da "Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos", que prevê ações voltadas ao planejamento familiar para o período de 2005 a 2007. Essa política tem como um dos eixos principais de ação o planejamento familiar: a ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis (não-cirúrgicos) e a ampliação do acesso à esterilização cirúrgica voluntária. Contempla também ações voltadas para a formação e capacitação, tais como o convênio entre o Ministério da Saúde e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para formação de multiplicadores(as) em "Gênero, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos". O projeto prevê a incorporação de metodologias que propiciem transversalizar a abordagem de gênero, direitos sexuais e reprodutivos, geração, raça e etnia, bem como a perspectiva de territorialidade nas políticas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e na política de saúde para a população do campo. Sob a responsabilidade da Contag, a execução do referido projeto teve início em abril de 2005 e sua extensão é de três anos. Está prevista também a articulação e elaboração de projeto em parceria com a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos com o objetivo de sensibilizar e qualificar 130 mulheres das cinco regiões brasileiras (26 em cada), líderes populares, ativistas em saúde da população negra e das trabalhadoras rurais e ainda radialistas. A idéia é que esses atores atuem em suas cidades/localidades como pontos de referência para o debate e a ação política nas diferentes instâncias do controle social existentes na área da saúde, em defesa do SUS, de modo a identificar as necessidades e demandas sociais específicas para o SUS durante esse processo.

Destaca-se, ainda, a normalização da atenção humanizada ao abortamento, passo inicial do processo de organização dessa ação nos serviços, que teve seguimento na capacitação dos profissionais de saúde das grandes maternidades, como atividade que integrou os "Seminários Nacionais e Estaduais sobre Atenção Obstétrica e Neonatal Humanizada Baseada em Evidências Científicas", cujo objetivo é a mudança de paradigmas, por meio da implementação de estratégias para a humanização da atenção obstétrica e neonatal. Cabe ressaltar a regulamentação pelo Ministério da Saúde, em 2005, da lei que garante a presença de acompanhante no pré-parto, parto e puerpério, que também contribui para a qualificação da atenção obstétrica.

O ano de 2005 marcou ainda a expansão do "Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal", que é uma estratégia de articulação das ações governamentais para redução destes eventos com a sociedade civil organizada. Foram realizados seminários em 24 estados, os quais debateram a organização dos seus planos de ação. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde garantiu recursos no valor de R\$ 31,17 milhões para a intensificação de ações de qualificação da atenção à mulher e ao recém-nascido no Pacto, e 71 municípios apresentaram projetos com intervenções para redução da mortalidade materna e neonatal.

Outro avanço importante foi o lançamento das "Diretrizes Estratégicas para Controle e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e de Mama", fundamental para a organização dessa ação de saúde nos serviços, rompendo com a prática de desenvolvimento de ações esporádicas, no formato de campanhas.

Cumprindo o compromisso de contemplar ações voltadas para grupos específicos, o Ministério da Saúde superou a meta definida para a organização da atenção às mulheres em situação de prisão; capacitou distritos sanitários indígenas para intervenção imediata para implantação/implementação da atenção integral à saúde das mulheres indígenas e está apoiando gestores municipais e estaduais, para organização da atenção a saúde indígena, priorizando as mulheres. O Ministério da Saúde definiu também estratégias de ação em conjunto com lideranças lésbicas; elaborou documentos técnicos que contemplam ações sobre saúde da mulher idosa; promoveu debate sobre a saúde da mulher trabalhadora, com recorte de raça/etnia, como parte da Conferência Nacional de Trabalhador.

Com relação à saúde das adolescentes, o Ministério da Saúde elaborou a "Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do(a) Adolescente", que constitui o marco referencial da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Foram ainda incluídos indicadores nos Pactos e documentos técnicos que contribuem para dar visibilidade à questão da saúde do(a) adolescente e apoio aos estados na organização da atenção a esta parcela da população.

Outra área de destaque em 2005 foi a atenção à saúde da mulher negra. Inúmeras atividades foram realizadas com esse fim, desde a publicação de material técnico, passando pela promoção de eventos para discussão do tema, levantamento de dados e inclusão do recorte étnico-racial nas ações do Ministério da Saúde. A seguir, os principais resultados alcançados neste campo:

- Inclusão do tema "Saúde da População Negra" no curso de acolhimento aos aprovados no processo seletivo público do Ministério da Saúde em 2004 e no "Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Estratégica em Saúde", ministrado pela ENAP;
- A Área Técnica de Saúde da Mulher/SAS determinou a inclusão do recorte étnico-racial nos manuais e normas técnicas e demais materiais cuja elaboração está sob sua responsabilidade;
- A Área Técnica de Saúde da Mulher/SAS, em parceria com o Departamento de Atenção Básica/SAS, a Funasa e a SEPPIR, rearticulou o projeto de capacitação de parteiras Kalunga, envolvendo a Secretaria Estadual de Saúde de Goiás e as prefeituras locais, cujas ações serão monitoradas de forma a promover a multiplicação da experiência para as demais comunidades quilombolas em nível nacional;
- O Ministério da Saúde, em parceria com Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a SEPPIR, lançaram o "Programa Estratégico de Ações Afirmativas:

Racismo e Aids", visando o desenvolvimento de ações integradas em saúde da população negra e vulnerabilidade à DST e Aids. Outros parceiros previstos são o Ministério da Defesa e a SPM;

- Inclusão da sub-agenda nº 4, com o tema "Saúde da População Negra", na "Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde", com recorte de gênero;
- Inclusão na Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde da Mulher e da Criança (PNDS) de levantamento, tabulação e análise dos dados, levando em conta o quesito raça/cor. A PNDS tem como objetivo coletar informações que permitam elaborar indicadores demográficos, de saúde e nutrição para mulheres e crianças menores, visando fornecer subsídios ao Ministério da Saúde para as políticas e estratégias de ação do Governo;
- Inclusão da temática da sub-agenda "Saúde da População Negra", com recorte de gênero e financiamento de pesquisas no valor de R\$ 25 milhões em 2005, lançadas em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia; e
- Inclusão de temas da "Política de Saúde da População Negra" no Sistema de Auditoria do SUS, por meio da elaboração de indicadores de qualidade, baseados nos pressupostos da promoção da igualdade racial (conforme Termo de Compromisso assinado entre MS e SEPPIR), para utilização da Auditoria na avaliação, por amostragem, dos principais programas e projetos do Ministério da Saúde (especialmente os de maior dotação orçamentárias ou de áreas estratégicas, a exemplo de Aids, sangue, transplantes, hemodiálise, saúde da mulher, saúde da criança, entre outros).

Outra ação prevista no PNPM que merece destaque é a *3.6.1 – Constituir comissão tripartite, com representantes do poder executivo, poder legislativo e sociedade civil para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez*. Essa ação surge de diretrizes aprovadas na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, voltadas para a legalização ou desriminalização do aborto no país. Devido ao caráter controverso da questão, foi formada uma comissão de especialistas que discutiram, entre os meses de abril e julho de 2005, alternativas de propostas legislativas para regulamentar o aborto. Inúmeras audiências públicas foram realizadas e diferentes setores da sociedade foram ouvidos, até que se chegou a uma proposta, apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 2005.

A Comissão Tripartite mencionada na referida ação do PNPM foi instituída no dia 6 de abril e composta de representantes dos seguintes órgãos do governo federal: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que a coordenou; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça; Casa Civil da Presidência da República; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; além de três representantes da Câmara dos Deputados, três representantes do Senado Federal e representantes das seguintes entidades da sociedade civil: Articulação de Mulheres Brasileiras; Central Única dos Trabalhadores; Fórum de Mulheres do Mercosul; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Federação Brasileira

das Associações de Ginecologia e Obstetrícia; e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A Comissão tinha um prazo de sessenta dias, que foi prorrogado por mais sessenta, para apresentar proposta de revisão da legislação. Os trabalhos foram finalizados e a proposta elaborada foi apresentada à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados no dia 27 de setembro de 2005. Em 19 de outubro, a relatora do projeto, deputada Jandira Feghali, leu seu parecer, propondo um substitutivo ao Projeto de Lei. Em 22 de novembro, houve uma audiência pública na Comissão para discutir o tema. Agendada para as reuniões seguintes, a votação do parecer, que teria sido revisto pela própria relatora, foi adiada. Assim, a discussão do tema na Câmara dos Deputados foi postergada para o ano de 2006.

Capítulo 3 – Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos Ações prioritárias 2005 – Realizações

Prioridade 3.1. Estimular a implantação de ações para atenção integral à saúde da mulher que atendam as necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases do ciclo vital; abrangendo as mulheres negras, com deficiência, índias, presidiárias, trabalhadoras rurais e urbanas e com diferentes orientações sexuais, contemplando questões de gênero.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.1.1	Incentivar a incorporação do enfoque de gênero na execução de Políticas e Programas do Ministério da Saúde: Programa de Hipertensão, Diabetes, Controle do Tabagismo, Tubercolose, Hanseníase, Saúde do Idoso, Saúde do Adolescente, DST/Aids e Estratégia de Saúde da Família.	MS	Política e/ou programa promovido pelo Ministério da Saúde, contemplando ações com a perspectiva de gênero.	Elaborados o Plano de Combate ao Tabagismo de Mulheres; a Política Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo ações para adolescentes; a Política Nacional para DST; Realizada oficina "Marco Conceptual e Construção de Macro-estratégia em Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) de Adolescentes e Jovens". Produzido documento sobre saúde da mulher idosa. Articulação com a Vigilância Sanitária de Portos, Aeroportos e Fronteiras no Projeto de Assistência Humanitária e Jurídica a Imigrantes Irregulares, em fase de implantação, que prevê o recorte de gênero, raça e etnia.	Ação não orçamentária.
3.1.2	Incorporar as práticas complementares na abordagem e tratamento das queixas clínicoginecológicas (fitoterapia, homeopatia, acupuntura e outras).	MS	Manual técnico sobre queixas clínicoginecológicas com recomendação de uso de práticas complementares.	Elaborada versão preliminar do "Manual Técnico de Queixas Clínicas Ginecológicas".	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.1.3	Revisar os indicadores e metas utilizados pelo MS nos pactos de gestão, políticas e documentos técnicos, possibilitando a definição do perfil de saúde dos adolescentes de ambos os性os para favorecer a definição de estratégias específicas de melhoria da saúde.	MS	Pacto de gestão, política e/ou documento técnico do MS com indicadores por faixa etária.	Inclusão de indicadores no Pacto de Gestão; Política Nacional sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo ações para adolescentes; Marco Referencial da Saúde Sexual e Reprodutiva de Adolescentes e Jovens.	Ação não orçamentária.
3.1.4	Apoiar técnica e financeiramente o fortalecimento das coordenações estaduais de saúde de adolescentes, das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	MS	Coordenações estaduais executoras de políticas voltadas para a saúde dos adolescentes apoiadas.	Apoio financeiro para seis coordenações estaduais organizarem a atenção à saúde sexual e reprodutiva de adolescentes.	Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos: Ação 6177 - Atenção à saúde do adolescente e jovem.
3.1.5	Apoiar estados e municípios na implementação do calendário vacinal para a adolescente, conforme estabelecido pela Portaria Ministerial 597.	MS	Estado/Município com calendário vacinal implementado.	Ação não realizada em 2005.	Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos: Ação 6177 - Atenção à saúde do adolescente e jovem.
3.1.6	Apoiar a execução de experiências piloto na implantação do Programa de Anemia Falciforme - PAF/MS, dando ênfase às especificidades das mulheres em idade fértil e no ciclo gravídico-puerperal.	MS SEPPIR	Experiência-piloto na implantação do Programa de Anemia Falciforme apoiada.	Assinada portaria que define as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral às pessoas com doença falciforme e outras hemoglobinopatias. Articulação entre a Coordenação do Sangue e Hemoderivados, o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPE) e a Área Técnica de Saúde da Mulher para elaboração do protocolo para gestante portadora de anemia falciforme e oferecimento da triagem no pré-natal. Realizada, em maio de 2005, oficina de especialistas para elaborar diretrizes para proposta de ações de aconselhamento e informação genética em anemia falciforme no SUS, que será apresentada em Simpósio Nacional de Aconselhamento Genético em Doença Falciforme, para definição da Política de Orientação e Informação Genética, dentro da	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.1.12	Ampliar o acesso e qualificar a Atenção à Saúde das Presidiárias, por meio da capacitação de profissionais de saúde para atenção integral, incluindo a prevenção e controle das DST e infecção pelo HIV.	MS	Estados habilitados para a Atenção Integral à Saúde das Presidiárias. Profissional de saúde da rede pública capacitado(a).	<p>perspectiva de direitos sexuais e direitos reprodutivos (autonomia reprodutiva).</p> <p>Elaborado e publicado "Manual de Diretrizes de Anemia Falciforme e Gestante".</p> <p>Qualificados 10 estados (BA, DF, GO, MT, MG, PE, RJ, RO, SP e TO) para a política de atenção à saúde da população penitenciária, com 126 equipes de saúde em atuação nas unidades prisionais.</p> <p>Implementadas as Portarias nº 1.426 e 340/2004, para atenção à saúde dos(as) adolescentes em conflito com a lei.</p> <p>A qualificação dos primeiros estados ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário representou um marco no processo de inclusão dessa população nas ações e serviços do SUS, com repercussões importantes para o seu segmento negro. Segundo o último censo penitenciário, de 1995, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional/Ministério da Justiça, esse segmento corresponde a 45% do total da população recolhida no sistema.</p>	<p>Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos: Ação 8527 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional.</p>
3.1.13	Criar Câmaras Temáticas sobre: saúde da mulher no climatério; saúde da mulher com deficiência; gênero e saúde mental, com representação do governo e da sociedade.	MS SPM SEPPIR	Câmara Temática criada/ Diretrizes e estratégias de ação do MS definidas com a participação do governo e sociedade.	Criado o grupo de trabalho sobre climatério.	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.
3.1.14	Elaborar e/ou revisar, imprimir e distribuir material técnico e educativo sobre atenção clínico-ginecológica, climatério, saúde da mulher negra; gênero e saúde mental, saúde das lésbicas e das adolescentes.	MS SPM SEPPIR	Manual técnico elaborado, impresso e distribuído.	<p>Elaborado o Programa de Anemia Falciforme;</p> <p>Impresso e distribuído folder sobre perspectiva da eqüidade na atenção às diferenças no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;</p> <p>Elaborado documento preliminar de Atenção ao Climatério;</p> <p>Elaborada a Agenda da Mulher;</p> <p>Impressos 10 mil exemplares do manual "Saúde das Mulheres Negras".</p> <p>Elaborado pela Área Técnica de Saúde da Mulher o livreto</p>	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
				<p>“Perspectiva de Equidade na Atenção às Diferenças no Pacto de Redução da Mortalidade Materna e Neo-natal - Saúde da Mulher Negra”, com o objetivo é sensibilizar e orientar gestores e profissionais de saúde acerca das especificidades na atenção à saúde da gestante negra. O lançamento foi feito em março.</p> <p>Finalizada a editoração de livro sobre a pesquisa da situação de saúde da população negra, com recorte de gênero, realizada pela Funasa, cujo lançamento ocorreu em setembro de 2005. Realizada também a editoração de folhetos sobre os conteúdos do livro para distribuição em toda a rede do SUS.</p> <p>Publicado, em dezembro, do livro “Saúde Brasil 2005”, com recorte de gênero e raça/cor.</p> <p>Elaborada a publicação “Situação Epidemiológica e Ambiental de Populações Quilombolas da Região Norte”, com recorte de gênero.</p>	

Prioridade 3.2. Estimular a implantação e implementação da assistência em planejamento familiar, para homens e mulheres, adultos e adolescentes, na perspectiva da atenção integral à saúde.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.2.1	Adquirir e distribuir métodos anticoncepcionais reversíveis, incluindo anticoncepcionais de emergência, para os municípios que aderiram ao PHPN ou que tenham equipes de saúde da família.	MS	Serviço de saúde de municípios com PHPN ou equipes de saúde da família dotados de métodos anticoncepcionais.	Distribuídos métodos anticoncepcionais para 5.235 municípios, em 2005. No período 2003-2005, foram atendidas 1.289.401 gestantes.	Programa 1293 - Assistência Farmacêutica e Insu- mos Estratégicos: Ação 4705 - Assistência finan- ceira para aquisição e dis- tribuição de medicamen- tos excepcionais.
3.2.2	Lançar a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos.	MS SPM SEPPIR	Política lançada.	Política lançada em 22 de março de 2005.	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mu- lher: Ação 6175 - Atenção à Saúde da Mulher.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.2.3	Estimular o credenciamento de unidades de saúde do SUS para a realização da esterilização cirúrgica, de acordo com a Lei nº. 9.263/96 e Portaria Ministerial.	MS	Serviço de saúde do SUS credenciado para realização de laqueadura tubária e vasectomia.	Credenciados, em 2005, 209 novos serviços, totalizando 571 em todo o país.	Programa 1216 - Atenção Especializada em Saúde: Ação 4291 - Certificação de qualidade dos estabelecimentos de saúde da rede pública e privada.
3.2.4	Apoiar técnica e financeiramente a organização de Centros de Referência para a assistência à infertilidade e pelo menos 5 Centros de Referência (1 por região) para o atendimento de casais soro-diferentes para HIV.	MS	Centro de Referência, para o atendimento de casais soro-diferentes para HIV, implantado.	Elaborada, em 2005, a Política para Atenção à Reprodução Humana Assistida.	Programa 1216 - Atenção Especializada em Saúde: Ação 8535 - Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.
3.2.5	Elaborar e/ou revisar, imprimir e distribuir material técnico e educativo sobre atenção ao planejamento familiar.	MS	Manual técnico elaborado, impresso e distribuído.	Elaborados o manual sobre anticoncepção de emergência e a cartilha sobre direitos sexuais e reprodutivos; e foi distribuído o "Manual de Assistência ao Planejamento Familiar". SPM: publicados e distribuídos 20.000 mini-folders sobre planejamento familiar.	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.
3.2.6	Fortalecer a capacitação do pessoal da atenção básica e de serviços de referência, para implementar as ações de atenção ao planejamento familiar, incluindo a anticoncepção de emergência e a prevenção da infecção pelo HIV e outras DST, climatério.	MS	Profissional da rede pública de saúde capacitado(a).	Qualificadas equipes de 151 maternidades em todo o país, num total de 552 profissionais, em seminários de atenção obstétrica e neonatal humanizada.	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.

Prioridade 3.3. Promover a atenção obstétrica e neonatal, qualificadas e humanizadas, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras, para mulheres e adolescentes, visando reduzir a mortalidade materna, especialmente entre as mulheres negras.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.3.1	Apoiar técnica e financeiramente a elaboração dos Planos Estaduais para redução da Mortalidade Materna e Neonatal, efetivando o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e garantindo a articulação entre setores governamentais e não governamentais, nas definições e execução das estratégias para redução desses eventos.	MS	Seminário estadual realizado, com a participação de municípios e representantes da sociedade civil organizada; Plano de ação estadual e/ou municipal, para redução da morte materna, elaborado.	Realizados 27 seminários nas unidades federadas, com a participação de 6.631 pessoas, entre gestores, profissionais e representantes da sociedade civil. Instalação e funcionamento da Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional. Instalação dos Comitês de Mortalidade Materna nas 27 unidades federadas; ampliação para 171 do número de Comitês Regionais e para 748 o número de Comitês Municipais.	Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos: Ação 2272 - Gestão e administração do programa.
3.3.2	Ampliar o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN) repassando recursos financeiros para municípios que cumprirem os protocolos de ampliação e qualificação das ações de atenção ao pré-natal, parto e puerpério.	MS	Município com PHPN implantado.	Em 2005, 1.085 novos municípios aderiram ao Programa, totalizando 5.068 em todo o país.	FAEC - Fundo de Ações Estratégicas e Compensação do Ministério da Saúde.
3.3.6	Apoiar a organização de serviço móvel de urgências para pronto atendimento das urgências maternas, em 130 municípios.	MS	Município com serviços de atendimento móvel de urgência organizados.	Organizados 96 novos serviços em 2005.	Programa 1303 - Atenção à Saúde da População em Situações de Urgências, Violências e Outras Causas Externas: Ação 0818 - Apoio à estruturação de serviços de atenção às urgências e emergências por violências e causas externas.
3.3.8	Elaborar e/ou revisar, imprimir e distribuir material técnico e educativo sobre a atenção obstétrica, incluindo a atenção à mulher em situação de abortamento.	MS	Manual técnico elaborado e distribuído.	Elaboradas as seguintes normas técnicas: atenção humanizada ao abortamento inseguro, prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência contra as mulheres; pré-natal e puerpério, manual de triagem obstétrica.	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à Saúde da Mulher.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.3.9	Fortalecer o sistema de formação/capacitação de pessoal na área de assistência obstétrica, inclusive para a atenção à mulher em situação de abortamento.	MS	Profissional de saúde, parteira tradicional e doula comunitária capacitada.	<p>Realizados seminários nacionais sobre "Atenção Obstétrica e Neonatal baseada em Evidências Científicas", para 155 profissionais de saúde representantes das 31 maternidades, contemplando todos os estados brasileiros. Oferecido apoio técnico e financeiro a 34 projetos de cursos de especialização em enfermagem obstétrica (execução, em parceria com OPAS e Universidades Estaduais, Federais e Privadas), com estimativa de aproximadamente 620 novos profissionais especializados com a conclusão destes cursos.</p> <p>Realizadas capacitações em atenção humanizada ao parto e nascimentos, através de convênio com o Centro de Humanização das Práticas Terapêuticas do Hospital São Pio X, Ceres, Goiás.</p> <p>Realizadas duas capacitações, em junho e outubro/2004, com participação de maternidades dos estados: AM, TO, MA, PI, AL, BA, MG, RS, DF, MG, MS, com um total de aproximadamente 40 profissionais capacitados. Através do referido convênio, houve a produção do vídeo "Um dia de vida", que se constitui em material educativo que está sendo disponibilizado para as maternidades.</p> <p>Realizadas capacitações de parteiras tradicionais e de profissionais de saúde para melhoria da assistência ao parto domiciliar, através de convênio com a ONG Grupo Curumim. Foram realizadas três capacitações para profissionais de saúde de sete municípios da região de Breves, Pará, em fevereiro; para parteiras tradicionais dos municípios de Cametá e Baião, Pará, em setembro; para profissionais de saúde e parteiras tradicionais da região de Teófilo Otoni, MG, em setembro, com um total de aproximadamente 80 parteiras tradicionais capacitadas e 40 profissionais de saúde.</p> <p>Realizada capacitação de 45 parteiras quilombolas, na Comunidade Kalunga, em Goiás, que se so-</p>	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.3.11	Implantar e/ou consolidar Comitês de Morte Materna para melhorar o registro de óbitos maternos.	MS	Comitê implantado.	<p>mam às 904 treinadas em anos anteriores.</p> <p>Realizadas capacitações de doula nos estados de Bahia, Roraima, Mato Grosso do Sul e Ceará.</p> <p>Firmado convênio com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá para capacitação de profissionais de saúde e parteiras tradicionais em atenção à saúde sexual e reprodutiva de adultos e adolescentes, dos municípios que integram as Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Já foram realizadas três capacitações: para parteiras tradicionais, em fevereiro; em planejamento familiar, em agosto; e em atenção pré-natal, em setembro. No total, foram capacitadas cerca de 20 parteiras tradicionais e 40 profissionais de saúde.</p> <p>Firmado convênio com a Secretaria Estadual de Saúde do Acre para capacitação de profissionais de saúde e parteiras tradicionais em atenção à saúde sexual e reprodutiva de adultos e adolescentes, dos municípios que integram a região do Alto Juruá. Foi realizada uma capacitação em atenção pré-natal. Total de profissionais capacitados(as): 995</p>	Programa 6021 - Atenção Integral à Saúde da Mulher: Ação 6175 - Atenção à saúde da mulher.
3.3.12	Apoiar 78 municípios com população superior a 100 mil habitantes e as mais altas taxas de mortalidade materna e neo-natal na execução de planos municipais para a redução da morte materna.	MS	Planos municipais apoiados.	<p>Destinados R\$ 31 milhões provenientes do Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF), para 78 municípios, além de recursos oriundos das Áreas Técnicas de Saúde da Mulher, Saúde da Criança e do Adolescente e Jovem.</p>	Programa 1214 - Atenção Básica em Saúde: Ação 0442 - Incentivo Financeiro para a expansão e a consolidação da Estratégia de Saúde da Família nos municípios com população superior a 100 mil habitantes (PROESF).

Prioridade 3.4. Promover a prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/Aids na população feminina.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.4.3	Adquirir e distribuir anticoncepcionais de emergência para os serviços que atendem mulheres HIV positivo.	MS	Anticoncepcional de emergência adquirido e distribuído.	Distribuição de 393.680 cartelas de anticoncepcional oral de emergência para 99 serviços de referência para atenção a mulheres vítimas de violência sexual e 1.399 municípios.	Programa 1293 - Assistência Farmacêutica e Insu-mos Estratégicos.
3.4.4	Adquirir e distribuir preservativos para estados, municípios e organizações não-governamentais.	MS	Preservativo adquirido e distribuído.	Distribuídos 62 milhões de preservativos.	Programa 1306 - Vigilância, Prevenção e Atenção em HIV/Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis: Ação 4327 - Atenção à saúde das pessoas com HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Prioridade 3.5. Reduzir a morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e de mama na população feminina.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.5.1	Apoiar a organização da atenção ao câncer de colo uterino e de mamas, em todos os níveis de complexidade, contemplando a reconstrução mamária.	MS	Serviço organizado para a realização de exame preventivo do câncer de colo de útero e detecção precoce do câncer de mama na população de risco.	Lançado o documento "Diretrizes Estratégicas para Controle do Câncer de Colo de Útero e de Mamas".	Programa 1216 - Atenção Especializada em Saúde: Ação 7833 - Implantação de Centros de Alta Complexidade em Oncologia - Cacon.

Prioridade 3.6. Revisar a legislação que trata da interrupção voluntária da gravidez.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
3.6.1	Constituir comissão tripartite, com representantes dos poderes executivo e legislativo, e sociedade civil para discutir, elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.	SPM MS	Proposta de revisão da legislação encaminhada.	Instalação, em abril de 2005, da Comissão, que trabalhou até o mês de julho. Várias reuniões e eventos foram realizados. A proposta de lei elaborada foi apresentada ao Congresso Nacional em setembro de 2005.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 9973 - Aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.

3. 4 – ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

O atendimento integral e humanizado às mulheres em situação de violência, ao lado do combate e de sua prevenção no país é um compromisso do atual governo, traduzido em quatro objetivos, seis prioridades e 31 ações do PNPM, voltados para a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de atendimento; para a revisão e a implementação da legislação nacional e a aplicação dos tratados internacionais; para a promoção de ações educativas e culturais voltadas à prevenção da violência; para a atenção à saúde das mulheres em situação de violência; para a produção de dados e informações sobre a questão; para a capacitação de profissionais dos diferentes setores no tema; e, finalmente, para a garantia do acesso à justiça.

Neste eixo, muitos avanços foram registrados. Até poucos anos atrás, não havia uma política nacional sistematizada e referenciada em um mesmo marco conceitual, ao mesmo tempo, as ações nos planos estaduais e municipais eram desarticuladas da ação do governo federal. Há, portanto, uma inflexão positiva a partir de 2003 e, principalmente, de 2004, quando a Política Nacional ganha contornos mais definidos. Entre os principais avanços obtidos a partir da implementação da política nacional, mediante a articulação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, está a ampliação da Rede de Serviços de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, realizada por meio de parcerias da SPM com o Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), de governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil.

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher compreende as dimensões da prevenção, da atenção e proteção às mulheres em situação de violência e do combate à impunidade dos agressores. É estruturada através da implementação das redes de serviços, da capacitação de profissionais, da criação de normas e padrões para o atendimento, do aperfeiçoamento da legislação e de iniciativas que interfiram nos padrões culturais machistas e patriarcais ainda existentes na sociedade brasileira. Como ações subsidiárias estão a constituição de sistemas nacionais de informação sobre a violência contra as mulheres, o estímulo à produção de conhecimento sobre o tema e o desenvolvimento de políticas públicas que ampliem a autonomia das mulheres e garantam sua cidadania plena. É o caso das políticas nas áreas do trabalho, educação, saúde, direitos sexuais e reprodutivos, previdência, entre outras. Nesse sentido, a implementação da política nacional de enfrentamento da violência contra a mulher não pode estar dissociada das demais ações propostas no PNPM.

A efetividade das ações de prevenção e redução da violência contra as mulheres e suas repercussões sobre as famílias e a sociedade dependem da reunião de recursos públicos e comunitários e do envolvimento do Estado e da sociedade em seu conjunto.

Em 2005, a SPM estabeleceu um amplo leque de parcerias governamentais, não-governamentais e com organismos internacionais. No Governo Federal, os principais parceiros têm sido o Ministério da Justiça,

através da Senasp e Secretaria Nacional de Justiça (SNJ); o Ministério da Saúde, através da Área Técnica da Saúde da Mulher; o Ministério da Educação; a SEPPIR

e a SEDH da Presidência da República. No Judiciário, as Defensorias Públicas – que têm sido parceiras na implantação de atendimento especializado para as mulheres –, o Fórum Nacional de Juizados Especiais, bem como a Associação Nacional de Defensores Públicos têm se mostrado sensíveis à discussão sobre o enfrentamento da violência contra a mulher. Na área internacional, destaca-se a colaboração e parceria com o Unifem, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), a OIT, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico (DFID).

O principal resultado alcançado foi a ampliação e o aperfeiçoamento da rede de prevenção e atendimento à mulher em situação de violência. Tecer, de maneira consistente e equilibrada, a rede de proteção à mulher em situação de violência é um dos objetivos centrais do PNPM. O objetivo das redes é assegurar um atendimento integral à usuária. Nelas, cada serviço tem seu papel e cada caso deve ser avaliado, segundo o seu grau de complexidade e risco, por profissionais treinados, capazes de apontar qual ponto da rede é o mais adequado para encaminhar a mulher que está buscando acolhida e orientação. É preciso, no entanto, reconhecer os limites da atuação de cada um destes “nós” da rede. A integração das equipes, o intercâmbio de informações e a articulação para a ação complementar são requisitos fundamentais para o funcionamento em rede, cuja construção é um grande desafio, sobretudo porque os diferentes serviços que a constituem pertencem e/ou dependem de distintas esferas da administração pública, estadual e municipal.

Merece destaque especial o papel de instituições da sociedade civil e ONGs na constituição dessas redes, na capacitação de seus agentes e, principalmente, no controle social de seu funcionamento.

A SPM atua na rede de proteção à mulher em situação de violência por meio do estímulo à criação de serviços, a realização de visitas técnicas e a elaboração de recomendações para reformulação e reaparelhamento de serviços existentes. Estimula, ainda, encontros e reuniões entre potenciais parceiros e promove estratégias para a articulação entre os serviços (Ação 4.1.5). Como estes são de responsabilidade administrativa dos governos estaduais e municipais, a SPM apóia financeiramente, em regime de parceria, os projetos a ela encaminhados por órgãos governamentais.

É importante destacar que entre 2003 e 2005 foi feito um grande esforço para se conhecer as realidades locais e, portanto, a situação do atendimento às mulheres em situação de violência, em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Estas visitas também fazem parte da tarefa de monitoramento e fiscalização dos projetos apoiados financeiramente pelo governo federal. A partir de 2004, os recursos financeiros utilizados para o apoio à implementação dos serviços foram prioritariamente dirigidos às demandas encaminhadas pelos governos estaduais e municipais.

Os serviços apoiados pela SPM, como realização específica das ações 4.1.2, 4.1.3, 4.1.9, 4.7.1 e 4.7.2 do PNPM, são:

■ **Centros de Referência ou de Atendimento:** oferecem atendimento psicológico, social e jurídico e prestam serviços de orientação e informação às mulheres em situação de violência. Do universo de 48 Centros de Referência existentes, a SPM apoiou a criação e o reaparelhamento de 27 unidades em todas as regiões do país, em 2003 e 2004, e a implantação/ implementação de 46 Centros, em 2005.

Entre os projetos de Centro de Referência apoiados pela SPM, merece destaque o Centro de Referência da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, projeto modelo em desenvolvimento desde 2004, que conta com o apoio de estruturas acadêmicas integradas aos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Iniciado em parceria com a SEDH e com recursos do BID, o Centro de Referência da Maré possui perfil multidisciplinar e atualmente é desenvolvido em parceria com a Decanía de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O convênio assinado com a UFRJ foi responsável pela ampliação e melhorias da área física do Centro, e também prevê a construção do Centro de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, na Cidade Universitária, Ilha do Fundão, o qual prestará atendimento através de projetos de extensão, de caráter interdisciplinar, e será um pólo de pesquisa, reflexão e capacitação na área de violência de gênero.

Destaca-se, ainda, o Centro de Prevenção e Atenção à Violência contra Mulheres Adolescentes e Jovens, projeto desenvolvido em parceria com o Núcleo de Saúde dos Adolescentes (NESA) da UERJ, cujo objetivo é implantar um serviço para atendimento específico de jovens e adolescentes, bem como desenvolver pesquisas e abordagens adequadas a esta faixa etária. A SPM firmou convênio com o NESA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para a realização de seminário sobre violência, voltado para jovens, e desenvolvimento de metodologia e manuais para capacitação de profissionais da rede de serviços. A própria equipe do NESA fará a capacitação de multiplicadores em dez estados, como etapa inicial.

■ **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs):** em 2005 foram celebrados 20 anos de existência e resultados positivos das DEAMs, política pública pioneira no Brasil e na América Latina no enfrentamento da violência contra a mulher. As delegacias, importante conquista dos movimentos de mulheres nos anos 80, caracterizam-se como porta de entrada na rede de serviços, cumprindo o papel de investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher. Embora as DEAMs tenham se multiplicado por todos os 26 estados brasileiros e Distrito Federal, a necessidade de ampliar o número de delegacias e de melhorar sua distribuição no território nacional permanece urgente.

A partir de 2003, 15 novas delegacias especializadas e quatro setores de atendimento especializados, em delegacias comuns, foram criados, após um hiato de muitos anos sem o surgimento de nenhuma nova DEAM. Essas delegacias especializadas estão localizadas na Bahia, nos municípios de Ilhéus e Vitória da Conquista; no Paraná, setores de atendimento nos municípios de Pinhais, Colombo, Toledo e Campo Largo; no Rio Grande do Sul, no município de Ijuí; em Goiás, no município de Luiziânia; em Tocantins, nos municípios de Tocantinópolis, Alvorada, Dianópolis, Arraias e Augustinópolis; e em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Campo Grande, Aquidauana, Nova Andradina, Fátima

do Sul, Coxim e Paranaíba. Em 2006 está prevista a inauguração de mais três DEAMs no Rio Grande do Sul: Novo Hamburgo, Bagé e Charqueadas. A meta do PNPM é dobrar o número de DEAMs até 2007 e melhorar a sua distribuição no país.

As DEAMs vinculam-se aos sistemas de segurança pública estaduais e a ação da SPM junto a elas ocorre em parceria com a Senasp, o que permitiu incluir recursos, no orçamento do Ministério da Justiça, para o programa de reaparelhamento de DEAMs, que consiste na distribuição de viaturas, armamento, munição, algemas e equipamentos de informática para delegacias de todas as regiões. Os critérios para a escolha das delegacias beneficiadas foram a resposta à pesquisa "Perfil Organizacional das DEAMs", realizada pela Senasp, em 2003, e o número de habitantes a serem atendidos. Em 2004, foram entregues viaturas a 50 DEAMs. Entre 2005 e 2006, está em andamento o reaparelhamento de mais 150 delegacias.

Em outubro de 2005 foi realizado o 2º Encontro Nacional de Delegadas, que aprovou a proposta de normalização dos serviços das delegacias especializadas.

- **Defensorias Públicas de Atendimento à Mulher:** a SPM tem investido na criação e consolidação de defensorias, considerada política pública inovadora e recente, como uma das formas de ampliar o acesso à Justiça e garantir às mulheres orientação jurídica adequada, bem como o acompanhamento de seus processos. Através do apoio financeiro da SPM, foram criadas 12 defensorias, entre 2003 e 2005, sendo que sete delas foram implantadas neste último ano. Os estados contemplados foram Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Tocantins, Amapá e Pernambuco.
- **Casas Abrigo:** até 2002, a Casa Abrigo foi tida como uma das políticas prioritárias no enfrentamento da violência contra a mulher sendo, muitas vezes, o único equipamento disponível em alguns dos municípios brasileiros. Todavia, a implementação dessa política tem pouca sustentabilidade e baixa efetividade, quando desarticulada de outros equipamentos. Nesse sentido, a SPM passou a dar prioridade a projetos de Casas Abrigo que atendam a uma microrregião, onde já existam outros serviços, configurando uma rede mínima de atendimento. Dessa forma, a SPM apoiou financeiramente 34 Casas Abrigo, em 2003 e 2004, com recursos para reaparelhamento, manutenção ou criação de novas casas. Em 2005, foram apoiadas quatro casas.
- **Serviços de Saúde:** constituem outra importante porta de entrada das mulheres em situação de violência na rede dos serviços públicos. O Ministério da Saúde estimulou e apoiou 39 novos serviços de atendimento a casos de violência sexual e estupro, além de ter intensificado a distribuição da contracepção de emergência, a "pílula do dia seguinte", que faz parte do protocolo de atenção aos casos de estupro. Em 2005, o Ministério da Saúde adquiriu e distribuiu métodos anticoncepcionais para 5.235 municípios brasileiros, segundo dois critérios: adesão ao Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento - PHPN e existência de, pelo menos, uma equipe de saúde da família.
- **Ouvidoria:** a SPM oferece diretamente o serviço de Ouvidoria e a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Instalada em 2003, a Ouvidoria é um espaço de escuta qualificada, que procura

atuar por meio da articulação com outros serviços semelhantes existentes em todo o país, encaminhando os casos que chegam para os órgãos competentes em nível federal, estadual e municipal, além de proporcionar alguns atendimentos diretos. Entre 2003 e 2005, foram realizados 635 atendimentos, dentre os quais 28% são referentes à violência doméstica, sexual, física e assédio moral. Lançada em 25 de novembro de 2005, a Central Telefônica de Atendimento à Mulher – Ligue 180 – era uma antiga e freqüente demanda; com funcionamento integrado à Ouvidoria, destina-se a receber denúncias, orientar e encaminhar os casos de violência contra a mulher. O número 180, considerado de utilidade pública, permite ligações de todo território nacional, durante 24 horas e em todos os dias da semana. Na primeira etapa, em fase experimental que se encerrou em 19 de abril de 2006, o atendimento direto vinha sendo realizado das 7h às 18h40, de segunda a domingo. A Central de Atendimento será também um importante instrumento para melhorar o conhecimento sobre os números da violência contra as mulheres.

Outro importante resultado alcançado em 2005, como realização da Ação 4.1.9 do PNPM, foi a elaboração de Normas Técnicas e Diretrizes Nacionais para Aplicação nos Serviços de Atendimento. A experiência acumulada pelos profissionais que atuam nos serviços e pela produção acadêmica nacional na temática de violência de gênero, gerada nas universidades, núcleos de pesquisa e organizações não governamentais, têm contribuído para aperfeiçoar a elaboração de diretrizes nacionais no atendimento da rede de serviços. O objetivo é oferecer parâmetros aos gestores para a criação e melhoria dos serviços, bem como estabelecer critérios para a seleção de projetos a serem apoiados, além de facilitar o intercâmbio à medida em que os serviços passam a atuar dentro de um mesmo referencial conceitual.

As normas não devem, portanto, ser interpretadas como “camisas de força” e sua aplicação deve resguardar as características e peculiaridades de cada região do país. Nesse sentido, destacam-se:

- **Estabelecimento de norma técnica para o funcionamento das DEAMs:** por recomendação do Encontro Nacional de Delegadas das DEAMs, em 2003, a SPM e a Senasp desenvolveram uma proposta que foi apresentada no segundo Encontro Nacional, realizado em Belo Horizonte, entre 31 de outubro e 01 de novembro de 2005, com a presença de todos os estados e do Distrito Federal, representados por 266 delegadas(os) titulares e substitutas(os). A proposta apresentada baseou-se nas pesquisas nacionais realizadas pela Senasp, em 2003 e 2004, sobre o perfil organizacional das DEAMs, e foi elaborada por um grupo de trabalho composto por representantes das delegadas, especialistas na área de violência de gênero de universidades e organizações não-governamentais, além de técnicas(os) de ambas as secretarias. Entre os diversos pontos de consenso, discutidos no Encontro Nacional, podemos citar: atendimento exclusivo às mulheres; atendimento em horário integral (24 horas); criação de coordenações estaduais independente do número de DEAMs em cada estado; necessidade de atuação integrada das delegacias junto a uma rede especializada de atendimento às mulheres; e, principalmente, a definição do papel próprio e exclusivo da autoridade policial, qual seja, o de apurar, investigar e tipificar os delitos. As propostas de alteração apresentadas pelas(os) delegadas(os), no Encontro, foram consolidadas e o texto final da norma foi editado em

março de 2006. A etapa seguinte prevê a divulgação e pactuação da norma com as Secretarias de Segurança Pública dos estados e do Distrito Federal.

- **Estabelecimento de diretrizes para o funcionamento dos Centros de Referência:** o Centro de Referência é uma política pública de disseminação mais recente e o perfil dos serviços prestados ainda é bastante diversificado. Por isso, a SPM promoveu o primeiro Encontro Nacional de Centros de Referência, em maio de 2005, no Rio de Janeiro, com o objetivo de debater as diretrizes nacionais para o atendimento. Neste primeiro encontro, ao qual compareceram 52 Centros de Referência e Núcleos de Atendimento de 13 estados, foi feito um levantamento sobre a atuação desses Centros. Diversas lacunas foram apontadas: a falta de uma rotina de atendimento; a ausência de um fluxograma que defina o percurso desde a chegada da mulher ao Centro até o seu encaminhamento e acompanhamento; a inexistência de fichas padronizadas e de montagem de um cadastro único. Os principais consensos entre os participantes do Encontro Nacional indicaram a necessidade de algumas definições fundamentais: a forma de inserção dos Centros na estrutura da administração pública, ou seja, se devem estar vinculados às Secretarias Estaduais/Municipais de Assistência Social ou às Coordenadorias e Assessorias da Mulher ou ainda ao Gabinete do Prefeito/Governador; as instituições e órgãos que devem fazer parte da Rede de Atendimento à Mulher; a contrapartida dessas instituições para garantir a sustentabilidade dos Centros, além da elaboração de diretrizes para o seu funcionamento.
- **Normas Técnicas da Saúde:** com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da atenção às mulheres vítimas de violência sexual, o Ministério da Saúde publicou normas técnicas voltadas para a qualificação e humanização deste atendimento, conforme o capítulo 3 do PNPM. Normas publicadas:
 - “Atenção Humanizada ao Abortamento” – introduz mudanças significativas, a exemplo da dispensa de apresentação do Boletim de Ocorrência (BO), com vistas a estabelecer e consolidar padrões culturais de atenção adequados às reais necessidades das mulheres, em processo de abortamento espontâneo ou induzido que procuram por esses serviços. Além de introduzir novas abordagens no acolhimento e na atenção às mulheres, a publicação é também um guia para apoiar a atuação de profissionais e serviços de saúde. Importante destacar que a aplicação dessa norma técnica contribui para diminuir as consequências para a saúde das mulheres dos abortamentos praticados em condições inseguras e para reduzir o risco de morte materna em nosso país.
 - “Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes” – editada em 2005, corresponde à versão atualizada e ampliada da “Norma Técnica de Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes”, e tem como objetivo aprimorar o conhecimento técnico-científico e a sensibilidade dos profissionais de saúde para aplicação de práticas humanizadas na atenção a mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.

A parceria da SPM com a Senasp/MJ produziu uma substantiva inovação no campo da capacitação especializada e interdisciplinar (Ações 4.1.1 e 4.6.1 do PNPM): a inclusão da disciplina de gênero e violência contra a mulher na matriz curricular das academias de polícia do país. Ainda nessa área, e seguindo as diretrizes do PNPM, a SPM identificou a necessidade de desenvolver uma metodologia de capacitação, com caráter interdisciplinar, que pudesse ser aplicada aos diferentes públicos profissionais envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência. Com esse objetivo, a SPM organizou uma oficina pedagógica, em Brasília, que contou com 25 especialistas em violência de gênero das áreas de saúde e de segurança pública, do executivo, das universidades e de organizações não-governamentais feministas. As orientações, metodologias e conteúdos originados nesta oficina passaram, desde então, a ser adotados em todos os processos de capacitação, desenvolvidos pela SPM e parceiros, para profissionais das áreas de segurança pública (Polícia Rodoviária, Polícia Federal, polícias civis e militares etc.), de saúde e dos centros de referência, casas abrigo, defensorias públicas, assim como dos órgãos vinculados aos executivos estaduais e municipais.

Entre 2003 e 2005, foram capacitados cerca de cinco mil profissionais em todo o país, por ação direta da equipe técnica da SPM ou em parceria com o Ministério da Saúde, SENASP, ou ainda através de convênios com organizações não-governamentais. Cabe destacar o convênio com a ONG Cidadania, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia), que neste período capacitou 940 profissionais das DEAMs em sete estados (Rio de Janeiro, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Acre e Paraná).

Com vistas a atuar na prevenção da violência contra as mulheres, bem como na conscientização da importância da denúncia e da existência dos serviços, foi realizada, em 2004 e 2005, a campanha nacional “Sua vida recomeça quando a violência termina”. Iniciativa da SPM, a campanha destacou o “Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher”, 25 de novembro, e constou de produção e veiculação de peça de 30 minutos para televisão; spot de rádio; confecção e distribuição de cartazes e material informativo sobre prevenção e combate à violência contra a mulher, camiseta e *bottom* para distribuição aos Centros de Referência, Casas Abrigo, Delegacias Especializadas, Conselhos e demais mecanismos de representação e de defesa dos direitos das mulheres. Em 2005, a campanha agregou a prestação de contas das intervenções do poder executivo no enfrentamento à violência e a divulgação da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180). Como parte dessa segunda edição da campanha, a SPM produziu e distribuiu para a rede de serviços e organismos de representação e defesa dos direitos da mulher, 30 mil exemplares de materiais informativos sobre o enfrentamento à violência contra a mulher.

Além de desenvolver campanha própria, a SPM apoiou financeiramente campanhas locais e regionais, entre elas:

- apoio à campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher”, coordenada pela ONG Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (Agende) – 2003, 2004 e 2005;
- apoio à realização e lançamento da campanha/pesquisa “Onde há violência todo mundo perde”, desenvolvida pelo Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo e destinada principalmente ao público masculino – 2004;

- apoio à campanha “Violência Contra a Mulher: Tolerância Nenhuma”, de alcance nacional, desenvolvida pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT – 2004;
- apoio à Campanha do Laço Branco – “Homens dizem não à violência contra as mulheres”, de âmbito nacional, desenvolvida pelo Programa de Apoio ao Pai (PAPAI), de Pernambuco – 2003/2004/2005;
- apoio à campanha de repúdio à violência contra as mulheres trabalhadoras rurais realizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadores Rurais (MMTR) e pela Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (AMTR/SUL), Chapecó, Santa Catarina – 2003;
- apoio à campanha “Violência contra a mulher: vamos acabar com essa novela”, realizada pelo Centro de Educação para a Saúde (CES) de Santo André, São Paulo – 2003;
- apoio à campanha para a prevenção da violência contra as mulheres trabalhadoras rurais, realizada pela Associação Estadual das Mulheres Agricultoras (AEMA) de Chapecó, Santa Catarina – 2003;
- apoio à campanha regional “Discutindo os Direitos Humanos e Cidadania na Perspectiva da Superação da Violência”, realizada pela Prefeitura Municipal de Pontão, Rio Grande do Sul – 2003;
- apoio à campanha “Ações de Prevenção e Redução de Danos junto às Adolescentes”, realizada pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria) do Distrito Federal – 2004;
- apoio à campanha de “Prevenção Educativa e Cultural da Violência contra a Mulher”, realizada pela Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, Rio Grande do Sul – 2004;
- apoio à realização da campanha “Violência contra a Mulher: Eu digo não”, por ocasião do Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher, realizada em âmbito regional pelo CES de São Paulo – 2004;
- apoio financeiro à realização da campanha pela superação da violência contra a mulher e pela afirmação de seus direitos, realizada pela Prefeitura Municipal de Constantina, Rio Grande do Sul – 2004; e
- apoio à campanha de “Capacitação sobre a Violência contra a Mulher Idosa” realizada pelo Movimento do Despertar para Terceira Idade, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul – 2004.

Diferentes publicações e produtos audiovisuais sobre a violência contra as mulheres foram produzidos visando divulgar os debates e discussões, difundir a importância do tema e conscientizar em relação ao enfrentamento da violência. Publicações e produtos audiovisuais elaborados:

- “Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero – Construindo Políticas Públicas”, publicação elaborada pela SPM, trata da prevenção e combate à violência contra a mulher e reúne textos de diversas(os) especialistas na temática (2003);
- “Marcadas a ferro: violência contra a mulher, uma visão interdisciplinar” (2005). Organizada por Márcia Castillo-Martín e Suely de Oliveira, reúne 23 textos apresentados no Seminário Binacional Brasil/Espanha, realizado em Recife, Pernambuco, e em São Raimundo Nonato, Piauí, em 2004, evento que também com apoio da SPM;

- “Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios”, publicação organizada por Cecília de Mello e Souza e Leila Adesse, realizada pelo Ipas Brasil e editada pela SPM. Contribui com a análise da situação da violência sexual no Brasil (2005);
- “Enfrentamento da Violência contra a Mulher: orientação para profissionais e voluntários(as)”, publicação de autoria de Bárbara M. Soares e editada pela SPM, que contém informações, orientações e um conjunto de ferramentas de grande utilidade prática para aquelas(es) que trabalham com mulheres em situação de violência e risco (2005);
- “Violência contra as Mulheres – A Experiência de Capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste”, publicação de autoria de Lourdes Bandeira, Tânia Mara de Almeida e Andréa Mesquita, editada pela ONG Agende do Distrito Federal, com apoio da SPM (2004);
- “Manual sobre o Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual”, elaborado pelo Ministério da Justiça, através da Senasp, e pela OIT, e editado pela SPM. Destina-se a profissionais que atuam diretamente no atendimento e na responsabilização em casos de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual (2005);
- vídeo “Tecendo a Rede”, com 30 minutos de duração. Realizado por Maria Luiza Aboim, aborda a questão da violência contra a mulher e o papel dos serviços de atendimento, para distribuição aos mesmos e mecanismos de defesa dos direitos da mulher (2003/2004); e
- vídeo “Assédio Moral – Ameaça Invisível”. Recurso de caráter motivacional para o debate acerca do assédio moral e da discriminação de gênero nas relações de trabalho realizado em parceria da Secretaria de Gênero da Confederação Nacional dos Químicos da CUT e do FIG/CIDA; a partir de seminário organizado por estas entidades e pela SPM, em São Paulo, para debater a temática (2005).

Entre os serviços de atendimento, merecem destaque, ainda, os Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes. A SEDH mantém em funcionamento, por meio de convênios com os governos estaduais e municipais, Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes (CAVC) em 11 Estados (Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina) e em quatro municípios (Porto Alegre e Santa Maria, no Rio Grande do Sul; Belo Horizonte, em Minas Gerais; e Olinda, em Pernambuco), os quais, em conjunto, prestam atendimento médio anual a cerca de 3.500 pessoas, vítimas da violência e seus familiares.

O objetivo maior dos CAVC é contribuir para a expansão da oferta de serviços que assegurem o exercício de direitos das vítimas e familiares de vítimas de crimes. Dessa forma, constituem instrumentos eficazes no combate e prevenção da violência e promoção da cidadania. Trata-se, pois, de um projeto que procura disponibilizar, nas regiões onde a violência se manifesta de forma mais latente, um serviço integrado e capaz de prestar atendimento jurídico, psicológico e social a vítimas de crimes, assim como a seus familiares e dependentes. Embora se destinem, em especial, ao atendimento de vítimas e familiares de vítimas de crimes violentos, tais como homicídios, latrocínios, atentado violento ao pudor, tortura etc, os CAVC recebem cotidianamente uma grande demanda de atendimento a vítimas de violência doméstica e de violência de gênero. Assim, são comuns os atendimentos a mulheres vítimas de violência perpetrada pelo companheiro, a

idosos vítimas de maus tratos por parte de familiares, a crianças e adolescentes vítimas de violência e abuso sexual, entre outros. Nesses casos, após o atendimento e intervenção inicial, realizado por psicólogos, assistentes social e advogados, as vítimas são encaminhadas aos serviços especializados, públicos e privados, que compõem a rede de atendimento.

No que se refere especificamente à questão da violência familiar e da violência contra a mulher, os CAVC recebem grande número casos e efetivamente realizam diversos atendimentos. No entanto, ainda que esse tipo de atendimento não seja o enfoque primordial da atuação dos CAVC, em alguns estados, a exemplo de Santa Catarina, Espírito Santo, Alagoas e Rio de Janeiro, existe uma demanda relativamente maior do que em outros estados de casos afetos a esse tema. No âmbito do CAVC, esses casos recebem um atendimento psicossocial e jurídico inicial pela equipe técnica, que se articula, a partir de então, com outros serviços públicos locais que possuem especificidade técnica no seu atendimento, seja o acompanhamento da vítima ao IML para exame de corpo de delito, Delegacia da Mulher, Casas Abrigo, ou mesmo outras instituições parceiras que constituem a rede habitual colaboradores do CAVC. O objetivo é buscar, em última instância, o resgate da vítima de violência, trazendo-a de volta à condição de cidadão de direitos. Em estados, como Alagoas, Espírito Santo e Santa Catarina, onde o atendimento a vítimas de violência de gênero assumiu, historicamente, a principal demanda em números de pessoas que procuram os CAVC, buscou-se a integração com as políticas de públicas destinadas à mulher, através de acordos de cooperação técnica e convênios, de forma a reforçar a capacidade destes Centros de responder e intervir qualificadamente.

A política pública de saúde trabalha na perspectiva do enfrentamento das desigualdades de gênero e da garantia da atenção integrada e humanizada ao referido segmento populacional nas situações de violência doméstica e sexual, por intermédio da ampliação do número de serviços especializados, articulando ações de prevenção as DST/Aids e as hepatites, promovendo o empoderamento feminino e a não-repetição desses casos. É fundamental que esses serviços sejam parte de Redes Integradas de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual, atuando de forma articulada com os demais serviços e organizações que, direta ou indiretamente, contribuem com a assistência, a exemplo das Delegacias da Mulher e da Criança, Instituto Médico-Legal, Ministério Público, instituições como Casas Abrigo, grupos de mulheres, creches, entre outros.

A atenção à saúde das mulheres em situação de violência apresenta uma tendência progressiva de expansão, ainda que os serviços estejam concentrados nas capitais e regiões metropolitanas. Em fins de 2002, o número de serviços hospitalares que estavam preparados para atender mulheres vítimas de estupro chegou a 82, sendo que o aborto pós-estupro era realizado em 44. Em 2005 o Ministério da Saúde apoiou técnica e financeiramente a organização de 24 novas Redes de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual, nos municípios com os piores indicadores de violência. Hoje estão implantados 121 serviços em estados.

Nesse mesmo ano, o Ministério da Saúde, em parceria com a SPM e a Senasp/MJ, elaborou a Matriz Pedagógica para Formação de Redes que reúne um conjunto de informações ancoradas entre o instrumental teórico e o

aprimoramento técnico, o perfil e a vocação profissional para as questões da atenção integral para mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. Esse instrumento sugere conteúdos e metodologias que podem ser adaptados às realidades regionais, de modo a colaborar na promoção da qualificação profissional no trato com pessoas em situação vulnerável, e possibilitar a tais mulheres, adolescentes e crianças a prevenção das situações de violência, o acolhimento em casos de suspeita ou confirmação, o diagnóstico, o tratamento, a notificação dos casos e os encaminhamentos mais adequados.

Ainda em 2005, o Ministério da Saúde financiou pesquisa para delinear o perfil do atendimento às mulheres em situação de violência, com o objetivo de levantar subsídios para formulação de estratégias de fortalecimento da implementação destas redes.

As orientações para organização das redes e a padronização dos instrumentos de registro dos serviços tem sido estabelecida por meio de normas técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde que contribuem, também, para a qualificação da atenção ao serem utilizadas nos processos de capacitação dos seus profissionais de saúde. Em 2005 foram também revisados ou elaborados e distribuídos aos estados e municípios: o manual técnico "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência contra Mulheres e Adolescentes" e os documentos "Anticoncepção de Emergência" e "Aspectos Jurídicos do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual".

Outra estratégia desenvolvida com vistas à organização das Redes de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual foi a promoção dos seminários macrorregionais, com o objetivo identificar os avanços e as dificuldades de gestores e serviços de saúde de referência que prestam atendimento às violências domésticas e complicações decorrentes da violência sexual. A articulação entre gestores dos três níveis e os Hospitais de Referência em Atenção Integral às Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Sexual é estratégica para a garantia de atendimento, encaminhamentos e a dispensa dos medicamentos anti-retrovirais, vacinas, anticoncepção de emergência, bem como os procedimentos previstos em lei.

Com a finalidade de concretizar a Lei 10.778/03, que estabelece a Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher (e outras Violências Interpessoais), o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.406 em 5 de novembro de 2004, que institui Serviço de Notificação Compulsória de Violência contra a Mulher, e aprova instrumento e fluxo para notificação.

No primeiro momento, a SPM promoveu o pré-teste da referida ficha de notificação nos municípios de Goiânia, Ribeirão Preto e Florianópolis. Em seguida, foram realizadas oficinas de avaliação que contribuíram para a definição de um novo desenho dessa ficha, considerando as diversas especificidades e o padrão do Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória (SINAN). Encontra-se em progresso, a implementação da notificação compulsória no estado de São Paulo, tendo como proposta inicial a sua operacionalização nos serviços de atendimento da violência sexual. Para compilar e dar tratamento aos dados de notificação, encontra-se em desenvolvimento um sistema de informações sobre violência.

Prioridade 4.1. Ampliar e aperfeiçoar a rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.1.1	Capacitar profissionais dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	SPM MJ SEDH MS	Profissional capacitado(a).	SEDH: capacitação de operadores do sistema nacional de atendimento a vítimas e a testemunhas ameaçadas. MS: Elaborada matriz pedagógica para capacitação de profissionais de saúde para atenção integral às mulheres vítimas de violência; realizada oficina de capacitação de profissionais para organização de redes locais de atendimento à mulher vítima de violência na região amazônica; realizada capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência na região amazônica, visando a Prevenção e Combate à Violência contra as Mulheres. SPM: apoio, por meio da celebração de convênios, à capacitação de mais de 4.000 profissionais, além de atuação direta na capacitação de profissionais de serviços em fase de implantação. MJ: capacitação de, aproximadamente, 240 delegadas das DEAMs em 4 estados.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 6812 - Capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência.
4.1.2	Reaparelhar os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	SPM MJ SEDH	Serviço especializado reaparelhado.	Em 2005, a SPM apoiou, por meio da celebração de convênios, o reaparelhamento (manutenção, reforma, ampliação etc.) de 16 centros de referência/ centros de atendimento; 3 projetos de defensorias ou núcleos especializados nas defensorias; e 2 casas abrigo. Recursos aplicados: R\$ 2.367.464,91. Cerca de 200 DEAMs foram beneficiadas com reaparelhamento; 50 delegacias que haviam sido contempladas, em 2004, receberam viaturas no ano de 2005. Em 2006, essas DEAMs receberão também kits com material de informática e armamento. Em 2005, foram contempladas mais 150 delegacias que irão receber kits e viaturas no ano de 2006.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 0911 - Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.1.3	Criar serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	SPM MJ SEDH	Serviço especializado criado.	Apoiado, pela SPM, por meio da celebração de convênios, a criação de novos serviços. Recursos aplicados: R\$ 2.607.279,82. Apoiados 16 novos centros de referência/atendimento e 1 serviço de defensoria especializada.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 0911 - Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência. Programa 0670 - Assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas.
4.1.5	Apoiar a realização de eventos para promover a ação articulada entre os serviços integrantes da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, em todos os estados, contemplando capitais e municípios com perfil rural.	SPM MJ MS	Evento realizado. Rede instituída nos estados e municípios.	Realizada uma oficina pedagógica com 25 especialistas em violência de gênero das áreas de saúde e segurança pública, do Executivo, das universidades e de organizações não-governamentais feministas, com o objetivo de desenvolver uma metodologia de capacitação com caráter interdisciplinar para ser aplicada aos diferentes públicos profissionais envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência. As orientações metodológicas e conteúdos originados nesta oficina passaram a ser adotados em todos os processos de capacitação desenvolvidos pela SPM e parceiros(as). Capacitados, entre 2003 e 2005, cerca de 5.000 profissionais em todo o país por ação direta da equipe técnica da SPM ou em parceria com Ministério da Saúde, SENASP, ou ainda através de convênios com organizações não-governamentais. O convênio com a ONG Cepia capacitou, nesse período, 940 profissionais das DEAMs em 7 estados a saber: Rio de Janeiro, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Acre e Paraná. Promovidos, pelo MS, seminários nas Regiões Norte e Centro-Oeste, com vistas à articulação entre gestores dos três níveis e os Hospitais de Referência em Atenção Integral às Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Sexual.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 900M - Incentivo à formação e ao fortalecimento das redes de cidadania.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.1.9	Criar procedimentos e normas para o funcionamento dos serviços especializados de atendimento à mulher.	MJ MS SPM	Procedimento/norma estabelecida.	Realizado Encontro Nacional de Centros de Referência e de Encontro Nacional de Delegadas, ambos destinados à discussão da normalização dos serviços. Foram elaboradas propostas de normalização, cuja implementação se encontra em fase final de planejamento.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 900M - Incentivo à formação e ao fortalecimento das redes de cidadania.
4.1.10	Criar serviço de central telefônica para atendimento às mulheres em situação de violência.	SPM	Central telefônica criada.	Foi lançada, em 25 de novembro de 2005, a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, que vem funcionando em caráter experimental, por meio de parceria firmada com o Ministério da Saúde.	

Prioridade 4.2. Revisar e implementar a legislação nacional e garantir a aplicação dos tratados internacionais ratificados, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.2.4	Articular com o Congresso Nacional a elaboração e a aprovação de projetos de lei relativos à violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Executivo.	SPM	Projeto de Lei aprovado.	Participação nas discussões sobre o Projeto de Lei (PL) nº 4.559/04 em Assembleias Legislativas Estaduais e eventos nacionais; Articulação com a Bancada Feminina para aprovação do PL na Comissão de Seguridade Social e Família em agosto de 2005. Aprovação do substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça. O PL encontra-se na pauta da Ordem do Dia no Plenário da Câmara Federal (março/2006).	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 9973 - Aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro.

Prioridade 4.3. Promover ações preventivas e educativas em relação à violência doméstica e sexual.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.3.2	Realizar ações de enfrentamento ao tráfico de mulheres.	SPM MJ SEDH SEPPIR	Ação realizada.	Desenvolvimento, entre dezembro de 2001 a agosto de 2005, do projeto "Medidas contra o Tráfico de Seres Humanos no Brasil" nos estados de GO, CE, RJ E SP, em parceria com o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes (UNOC). As principais ações são: diagnóstico (pesquisa); capacitação dos profissionais envolvidos com o assunto (aproximadamente, 400 pessoas	Programa 0662 - Combate à Criminalidade: Ação 2328 - Capacitação de profissionais da rede de atenção às vítimas de tráfico de seres humanos.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.3.3	Realizar campanhas de combate ao tráfico de mulheres.	SPM SEPPIR MJ	Campanha realizada.	<p>foram capacitadas); campanhas de conscientização da população; e construção de um banco de dados com informações sobre o tema. As principais vítimas desse tipo de crime são as mulheres, que são levadas para exploração sexual no exterior. Foram também instalados, nesses estados, escritórios de atendimento a vítimas desse crime, em parceria com a SNJ do MJ, governos estaduais, ONGs e MPF.</p> <p>Inclusão no PPA 2004-2007 de duas ações específicas, de diagnóstico e de capacitação, para o combate ao tráfico de pessoas, com recursos previstos no orçamento do MJ (cerca de R\$ 446 mil).</p>	
4.3.4	Incluir a temática de gênero e combate à violência contra a mulher nos cursos das Academias de Polícia.	SPM MJ	Temática incluída.	Ação realizada.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 6812 - Capacitação de profissionais para atendimento a mulheres em situação de violência.
4.3.5	Realizar campanhas de prevenção à violência contra as mulheres.	SPM SEPPIR MJ	Campanha realizada.	<p>Realizada campanha "Sua vida recomeça quando a violência termina", lançada na semana de 25 de novembro, Dia da Não-Violência contra a Mulher, que contou com peças gráficas distribuídas para todo o país.</p> <p>SPM: apoio às seguintes campanhas locais e regionais: .Campanha "16 dias de ativismo pelo fim da Violência contra a Mulher", coordenada pela ONG Agende - 2003, 2004 e 2005; ."Onde há violência todo mundo perde", desenvolvida pelo Instituto Patrícia Galvão - 2004;</p>	Programa 1068 – Gestão da transversalidade de gênero nas Políticas Públicas: Ação 4641 – Publicidade de utilidade pública.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
				<p>.”Violência contra a Mulher: Tolerância Nenhuma”, desenvolvida pela Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT - 2004;</p> <p>.”Campanha do Laço Branco - Homens dizem não à violência contra as mulheres”, desenvolvida pelo Instituto PAPAI - 2003, 2004 e 2005;</p> <p>.”Campanha de repúdio à violência contra as mulheres rurais”, desenvolvida pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e pela Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul (AMTR/ Sul) - 2003;</p> <p>.”Violência contra a Mulher: Vamos Acabar com Essa Novela”, realizada pelo Centro de Educação para a Saúde (CES) de Santo André - 2003;</p> <p>.”Discutindo os Direitos Humanos e Cidadania na Perspectiva da Superação da Violência”, realizada pela Prefeitura Municipal de Pontão/RS - 2003;</p> <p>.Campanha “Ações de Prevenção e Redução de Danos junto às Adolescentes”, realizada pelo Cecria/DF - 2004;</p> <p>.Campanha “Prevenção Educativa e Cultural da Violência contra a Mulher”, realizada pela prefeitura municipal de Cachoeirinha/RS - 2004;</p> <p>.Campanha “Violência contra a Mulher: Eu digo não”, realizada pelo CES/SP - 2004;</p> <p>.”Campanha pela Superação da Violência contra a Mulher e pela Afirmação de seus Direitos”, realizada pela Prefeitura Municipal de Constantina/RS - 2004;</p> <p>.”Capacitação sobre a violência contra a mulher idosa”, realizada pelo Movimento do Despertar para a Terceira Idade, Porto Alegre/RS - 2004.</p>	

Prioridade 4.4. Promover a atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.4.1	Apoiar técnica e financeiramente a organização e avaliação da rede de atenção em saúde para incluir e implementar o atendimento à mulher e adolescente em situação de violência sexual e doméstica.	MS	Serviço de atenção à mulher em situação de violência nos municípios pólos de microrregiões implantado.	Apoiados 39 projetos para organização de serviços de atenção à mulheres e adolescentes em situação de violência.	
4.4.2	Adquirir e distribuir a pílula anticoncepcional de emergência aos serviços de referência e para os municípios que recebem o <i>kit</i> básico dos métodos anticoncepcionais.	MS	Serviço de atenção à mulher em situação de violência nos municípios pólos de microrregiões implantado.	Lançada a Política de Direitos Sexuais e Reprodutivos, incluindo a ampliação da oferta de métodos anticoncepcionais. A pílula de emergência foi distribuída para 1.398 municípios, em 2005.	
4.4.3	Elaborar instrumento para implementar a notificação compulsória dos casos de	MS SPM	Instrumento para registro dos casos de violência contra as mulheres elaborado.	Instrumento elaborado; Regulamentada a notificação compulsória dos casos de violência contra mulheres e crianças; Apoiada a implantação dos 39 serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual e doméstica.	Ação não-orçamentária.

Prioridade 4.5. Produzir e sistematizar dados e informações sobre a violência contra as mulheres.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.5.1	Fomentar a produção de estudos e pesquisas sobre a violência contra as mulheres no país.	SPM MJ SEPPIR	Estudo/pesquisa realizado/a.	Realizada pesquisa "Perfil organizacional das DEAMS e de grupos focais de delegadas", que tem como objetivo direto analisar o funcionamento e a gestão dessas delegacias, e recebe, indiretamente, informações sobre a violência contra as mulheres. Desde 2004, essa pesquisa é realizada pela Senasp do MJ. Em 2006, essa Secretaria prepara pesquisa que fará análise comparativa dos dados obtidos em 2004, 2005 e do ano corrente. Publicação de "Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero - Construindo Políticas Públicas", pela SPM (2003). Apoio da SPM a outras publicações e vídeos.	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.5.2	Organizar e ou consolidar os sistemas de informação sobre violência contra a mulher.	SPM MJ MS	Sistema organizado/consolidado.	Mapa da criminalidade, estimativa do número de crimes no Brasil. Não há ainda, uma separação por gênero, mas alguns crimes, como o estupro, permitem fixar dados sobre a violência sexual sofrida pela mulher. Implantação do "Clipping Mulher", sistema de busca na página da Internet da SPM para acessar informações sobre a temática gênero; Apoio financeiro à implantação do Observatório da Violência Contra a Mulher no estado de Pernambuco, desenvolvido pelo Grupo SOS Corpo - Gênero e Cidadania (2004); Apoio financeiro à implantação de banco de dados da Secretaria Extraordinária da Mulher do Acre (2004); Apoio financeiro à criação de banco de dados do site www.bancodapaz.org da ONG Ação Comunitária do Brasil/RJ (2004).	
4.5.3	Criar e implantar sistema nacional de informação sobre a violência contra a mulher nos órgãos de Segurança Pública.	MJ SPM	Sistema de informação criado e implementado.	O Sistema Nacional de Estatística, Segurança Pública e Justiça Criminal busca reunir informações sobre todos os crimes ocorridos no país. O Sistema desde 2005 é alimentado com dados segmentados sobre as vítimas (idade e sexo), mas essa informação ainda não é trabalhada como pesquisa. Esse sistema é responsável pela elaboração do mapa da criminalidade comentado no item anterior e pela pesquisa perfil organizacional das DEAMs mencionada no item 4.5.1. A partir desse ano, pretende-se incluir no sistema a pesquisa de vitimização, que vai informar sobre o número de vítimas no país (a pesquisa coletará dados na casa dos brasileiros, para obter informações mais precisas, já que muitas vítimas de crime não registram ocorrência nas delegacias).	Programa 1127 - Sistema Único de Segurança Pública: Ação 5000 - Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais.
4.5.4	Criar/consolidar sistema de informação que agregue dados sobre a Notificação Compulsória.	SPM MS	Sistema de informação criado/consolidado.	Projeto piloto implementado em 5 municípios para organizar a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher.	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES (continuação)	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.5.5	Elaborar diagnóstico sobre a violência contra as mulheres no país.	SPM	Diagnóstico elaborado.	Foi feito um diagnóstico para ser encaminhado como resposta ao Questionário para a Avaliação da Implementação das Disposições da Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).	Programa 1068 - Gestão da transversalidade de gênero nas Políticas Públicas: Ação 9972 - Monitoramento dos acordos, convenções e protocolos internacionais de eliminação da discriminação contra as mulheres.

Prioridade 4.6. Capacitar os profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência psico-social na temática da violência de gênero.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.6.1	Oferecer cursos de capacitação na temática de gênero para os profissionais das áreas de segurança pública, saúde, educação e assistência psicossocial.	MJ SPM	Profissional capacitado(a).	Inclusão da disciplina de gênero e violência contra a mulher na matriz curricular das academias de polícia do país. Organização de oficina pedagógica, em Brasília, que contou com 25 especialistas em violência de gênero das áreas de saúde, segurança pública, do executivo, das universidades e de organizações não governamentais feministas. As orientações, metodologias e conteúdos originados nessa oficina passaram, desde então, a ser adotados em todos os processos de capacitação desenvolvidos pela SPM e parceiros para profissionais das áreas de segurança pública (Polícia Rodoviária, Polícia Federal, polícias civis e militares etc.), de saúde e dos Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, e dos órgãos vinculados aos executivos estaduais e municipais.	

Prioridade 4.7. Ampliar o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
4.7.1	Estimular a criação de Defensorias Públicas da Mulher ou Núcleos de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas existentes.	SPM MJ	Defensoria ou Núcleo criado.	Apoiada, entre 2004 e 2005, por meio da celebração de convênios, a criação de 12 serviços de Defensoria Pública, em Minas Gerais (7), Pernambuco (1), Piauí (1), Tocantins (1), Paraíba (1) e Amapá (1). Instalados Núcleos de Defesa da Mulher, sendo em Pernambuco (4) e no Tocantins (3).	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 0911 - Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.
4.7.2	Estimular a criação de novas DEAMs e/ou Núcleos Especializados nas delegacias existentes.	SPM	DEAM ou Núcleo criado.	Criadas, pela Senasp/MJ, 15 Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher.	Programa 0156 - Prevenção e combate à violência contra as mulheres: Ação 0911 - Apoio a serviços especializados no atendimento às mulheres em situação de violência.

3. 5 – GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O capítulo 5 do PNPM tem um caráter diferenciado, por não ser temático ou finalístico como os demais. Reúne ações destinadas a subsidiar a implementação do PNPM, bem como seu monitoramento e avaliação.

Para tanto, foram definidas três prioridades, relacionadas à capacitação dos agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos; produção, à organização e disseminação de dados e informações; e ao fortalecimento de organismos públicos de políticas para as mulheres. As prioridades e ações buscam concorrer para a consolidação e o fortalecimento da perspectiva de gênero nas políticas públicas.

Nesse sentido, as ações que merecem maior destaque são a criação e fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres nos estados e municípios, e o estímulo a pesquisas e estudos sobre gênero. Em 2003, havia somente 13 organismos dos executivos estaduais e municipais de políticas para as mulheres – entre secretarias, assessorias, coordenadorias, superintendências e outros. A mobilização gerada pela atuação da SPM, criada naquele ano com *status* de Ministério, e pelo processo de realização da I Conferência Nacional, em 2004 – que foi seguida pelas eleições municipais –, pode explicar o enorme crescimento ocorrido desde então: em dezembro de 2005, chegou-se ao número de 104 organismos de políticas para as mulheres, em todo o país. Nestes anos, vêm sendo realizados os fóruns nacionais, que visam a mobilizar as representantes desses organismos e capacitá-las em temas como planejamento de gênero, planos plurianuais,

elaboração de projetos, convênios com o governo federal, entre outros. Em 2005, foram realizados dois fóruns nacionais e quatro fóruns regionais, que reuniram representantes de governos estaduais e municipais das cinco macrorregiões do país.

Esse pode ser considerado um passo de importância crucial para a consolidação das políticas para as mulheres no país. Neste sentido, pode-se dizer que o governo federal exerce uma importante função de exemplo e de espelho e, ao mesmo tempo, de fomentador, ao priorizar projetos encaminhados por estados e municípios que possuam instâncias específicas de políticas para as mulheres. O fato de existirem organismos nos governos locais reforça a política, desperta o olhar da sociedade e tende a garantir a continuidade das iniciativas.

Outra área de destaque, que tem o objetivo duplo de subsidiar a formulação, implementação e avaliação das políticas para as mulheres e, ao mesmo tempo, sensibilizar e chamar a atenção para o tema, é o incentivo à produção de conhecimento e à organização e disseminação de dados e informações.

Em 2005, numa parceria entre a SPM, o MCT e o CNPq e o MEC, foi lançado o programa "Mulher e Ciência". Conforme relatado no item 3.2 deste relatório.

Destaque importante neste capítulo é a construção do Sistema Nacional de Informações de Gênero em parceria com o Unifem e com o apoio do DFID e do IBGE. Este Sistema contém dados dos Censos de 1991 e de 2000 que reunidos a partir de microdados censitários permitem o estabelecimento de indicadores sob a ótica de gênero e cor/raça. O Sistema é interativo e fornece o resultado da consulta em formato de tabela, gráfico e mapa.

Capítulo 5 – Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres Ações prioritárias 2005 - Realizações

Prioridade 5.1. Capacitar e qualificar os agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.1.1	Inserir módulo de gênero, raça e direitos humanos nos cursos de formação e aperfeiçoamento das carreiras da administração pública federal.	SPM SEPPIR SEDH ENAP	Módulo produzido. Curso com módulo oferecido.	Em 2005, foram realizadas oficinas e reuniões de planejamento e articulação horizontal/negociação, com a participação de SPM, SEDH, SEPPIR, ENAP, OIT, Diretoria de Gestão de Pessoas da Casa Civil e Coordenação-Geral de Orçamento e Planejamento da Casa Civil.	Programa 0155 - Gestão da Política de Direitos Humanos. Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas Programa 1152 - Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial: Ação 8601 - Capacitação de agentes públicos em temas transversais.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.1.2	Inserir módulo de gênero, raça e direitos humanos nos cursos de capacitação dos gerentes executivos e coordenadores de ação do PPA 2004-2007.	SPM SEPPIR SEDH MP	Módulo produzido. Curso com módulo oferecido.	Ação não realizada em 2005.	
5.1.3	Oferecer cursos de capacitação em gênero, raça e direitos humanos a servidores(as) e funcionários(as) públicos(as) que atuam na implementação do PNPM.	SPM SEPPIR SEDH ENAP	Curso oferecido.	<p>Capacitação de 230 gestores(as) federais de 10 Ministérios e de 460 gestores(as) municipais de sete municípios do ABC paulista, cidade de São Paulo, Salvador e cinco municípios do Vale do Jequitinhonha, no âmbito do Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça (GRPE);</p> <p>Capacitação de atores da sociedade civil: movimentos negros e de mulheres, centrais sindicais e empregadores nos mesmos municípios;</p> <p>Realizadas oficinas em âmbito municipal: ABC paulista (11), cidade de São Paulo (10) e Vale do Jequitinhonha (1).</p> <p>Realizadas oficinas em âmbito federal, com o MTE (4) e com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda (1);</p> <p>Inserção do eixo temático sobre promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual na VI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;</p> <p>Difusão do Estatuto da Criança e do Adolescente junto às crianças e adolescentes negros(as) e comunidades quilombolas;</p> <p>Realizadas oficinas nacionais (2) com as centrais sindicais, sendo que no total, 70% das pessoas capacitadas eram mulheres.</p> <p>As atividades foram realizadas com recursos oriundos da SEPPIR, MTE, OIT e PNUD.</p>	

Prioridade 5.2. Produzir, organizar e disseminar dados, informações, estudos e pesquisas sobre gênero e raça.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.2.1	Criar biblioteca virtual de estudos e pesquisas relacionados à temática de gênero.	SPM	Biblioteca virtual implantada e disponibilizada.	Ao longo de 2005, foi elaborado, em parceria com o IBAM/RJ (Instituto Brasileiro de Administração Municipal), o produto "Publicações virtuais", a ser disponibilizado na página da SPM em maio de 2006.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 7254 - Implantação do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero.
5.2.2	Implantar e atualizar o Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG).	SPM	Sistema implantado e disponibilizado.	Elaborado, ao longo de 2005, em parceria entre SPM e o UNIFEM, com o apoio do IBGE e do DFID, o primeiro módulo do Sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG), lançado e distribuído, em CD-Rom, em maio de 2006.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 7254 - Implantação do Sistema Nacional de Indicadores de Gênero.
5.2.3	Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre relações de gênero e situação da mulher.	SPM	Estudo/pesquisa realizado(a).	Lançado, em 2005, o programa "Mulher e Ciência" visa estimular a produção e difusão do conhecimento científico sobre gênero, mulheres e feminismos. No âmbito do Programa, foi lançado um edital de pesquisas do CNPq; o "1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero", que premiou redações e trabalhos de alunos do ensino médio, graduação e pós-graduação; e o "Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa", realizado em março de 2006. Apoiada, por meio da celebração de convênios, a realização de cinco estudos/pesquisas.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 6245 - Estudos e pesquisas sobre relações de gênero e situação das mulheres.
5.2.4	Apoiar a realização de pesquisa sobre valores, crenças e comportamentos de adolescentes, de ambos os性os, com relação à saúde sexual e reprodutiva, contemplando um recorte de gênero.	MS	Pesquisa realizada.	Ação não realizada.	
5.2.5	Apoiar técnica e financeiramente a realização de estudos sobre mortalidade materna e gravidez na adolescência, com ênfase para a faixa etária de 10 a 15 anos.	MS	Estudo realizado.	Foi apoiada a realização de 38 estudos sobre morte materna.	

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.2.6	Apoiar a realização de estudos e pesquisas no campo da saúde reprodutiva das mulheres vivendo com HIV/Aids.	MS	Estudo/pesquisa realizado(a).	Lançado, pelo Ministério da Saúde e Unesco, financiamento para pesquisas sobre doenças sexualmente transmissíveis e Aids, com três linhas de pesquisa em Saúde da População Negra na Convocatória/Chamada para Seleção de Pesquisas em 2005, com recorte de gênero. Serão financiados até 11 projetos de pesquisadores(as) habilitados (as), atuantes em instituições de ensino, de pesquisa, organizações não-governamentais ou serviços de saúde. A duração dos projetos pode variar de seis a 24 meses. Valor do financiamento: até R\$ 1 milhão.	
5.2.7	Melhorar o registro e a produção de dados sobre saúde da mulher negra.	MS	Banco de dados aperfeiçoado.	Elaborada proposta para revisão do Sistema de Informação do Pré-natal e do SIS Colo. Este foi aprovado pelo INCA e discutido com o DERAC/MS; inclusão do quesito cor na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde. O Departamento de Informação e Análise da Situação de Saúde está contemplando o recorte raça/cor e de gênero nas variáveis socioeconômicas para as publicações Saúde Brasil, em 2005, e o Atlas de Saúde de 2005, com o georreferenciamento de indicadores de saúde. Em 8 e 9 de junho de 2005, realizou o Seminário de Validação de Metodologia e Resultados da pesquisa Diferenciais Raciais dos Homicídios no Brasil, com inclusão de recorte de gênero e raça. Igualmente, o folder do SUS (IDB-BRASIL), da RIPSA, com indicadores de saúde por região e unidades federadas será acrescido em 2005 do recorte raça/cor para algumas variáveis. O Programa Nacional de DST/Aids disponibiliza análise sobre "Perfil das Mulheres na População Brasileira", considerando a variável cor. O Programa Nacional de DST/Aids lançou a linha de pesquisa <i>Estudos de avaliação da qualidade da assistência à mulher negra, na Convocatória/Chamada para Seleção de Pesquisas em 2004</i> . Valor do financiamento: até R\$ 250.000,00. Número de propostas a serem financiadas: uma proposta.	
5.2.8	Realizar diagnóstico sobre mulheres aquicultoras e pescadoras.	SEAP SPM	Diagnóstico realizado.	Ação não realizada em 2005.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 6245 - Estudos e pesquisas sobre relações de gênero e situação das mulheres.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.2.9	Promover pesquisa sobre o Pronaf e mulheres e Assistência Técnica e Extensão Rural.	MDA	Pesquisa realizada.	Realizada uma pesquisa sobre mulheres e o Pronaf, no valor de R\$ 10.703,00.	
5.2.10	Apoiar estudos sobre as mulheres na agricultura familiar e a reforma agrária.	MDA	Estudo realizado.	Realização do Prêmio Margarida Alves de Estudos Rurais e Gênero, em parceria do MDA com a SPM, OIT, ABA, ANPOCS, SBS e SBPC. Aplicados recursos no montante de R\$ 27.932,00. O Prêmio recebeu a inscrição de 48 trabalhos de pós-graduação, nas categorias apoio à pesquisa e ensaio inédito.	
5.2.11	Realizar estudo sobre os diferenciais de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho.	SPM IPEA MTE	Estudo realizado.	Publicação, na página da SPM, de duas edições do boletim eletrônico "Mulher e Trabalho", com base nos dados de julho a dezembro de 2005 da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo IBGE.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 6245 - Estudos e pesquisas sobre relações de gênero e situação das mulheres

Prioridade 5.3. Criar e fortalecer os mecanismos institucionais de direitos e de políticas para as mulheres.

Nº	AÇÃO	RESP.	PRODUTO	REALIZAÇÕES	PROGRAMA / AÇÃO PPA
5.3.1	Apoiar a criação e o fortalecimento de conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher, garantindo sua existência nas 27 Unidades da Federação.	SPM	Conselho apoiado.	Trabalho de apoio técnico e articulação permanente com conselhos municipais e estaduais de todo o país. Em 2005, existem 24 conselhos estaduais no país.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 0910 - Apoio a organismos de promoção dos direitos da mulher.
5.3.2	Apoiar a criação e o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres no âmbito do poder executivo estadual e municipal.	SPM	Organismo apoiado.	Entre 2003 e 2005, o número de organismos de políticas para as mulheres nos executivos estaduais e municipais passou de 13 para 110. Em 2005, com vistas a capacitar e fortalecer esses organismos, foram realizados dois encontros nacionais e quatro fóruns regionais. Além disto, foram apoiados, por meio de convênios, 4 organismos.	Programa 1068 - Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas: Ação 0910 - Apoio a organismos de promoção dos direitos da mulher.

4. POR QUE INCORPORAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ORÇAMENTO E NO PLANEJAMENTO?

As discussões sobre gênero e desenvolvimento têm se concentrado, mais recentemente, no âmbito da política econômica, considerada o ponto de entrada mais promissor para a integração da perspectiva de gênero. Nesse sentido, uma das áreas mais importantes é o orçamento de um país que, à primeira vista, parece ser um instrumento neutro em relação às desigualdades entre homens e mulheres, não comportando, usualmente, nenhuma menção particular a qualquer um dos sexos. Entretanto, essa aparente neutralidade de gênero pode ser descrita como “cegueira em relação ao gênero”, pois o orçamento nacional normalmente ignora os papéis socialmente diferenciados, as responsabilidades e as capacidades de homens e de mulheres, assim como geralmente passa por cima dos diferentes impactos que as políticas públicas exercem sobre ambos.

Ao falar de orçamento com perspectiva de gênero, fala-se sobre a análise de gastos públicos com um olhar que seja capaz de identificar implicações e impactos sobre a população feminina em comparação à população masculina. A questão é identificar se os resultados são distribuídos de forma equitativa, se são adequados para atingir os objetivos de igualdade de gênero e se as atividades desenhadas são igualmente apropriadas para mulheres e homens. Deve-se ter em mente, portanto, a diferença entre os tradicionais estudos que procuram construir o “orçamento mulher” e as tentativas que vêm sendo feitas para a construção de um orçamento de gênero. Enquanto o primeiro procura identificar no conjunto orçamentário os recursos orientados exclusivamente para o atendimento ao público feminino, o segundo tem como objetivo realizar uma análise que se preocupa em ver como a alocação de recursos orçamentários entre os diferentes públicos afeta as desigualdades entre homens e mulheres. No caso do orçamento de gênero, programas não direcionados apenas às mulheres, mas que são capazes de alterar a realidade das desigualdades (como aqueles que buscam modificar comportamento de alunos e alunas) são também contabilizados.

A discussão do orçamento com a inclusão de gênero aponta caminhos para desvendar como é possível estabelecer um vínculo estreito entre políticas governamentais de igualdade de gênero e como o governo obtém e aloca recursos para esse fim. A perspectiva de gênero pode ser integrada aos processos de planejamento, monitoramento e avaliação da eficácia dos programas ou políticas, no momento da definição do público-alvo, da análise do impacto sobre os diferentes grupos que o compõem, bem como sobre padrões de desigualdade existentes na sociedade. Deve-se, para tanto, construir e apurar indicadores que considerem a dimensão de gênero. Dessa forma, pode-se avaliar também a composição do gasto público, identificando para quem foram os gastos dos programas, se eles são especificamente direcionados para mulheres ou se os recursos são alocados de modo a alterar as desigualdades de gênero.

No caso do Brasil, tendo em vista que a peça central de planejamento é o Plano Plurianual (PPA) e que é a partir da elaboração do PPA, com a definição de programas e ações, que o orçamento é construído, toda a

discussão de como aplicar a transversalidade de gênero nas esferas do planejamento e do orçamento acaba passando pela discussão de como o PPA é elaborado, suas limitações e suas potencialidades.

Nesse sentido, cabe aqui uma breve análise de como o governo federal vem buscando incorporar esse tema em seu planejamento de longo prazo. É importante ter em mente que o PPA 2004-2007 foi elaborado, na prática, ainda sob uma cultura que não considera os temas transversais na construção das estratégias setoriais de intervenção social. Todo o esforço que vem sendo feito pelas Secretarias Especiais é no sentido de, a partir de um PPA já elaborado, provocar a reflexão nos órgãos do governo federal, estimulando-os a analisar seus programas e ações sob as dimensões de gênero e raça para, a partir daí, procurarem identificar nas dotações orçamentárias quanto é destinado a cada um dos públicos que delas se beneficiam.

Plano Plurianual 2004-2007

A análise das desigualdades sociais brasileiras, bem como a formulação de políticas destinadas a combatê-las não podem ser feitas sem levar em consideração as dimensões de gênero, raça e etnia que, quando incorporadas à discussão com a sociedade, tornam o quadro ainda mais complexo e preocupante. Quando vistas em relação à qualidade de vida e acesso a oportunidades, as diferenças de gênero, raça e etnia demonstram que a igualdade de direitos no Brasil ainda é um princípio não concretizado. Nesse sentido, o Governo assume como objeto permanente, por meio do PPA 2004-2007, o princípio da transversalidade de gênero e raça na formulação e desenvolvimento das políticas públicas, incluindo-se aí todos os setores de atuação e segmentos de poder.

Cabe lembrar que existe, explicitamente, um compromisso do Poder Executivo com a perspectiva da transversalidade de gênero e raça expresso no mega-objetivo de combate às desigualdades sociais. Trata-se, assim, do reconhecimento da importância de se trabalhar com o conceito de transversalidade nas políticas públicas. É necessário marcar que o país é habitado por pessoas que detêm características próprias, que não são compartimentadas e que só um olhar holístico na formulação de políticas, programas e projetos possibilita a junção da melhoria de vida individual refletida no cotidiano coletivo com o enfrentamento dos problemas relacionados com as desigualdades e com a exclusão que afeta as mulheres e que se configuram nas relações de gênero.

As desigualdades de gênero não podem ser compreendidas considerando-se área por área, setor a setor, das políticas públicas; ao contrário, elas transbordam e permeiam diferentes áreas ou setores ao mesmo tempo, exigindo ações transversais que contemplem a perspectiva de gênero: ações executadas a partir do reconhecimento da existência das relações de gênero – relações de poder entre mulheres e homens, construídas socialmente conforme os valores de cada época histórica em que ocorrem.

O compromisso de enfrentar as desigualdades de gênero foi retirado da invisibilidade a partir da criação da Secretaria Espacial de Políticas para as Mulheres e reforçado com a inclusão do desafio “Promover a redução das desigualdades de gênero” na estratégia de desenvolvimento de longo prazo do governo federal, bem como da criação de três programas no PPA 2004-2007, explicitamente direcionados às mulheres, sob a

responsabilidade da referida Secretaria: "Gestão da Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas", "Incentivo à Autonomia Econômica das Mulheres no Mundo do Trabalho e Prevenção" e "Combate à Violência contra as Mulheres".

Ao longo dos anos de implementação do PPA 2004-2007, houve avanços em determinadas áreas, tendo em vista que alguns órgãos adotaram estratégias para incorporar o enfoque de gênero nas suas políticas. Contudo, a inclusão dessa temática no processo de elaboração do PPA e do Orçamento ainda se mostra incipiente e insuficiente para atender as especificidades de gênero. Isso ocorre, sobretudo, em função da não existência de uma cultura de planejamento que considere a perspectiva de gênero, o que resulta em programas e ações governamentais abrangentes e universais, bem como orçamentos estabelecidos em termos de agregados financeiros que não levam em consideração os papéis socialmente diferenciados e, consequentemente, o impacto diferenciado das políticas públicas para cada grupo específico da sociedade. Tais fatores geram uma grande dificuldade de mensuração e avaliação dos resultados da ação governamental orientada no sentido de promover a eqüidade de gênero.

Cabe ressaltar que o PNPM é uma cunha no PPA 2004-2007, visto que a realização de qualquer planejamento, concretizado em um plano de ação, exige recursos orçamentários e, conforme a lógica de uso do dinheiro público, só é possível executar ações previstas anteriormente nos instrumentos de planejamento. Ora, se esses instrumentos não foram construídos sob a perspectiva de gênero é justo afirmar que a implementação do PNPM em 2005 exigiu uma releitura do PPA e um (re)conhecimento das possibilidades e adequações dos programas e ações existentes. Significa dizer, ainda, que os órgãos setoriais comprometidos com a implementação do PNPM tendem, a partir dessa primeira experiência, a pensar a execução de seus orçamentos com um olhar de gênero, mudando em alguns programas o método de coletar dados e/ou de fornecimento das informações solicitadas, compreendendo que um determinado programa tem impacto diferente na vida de homens e de mulheres.

É importante também destacar que a criação da SPM, que possui *status* de Ministério, de forma alguma desobriga os ministérios setoriais a persistir na incorporação da perspectiva de gênero em suas políticas públicas, uma vez que a criação de órgãos específicos para tratar de temas transversais não se constitui em alternativa à atuação dos órgãos setoriais. A SPM tem como principal finalidade assegurar que a perspectiva de gênero esteja presente transversalmente nos setores que atuam no interesse da construção da democracia e do desenvolvimento social. Isso significa que sua principal função não é executar as políticas, mas sim articulá-las e fazer com que incorporem a dimensão de gênero. A execução direta de políticas deve ser responsabilidade de cada área setorial, que pode ser assessorada pela SPM sobre como a temática de gênero em seus programas. Quando a SPM executa seu orçamento, através dos programas sob sua responsabilidade, produz um efeito demonstração das possibilidades e formas diferenciadas de execução das políticas públicas, influenciando diretamente os demais executores de políticas públicas. Esta também é a situação que se espera obter quando a SPM apóia o fortalecimento de órgãos do Executivo nas esferas estadual e municipal, alcançando um efeito propagador, intra e entre esferas.

Nesse sentido, o lançamento do PNPM, em 2004, propiciou envolver os ministérios na incorporação do enfoque de gênero no desenvolvimento de suas ações. O PNPM contém 199 ações que estão sendo executadas por 22 órgãos nas áreas de trabalho e cidadania, educação, saúde e violência. A maioria dessas ações, contudo, não estão refletidas no PPA, uma vez que não existia, à época de sua elaboração, uma cultura de planejamento que incorporasse a perspectiva de gênero conjugada com o conceito de transversalidade, como já foi mencionado anteriormente. O descompasso do PNPM em relação ao PPA, no que se refere à alocação e monitoramento dos recursos orçamentários para a execução de suas ações, exige dos gestores que encontrem nas ações no PPA aquelas que são compatíveis com as do PNPM e que tenham dotação orçamentária disponível. Este processo de adequação acaba por dificultar o acompanhamento da execução das ações do PNPM e compromete a transparência dos resultados.

Cabe destacar que o volume de recursos informados pelos órgãos setoriais representa apenas 26,5% das ações do PNPM escolhidas como prioritárias para 2005. Os recursos aplicados, dos quais se têm informação, são da ordem de R\$ 33.176.168.609,89, sendo R\$ 11.036.332,00 referentes aos programas e ações da SPM. Esse dado evidencia o descompasso, já mencionado, entre as ações do PNPM e os programas e ações do PPA, o que torna difícil a visualização da dimensão de gênero no PPA e, consequentemente, do volume de recursos orçamentários alocados para viabilizar a implementação de seus programas e ações.

A implementação do PNPM passa pela revisão do PPA, processo que ocorre todos os anos. É uma etapa necessária, porém não suficiente em si mesma para garantir o planejamento e a implementação de ações governamentais com a perspectiva de gênero. Atuar nessa fase de planejamento das ações do governo federal exigiu de cada membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM um esforço adicional junto aos agentes de planejamento de seu respectivo órgão, visto que é fundamental que as ações sejam contempladas no processo de alocação orçamentária, de modo que os recursos necessários para sua execução sejam garantidos e que a incorporação da perspectiva de gênero ultrapasse a mera retórica. Em 2006, a expectativa é ainda vivenciar momentos de transição, só que com o conhecimento de alguns dos caminhos a serem trilhados e daqueles que terão de ser construídos.

5. PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Em face das questões já apontadas, a gestão transversal é, portanto, um dos grandes desafios para a administração pública. O primeiro passo para garantir a promoção da transversalidade já foi dado, tendo em vista que o governo assumiu o compromisso político de enfrentar as desigualdades de gênero no país. Trata-se agora de influenciar o planejamento dos programas e ações nos diversos setores, de forma que a perspectiva de gênero esteja presente no desenho, na implementação, na gestão, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas. Uma vez assegurado o enfoque de gênero no planejamento, torna-se viável a análise do orçamento e do gasto público nessa mesma ótica, bem como a avaliação do impacto das ações governamentais sobre as condições de vida de mulheres e homens e sobre as desigualdades de gênero.

Tendo em vista a centralidade do Plano Plurianual nesse processo, a elaboração do próximo PPA, que se dará em 2007, constitui-se em uma oportunidade ímpar para inserir essa discussão no processo de planejamento e elaboração dos programas e ações nos órgãos setoriais. A incorporação da temática de gênero desde o início do planejamento governamental é fundamental para que se tenha, de fato, a possibilidade de construir de um orçamento de gênero e de avaliações que permita perceber os diferentes impactos das políticas sobre homens e mulheres.

Por tudo o que foi dito até aqui vale lembrar que 2007 será o ano de realização da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e que será necessário compatibilizar a elaboração do II PNPM e a do PPA 2008-2011, que deve ser apresentado até o mês de outubro de 2007, a fim de se negociar recursos e de promover a incorporação de ações estratégicas para a efetivação de mudanças no sentido apontado pela II Conferência.

Certamente caberá a SPM empreender esforços no sentido do fortalecimento da articulação construída ao longo desta primeira etapa de implementação do PNPM entre os diversos órgãos pertencentes, ou não, ao seu respectivo Comitê de Articulação e Monitoramento, bem como estimular a transversalidade de gênero nas políticas públicas, contribuindo, dessa maneira, para uma efetiva mudança na cultura de planejamento e gestão governamental.

Todavia, cabe ressaltar que o papel atribuído ao referido Comitê, o que dele se espera, em alguns momentos ficou além do que efetivamente se consegue na realidade, os e as representantes dos ministérios que integram o Comitê têm de lidar em alguns momentos com situações que fogem à sua governabilidade, o que impossibilita, muitas vezes, a implementação de ações.

Esta primeira fase do PNPM permitiu aos atores envolvidos na sua implementação vivenciar que é necessário mais que sensibilização e comprometimento: é preciso que de fato ocorra o diálogo entre os instrumentos de

planejamento, as mudanças nas formas de operar e alocar recursos humanos e financeiros que permitam a efetiva absorção do tema pela administração pública como um todo e, principalmente, pelos órgãos, em geral, arredios a este debate.

Entretanto, para além das questões normativas é necessário que se atente para os diferentes tipos de desigualdade com os quais se está trabalhando e para o fato de que enfrentar as desigualdades de gênero, considerando o contexto macroeconômico no qual estão inseridas implica em reconhecer a necessidade estratégica da paridade entre a população feminina e a masculina assim como sua forma intergeracional. O processo de desenvolvimento de uma nação ocorre quando estrategicamente são consideradas as diferenças entre mulheres e homens, entre jovens e não jovens, e o quanto essas diferenças, quando respeitadas, são preponderantes no processo de construção da riqueza nacional. Parte-se da premissa de que a promoção da eqüidade de gênero contribui para o fortalecimento do crescimento econômico, para a redução da pobreza e para uma ação governamental mais eficiente. E isso implica na implementação da transversalidade da perspectiva de gênero na análise e na formulação da estratégia de desenvolvimento socioeconômico, a ser adotada em face da não neutralidade das políticas econômicas. Enfrentar o desafio de chegar à eqüidade de gênero é uma tarefa pendente que envolve novas concepções de desenvolvimento.

ANEXOS

ANEXO 1

Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005

Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, em consonância com os objetivos estabelecidos no Anexo deste Decreto.

Art. 2º A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, editará as metas, as prioridades e as ações do PNPM.

Art. 3º Fica instituído o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com a função de acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidos no PNPM.

Art. 4º O Comitê de Articulação e Monitoramento será integrado por um representante, e respectivo suplente, de cada órgão a seguir indicado:

- I. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que o coordenará;
- II. Ministério da Educação;
- III. Ministério da Justiça;
- IV. Ministério da Saúde;
- V. Ministério das Cidades;
- VI. Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- VII. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- VIII. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- IX. Ministério do Trabalho e Emprego;
- X. Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

XI. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

XII. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e

XIII. Ministério de Minas e Energia (*inciso acrescido pelo Decreto nº 5.446, de 20 de maio de 2005*).

Parágrafo único. Os integrantes do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos representados e designados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Art. 5º Compete ao Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM:

I - estabelecer a metodologia de monitoramento do PNPM;

II - apoiar, incentivar e subsidiar tecnicamente a implementação do PNPM nos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - acompanhar e avaliar as atividades de implementação do PNPM;

IV - promover a difusão do PNPM junto a órgãos e entidades governamentais e não-governamentais;

V - efetuar ajustes de metas, prioridades e ações do PNPM;

VI - elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do PNPM;

VII - encaminhar o relatório anual ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e à Câmara de Política Social, do Conselho de Governo, para análise dos resultados do PNPM.

Art. 6º O Comitê de Articulação e Monitoramento deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu coordenador o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 7º O Comitê de Articulação e Monitoramento poderá instituir câmaras técnicas com a função de colaborar, no que couber, para o cumprimento das suas atribuições, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios anuais.

Art. 8º O regimento interno do Comitê de Articulação e Monitoramento será aprovado por maioria absoluta dos seus integrantes e disporá sobre a organização, forma de apreciação e deliberação das matérias, bem como sobre a composição e o funcionamento das câmaras técnicas.

Art. 9º Caberá à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Comitê de Articulação e das câmaras técnicas.

Art. 10. As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante não remunerado.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de março de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

José Dirceu de Oliveira e Silva

Anexo

OBJETIVOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

1. AUTONOMIA, IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO E CIDADANIA

- 1.1. Promover a autonomia econômica e financeira das mulheres.
- 1.2. Promover a eqüidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho.
- 1.3. Promover políticas de ações afirmativas que assegurem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos.
- 1.4. Ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar.
- 1.5. Promover o direito à vida na cidade, com qualidade, acesso a bens e serviços públicos.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NÃO SEXISTA

- 2.1. Incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal.
- 2.2. Garantir sistema educacional não discriminatório, que não reproduza estereótipos de gênero, raça e etnia.
- 2.3. Promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas.
- 2.4. Promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade.
- 2.5. Combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e na comunicação.

3. SAÚDE DAS MULHERES, DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS

- 3.1. Promover a melhoria da saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e a ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde, em todo território brasileiro.
- 3.2. Garantir os direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres.
- 3.3. Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil em todos os ciclos de vida e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie.
- 3.4. Ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.

4. ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES

- 4.1. Implantar política nacional de enfrentamento à violência contra a mulher.
- 4.2. Garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência.

4.3. Reduzir os índices de violência contra as mulheres.

4.4. Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

5. GESTÃO E MONITORAMENTO DO PLANO

5.1. Implementar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, por meio da articulação entre os diferentes órgãos de governo.

5.2. Monitorar e avaliar a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM, com vistas a atualizá-lo e aperfeiçoá-lo.

ANEXO 2

Portaria nº 5, de 24 de janeiro de 2006
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

A SECRETÁRIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, interina, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Aprovar, na forma do Anexo, o Regimento Interno do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA LAURA SALES PINHEIRO

ANEXO

Regimento interno do Comitê de Articulação e Monitoramento
do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Capítulo I **Da finalidade**

Art. 1º O Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, instituído pelo Decreto Presidencial nº 5.390, de 08 de março de 2005, tem por finalidades:

- I – acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, metas, prioridades e ações definidos no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM); e
- II – promover a articulação entre os diferentes órgãos de governo responsáveis pela implementação do PNPM.

Capítulo II

Da composição

Art. 2º O Comitê de Articulação e Monitoramento será integrado por um representante, e respectivo suplente, de cada órgão a seguir indicado:

- I – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que o coordenará;
- II – Ministério da Educação;
- III – Ministério da Justiça;
- IV – Ministério da Saúde;
- V – Ministério das Cidades;
- VI – Ministério de Minas e Energia;
- VII – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- VIII – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- IX – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- X – Ministério do Trabalho e Emprego;
- XI – Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
- XII – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e
- XIII – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Capítulo III

Das competências

Art. 3º Compete ao Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM:

- I – estabelecer a metodologia de monitoramento do PNPM;
- II – subsidiar tecnicamente a implementação do PNPM nos Estados, Municípios e Distrito Federal;
- III – acompanhar e avaliar as atividades de implementação do PNPM;
- IV – promover a difusão do PNPM junto a órgãos e entidades governamentais e não-governamentais;
- V – efetuar ajustes de metas, prioridades e ações do PNPM;
- VI – elaborar relatório anual de acompanhamento das ações do PNPM; e
- VII – encaminhar o relatório anual ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e à Câmara de Política Social, do Conselho de Governo, para análise dos resultados do PNPM.

Capítulo IV

Das atribuições

Art. 4º São atribuições da coordenação do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM:

- I – convocar e presidir as reuniões do Comitê;
- II – manter registro das atividades do Comitê;
- III – manter sistema informatizado de acompanhamento das ações do PNPM;
- IV – promover, juntamente com os demais integrantes do Comitê, atividades com vistas a incentivar a execução das ações do PNPM pelos órgãos responsáveis;

V – garantir o suporte logístico e operacional para o bom funcionamento das atividades do Comitê; e
VI – divulgar, entre os membros do Comitê, informações e documentos pertinentes ao PNPM.

Art. 5º São atribuições dos membros do Comitê:

- I – participar das reuniões do Comitê;
- II – alimentar o sistema informatizado de acompanhamento das ações do PNPM no que diz respeito às responsabilidades de seu respectivo órgão; e
- III – promover, juntamente com representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, atividades com vistas a incentivar a execução das ações do PNPM pelos órgãos responsáveis.

Capítulo V

Do funcionamento

Art. 6º O Comitê será de caráter permanente e o mandato de seus integrantes será de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 7º O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM deve se reunir ordinariamente seis vezes ao ano ou, extraordinariamente, por convocação de sua Coordenação.

Art. 8º Na primeira reunião de cada semestre, será decidido pelo Comitê o calendário de reuniões ordinárias daquele período.

Art. 9º O Comitê de Articulação e Monitoramento deliberará mediante resoluções, por maioria simples, tendo seu coordenador o voto de qualidade no caso de empate.

Art. 10. Cada órgão ou instituição representado no Comitê terá direito a um voto, manifestado pelo seu representante titular ou suplente.

Art. 11. A convocação para as reuniões ordinárias e extraordinárias será encaminhada pela Coordenação, por meio de correio eletrônico, com antecedência mínima de dez dias úteis, acompanhada de proposta de pauta.

Art. 12. Os integrantes do Comitê deverão encaminhar à Coordenação, antecipadamente, justificativa em caso de ausência às reuniões.

Art. 13. A coordenação do Comitê encaminhará documento de ajuda-memória das reuniões para todos os integrantes do Comitê, por meio de correio eletrônico, no prazo de cinco dias, a contar da data da reunião, estipulando prazo para apreciação e observações.

Art. 14. Os integrantes do Comitê poderão propor à Coordenação pauta para as reuniões ordinárias e extraordinárias.

Art. 15. O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM poderá convidar representantes de entidades públicas e privadas, de organismos internacionais e especialistas para participarem de suas reuniões e demais atividades.

Art. 16. O Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM poderá instituir grupos de trabalho e câmaras técnicas, com a função de colaborar, no que couber, para o cumprimento das suas atribuições, sistematizar as informações recebidas e subsidiar a elaboração dos relatórios anuais.

Art. 17. Fica instituído comitê técnico com a finalidade de dar suporte aos trabalhos do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, especialmente no que diz respeito ao levantamento de informações junto aos órgãos setoriais e à elaboração de relatórios. Este comitê técnico será composto por representantes da Secretaria de Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG); do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM/CC/PR).

Art. 18. As consultas da Coordenação aos membros do Comitê poderão ser feitas nas reuniões ordinárias e extraordinárias ou por meio de correio eletrônico.

Capítulo VI

Das disposições finais

Art. 19. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidas pela Coordenação.

Art. 20. A alteração do teor das cláusulas deste regimento interno, a eliminação ou a inclusão de novas cláusulas deve ser tema de reunião específica com aprovação de dois terços de seus membros.

SIGLAS UTILIZADAS

- ABA – Associação Brasileira de Antropologia
- AEMA – Associação Estadual das Mulheres Agricultoras/Santa Catarina
- AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
- AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- AMTR/SUL – Articulação das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul
- ANPOCS – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
- ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CACON – Centros de Alta Complexidade em Oncologia
- CAVC – Centro de Atendimento às Vítimas de Crime
- CC – Casa Civil
- CEAL – Companhia Energética de Alagoas
- CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
- CEPIA – Cidadania, Pesquisa, Informação e Ação
- CES – Centro de Educação para a Saúde
- CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
- CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
- CONAETI – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
- CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural
- CONTAG – Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DAPE – Departamento de Ações Programáticas Estratégicas/Ministério da Saúde
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres
DERAC – Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas/Ministério da Saúde
DFID – Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico
DRTs – Delegacias Regionais do Trabalho
DST – Doença Sexualmente Transmissível
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
FAEC – Fundo de Ações Estratégicas e Compensação
FENATRAD – Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos
FIG/CIDA – Fundo para a Eqüidade de Gênero da Agência Canadense de Cooperação Internacional
FIPIR – Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GMC/MERCOSUL – Grupo de Mercado Comum
GRPE – Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego
GT – Grupo de Trabalho
HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDB – Indicadores e Dados Básicos
INCa – Instituto Nacional do Câncer
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP – Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPETI – Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCid – Ministério das Cidades
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação
MinC – Ministério da Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MME – Ministério das Minas e Energia
MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPF – Ministério Pùblico Federal
MS – Ministério da Saúde
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NESA – Núcleo de Saúde dos Adolescentes
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não-Governamental
OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde
PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde das Mulheres
PAPAI – Programa de Apoio ao Pai
PCNEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PEA – População Economicamente Ativa
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PHPN – Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNBE – Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNDS – Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde da Mulher e da Criança
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNQ – Programa Nacional de Qualificação
PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA – Plano Plurianual
PR – Presidência da República
PROESF – Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
RIPSA – Rede Interagencial de Informações para a Saúde
SAM – Subchefia de Articulação e Monitoramento
SAS – Secretaria de Atenção à Saúde

SBA – Sistema Brasil Alfabetizado

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia

SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ Ministério da Educação

SEDH -- Secretaria Especial dos Direitos Humanos

SEESP – Secretaria de Educação Especial/ Ministério da Educação

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública/ Ministério da Justiça

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINAN – Sistema Nacional de Agravos de Notificação Compulsória

SNIG – Sistema Nacional de Informações de Gênero

SNJ – Secretaria Nacional de Justiça/ Ministério da Justiça

SOF – Sempreviva Organização Feminista

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SSR – Saúde Sexual e Reprodutiva

SUS – Sistema Único de Saúde

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNOC – Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes

**Conselho Nacional
dos Direitos da Mulher**

**Secretaria Especial de
Políticas para as Mulheres**



O "Relatório de Implementação 2005 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres" é parte do compromisso da SPM em manter a sociedade informada sobre as etapas de implantação deste Plano, que é fruto de construção coletiva com origem em plenárias municipais e regionais, estaduais e nacional, ocorridas em 2004.

De lá para cá, muito se trabalhou e nesta publicação apontamos sucessos, indicamos obstáculos e apresentamos os desafios enfrentados neste percurso para informar e provocar a discussão, no âmbito da gestão pública e da sociedade, acerca deste conjunto de políticas públicas, articuladas com o objetivo de efetivar os direitos das mulheres.

As políticas públicas são realmente efetivas e eficazes quando consideramos seu impacto diferenciado na vida de homens e de mulheres e quando, em sua execução, possibilitam a distribuição eqüitativa de seus benefícios para toda a sociedade.

